

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ECONOMIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E GESTÃO DE
EMPREENDIMENTOS LOCAIS

CLARA DE ASSIS DANTAS DOS SANTOS

**INSERÇÃO EXTERNA E DIFERENCIAÇÃO ECONÔMICA DE SERGIPE: uma
análise a partir do índice das vantagens comparativas reveladas (VCR) entre 2000 e
2011**

SÃO CRISTOVÃO/SE
2013

CLARA DE ASSIS DANTAS DOS SANTOS

INSERÇÃO EXTERNA E DIFERENCIAÇÃO ECONÔMICA DE SERGIPE: uma análise a partir do índice das vantagens comparativas reveladas (VCR) entre 2000 e 2011

Dissertação apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Mestre no Programa de Pós-graduação e Pesquisa em Economia – Mestrado Profissional em Desenvolvimento Regional e Gestão de Empreendimentos Locais da Universidade Federal de Sergipe

Orientador: Prof. Dr. Rosalvo Ferreira Santos

SÃO CRISTOVÃO
2013

CLARA DE ASSIS DANTAS DOS SANTOS

INSERÇÃO EXTERNA E DIFERENCIAÇÃO ECONÔMICA DE SERGIPE: uma análise a partir do índice das vantagens comparativas reveladas (VCR) entre 2000 e 2011

Dissertação apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Mestre no Programa de Pós-graduação e Pesquisa em Economia – Mestrado Profissional em Desenvolvimento Regional e Gestão de Empreendimentos Locais da Universidade Federal de Sergipe

Aprovada em ____ de _____ 2013

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Rosalvo Ferreira Santos – Universidade Federal de Sergipe

Prof. Dr. Ricardo Oliveira Lacerda de Melo - Universidade Federal de Sergipe

Dr. Saumíneo Nascimento

Dedico à minha família de sangue e de coração.

AGRADECIMENTOS

Chegando ao fim de mais uma etapa profissional, é preciso agradecer a todos que de alguma forma estiveram ao meu lado. Primeiramente a Deus, que com sua infinita bondade me deu saúde, força e meus bens mais preciosos: minha família e meus amigos, aos quais agradeço profundamente neste momento. A Ti, Senhor, eterna gratidão pela minha vida!

Aos meus pais e irmãos que sempre me motivaram. Me sinto agraciada por ter a família que tenho. Saibam que todos os valores e exemplos passados por vocês são cruciais para eu ser quem sou. Muito obrigada pelo apoio, compreensão e partilha.

Aos meus amigos, que são poucos, mas são os melhores! Não tenho palavras para agradecer todo apoio. Essa vitória também é de vocês.

Ao meu melhor amigo, companheiro de todas as horas, que sempre me apoia e acredita no meu potencial, meu noivo Cleverton Brito. Palavras jamais serão suficientes para expor toda gratidão pelas palavras de conforto, pela confiança em mim e pela força nos momentos difíceis. Essa conquista é nossa! Te amo.

Ao meu querido orientador Prof. Dr. Rosalvo por todos os conhecimentos compartilhados e, principalmente, pela paciência, carinho e respeito. Desde a graduação, depositaste sua confiança em mim. Seu papel em minha formação é grandioso. Muito obrigada! A cada dia percebo o quanto ainda preciso aprender, mas saiba que tens um dedo em tudo que sei na nossa profissão.

Agradeço à todos os meus Mestres, professores que respeito e admiro, que não pouparam esforços para tornar-nos profissionais mais completos e capacitados. Obrigada NUPEC. O mestrado me trouxe mais amigos, colegas de profissão que jamais esquecerei. Continuemos seguindo em frente, pois há muitos caminhos a desbravar.

À Federação das Indústrias do Estado de Sergipe que me acolheu como profissional, obrigada pela confiança. À toda equipe do Núcleo de Informações Econômicas que torceu por mim e pela minha vitória, sou grata a vocês por toda a partilha.

À Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe – FAPITEC – pela concessão da bolsa de estudos no primeiro ano do mestrado, obrigada.

E a todos que contribuíram para a conclusão desta etapa, muito obrigada!

“Para ser grande, sê inteiro. Nada teu exagera ou exclui. Sê todo em cada coisa. Põe quanto és no mínimo que fazes. Assim em cada lago a lua *toda brilha, porque alta vive*”.

(Fernando Pessoa)

RESUMO

A década de 1990 foi marcada por profundas reformas estruturais da economia brasileira. A liberalização comercial pode ser apontada como a base de lançamento de outras mudanças estruturais no modelo econômico que passou a vigorar no país a partir daí. Se por um lado, a abertura comercial criou as condições para o equacionamento dos preços relativos, atuando como instrumento de ajuste entre oferta e demanda doméstica, por outro, passou a exigir um esforço maior de captação de poupança externa para compensar o desajuste entre demanda e oferta externas; isto é, o ajuste interno gerou um forte desajuste externo, com déficit em conta corrente. A defesa do argumento das vantagens comparativas foi fundamental para efeito da adoção de medidas liberalizantes, em face da defesa de maior inserção do país no comércio internacional, através da competitividade das estruturas produtivas. Contudo, a participação relativa das regiões no comércio externo parece ter reforçado o padrão prevalecente antes da abertura da economia, o que se pode atribuir à forte diferenciação econômica inter-regional. O objetivo principal do estudo foi examinar as formas de inserção externa da economia nordestina, ressaltando as desigualdades regionais e o padrão de comércio realizado pelo estado de Sergipe. Para isso, utilizou-se o Índice das Vantagens Comparativas Reveladas (VCR). O estudo mostrou que o Estado apresenta VCR em seis grupos de produtos, com destaque para Alimentos, fumo e bebidas; Calçados e couro; e Máquinas e Equipamentos. De forma geral, o desempenho do Estado revelou o caráter diversificado da estrutura industrial, a despeito da importância do setor de alimentos na pauta de exportações.

Palavras-chave: Abertura Comercial Brasileira; Vantagem Comparativa; Economia Sergipana; Índice das Vantagens Comparativas Reveladas.

ABSTRACT

The 1990s was marked by deep structural reforms of the Brazilian economy. Trade liberalization can be identified as the launching pad for other structural changes in the economic model which went into effect in the country from there. On one hand, the trade liberalization has created the conditions for the equation of relative prices, acting as an instrument of adjustment between supply and domestic demand, on the other, began to demand a greater effort to attract foreign savings to compensate for the mismatch between demand and supply external, in other words, the internal adjustment generated a strong external imbalance, with the current account deficit. The defense of the argument of comparative advantage was crucial for the purpose of adoption of liberalizing measures in the face of the defense of the country's largest insertion in international trade through competitiveness of productive structures. However, the participation of the regions in foreign trade seems to have reinforced the prevailing pattern before the opening of the economy, which can be attributed to the strong inter-regional economic differentiation. The main objective of the study was to examine the forms of external insertion of the Northeastern economy, highlighting the regional differences and the pattern of trade conducted by the state of Sergipe. For this, we used the index of Revealed Comparative Advantages (RCA). The study showed that the state has VCR into six groups of products, especially food, tobacco and beverages; footwear and leather; and machinery and equipment. In general, the performance of the state revealed the diverse character of the industrial structure, despite the importance of the food sector in total exports.

Keywords: Brazilian Trade Liberalization, Comparative Advantage, Sergipana Economy; Index of Revealed Comparative Advantages.

LISTAS

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Classificação dos Países em relação às suas posições de Vantagem Comparativa – 1975 a 1999	25
Tabela 2: Índice de Vantagem Comparativa Revelada para o fumo 1996-2006.....	26
Tabela 3: Índice de Vantagens Comparativas Reveladas (VCR) da soja em grão, de 1995-2004	27
Tabela 4: Índice de Vantagem Comparativa Revelada (VCR) do arroz de estados produtores selecionados em relação ao Brasil	27
Tabela 5: Brasil - Uma década de Reformas ^a	36
Tabela 6: Brasil - Variação anual do PIB por setores de atividade econômica - 1991/1999 .	39
Tabela 7: Brasil - Evolução do Comércio Exterior na década de 1990 (US\$ Milhões FOB)	39
Tabela 8: Brasil - Pessoal Ocupado nas Atividades Industriais – 1990 e 1999	42
Tabela 9: Forças que afetam a concentração geográfica	48
Tabela 10: Participação Percentual das Grandes Regiões no Produto Interno Bruto 2002-2010	59
Tabela 11: Número de Unidades Industriais Locais com 5 ou mais pessoas ocupadas, por Região – 2007 a 2010	59
Tabela 12: Total de estabelecimentos por Região, em unidades – 2002 a 2011	60
Tabela 13: Total de Empregos Formais por Região – 2002 a 2011	61
Tabela 14: Habitantes que vivem na linha de extrema pobreza no Brasil, por regiões - 2010	61
Tabela 15: Brasil e Região Nordeste - Produto Interno Bruto – 2009 e 2010.....	62
Tabela 16: Região Nordeste - Informações Gerais, por estados.....	63
Tabela 17: Região Nordeste - Total de estabelecimentos, empregos formais e Unidades Industriais Locais.....	63
Tabela 18: Região Nordeste - Balança Comercial – 1991 a 2011 (US\$ 1.000 FOB)	68
Tabela 19: Região Nordeste - Evolução da Participação (%) dos 10 principais produtos exportados, em 2011, no total das exportações	70
Tabela 20: Região Nordeste - Participação das exportações por Países de destino*	71
Tabela 21: Região Nordeste - Participação das importações por Países de origem*	72
Tabela 22: Região Nordeste - Participação e Classificação estadual das Exportações	72

Tabela 23: Sergipe - PIB e PIB per capita - 2002 a 2010.....	73
Tabela 24: Participação das atividades econômicas no Valor Adicionado Bruto a preços básicos – Sergipe - 2010.....	74
Tabela 25: Sergipe – Evolução da Participação no Valor da Transformação Industrial dos Setores da Indústria de Transformação – 2002, 2006 e 2010.....	76
Tabela 26: Sergipe - Número de Trabalhadores por Grande Setor – 2007 a 2011.....	77
Tabela 27: Sergipe - Pessoal Ocupado por setor de Atividade da Indústria de Transformação – 2002, 2006 e 2010	77
Tabela 28: Sergipe - Exportações, Importações e Saldo da Balança Comercial – 1991 a 2011 (US\$ 1.000 FOB).....	80
Tabela 29: Sergipe - Evolução da Participação (%) dos 10 principais produtos exportados, em 2011, no total das exportações estaduais	83
Tabela 30: Sergipe - Participação das exportações por Países de destino.....	84
Tabela 31: Sergipe - Participação das importações por Países de origem.....	85
Tabela 32: Sergipe - Índice das Vantagens Comparativas Reveladas – 2000 a 2011	89
Tabela 33: Sergipe - Fabricação de produtos de borracha e material plástico – Evolução dos Estabelecimentos e Empregos Formais	90
Tabela 34: Sergipe - Fabricação de produtos de borracha e material plástico – Evolução do VTI	90
Tabela 35: Sergipe - Fabricação de produtos de madeira e móveis – Evolução do VTI (R\$ 1.000).....	91
Tabela 36: Sergipe - Evolução da Quantidade e valor dos produtos da Extração Vegetal – Carvão Vegetal	91
Tabela 37: Sergipe - Fabricação de Celulose, papel e produtos de papel – Evolução dos Estabelecimentos e Empregos Formais	92
Tabela 38: Sergipe - Fabricação de Celulose, papel e produtos de papel –	92
Tabela 39: Sergipe - Fabricação de produtos cerâmicos refratários e não-refratários - Evolução dos Estabelecimentos e Empregos Formais	93
Tabela 40: Sergipe - Fabricação de produtos de vidro (incluindo vidro plano e de segurança) - Evolução dos Estabelecimentos e Empregos Formais	93
Tabela 41: Sergipe - Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos – Evolução dos Estabelecimentos e Empregos Formais	93

Tabela 42: Sergipe - Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos – Evolução do VTI	94
Tabela 43: Sergipe - Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias – Evolução dos Estabelecimentos e Empregos Formais.....	94
Tabela 44: Sergipe - Material de Transporte - Evolução do VTI (R\$ 1000)	94
Tabela 45: Sergipe - Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos – Evolução dos Estabelecimentos e Empregos Formais.....	95
Tabela 46: Sergipe - Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos – Evolução do VTI.....	95
Tabela 47: Sergipe - Fabricação de produtos alimentícios e bebidas – Evolução dos Estabelecimentos e Empregos Formais	97
Tabela 48: Sergipe - Fabricação de produtos alimentícios e bebidas – Evolução do VTI.....	97
Tabela 49: Produção anual de Cimento Portland – Sergipe - 2001 a 2011	98
Tabela 50: Sergipe - Fabricação de produtos químicos – Evolução do VTI.....	100
Tabela 51: Sergipe - Fabricação de produtos químicos – Evolução dos Estabelecimentos e Empregos Formais.....	100
Tabela 52: Sergipe - Preparação de Couros e Fabricação de Artefatos de Couro, Artigos para Viagem e Calçados – Evolução do VTI	102
Tabela 53: Sergipe - Preparação de Couros e Fabricação de Artefatos de Couro, Artigos para Viagem e Calçados – Evolução dos Estabelecimentos e Empregos Formais	102
Tabela 54: Sergipe - Fabricação de Produtos Têxteis – Evolução do VTI.....	105
Tabela 55: Sergipe - Fabricação de Produtos Têxteis – Evolução dos Estabelecimentos e Empregos Formais.....	105
Tabela 56: Sergipe - Fabricação de Máquinas, aparelhos e Materiais Elétricos –	106
Tabela 57: Sergipe - Fabricação de Máquinas, aparelhos e Materiais Elétricos – Evolução dos Estabelecimentos e Empregos Formais.....	106

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Corrente de Comércio das Regiões brasileiras – 1991 a 2010.....	57
Gráfico 2: Evolução das Exportações Brasileiras – 2000 a 2011 (em US\$ bilhões).....	66
Gráfico 3: Evolução das Importações Brasileiras – 2000 a 2011 (em US\$ bilhões).....	66

Gráfico 4: Participação das Exportações Nordesteanas nas Exportações do Brasil – 2000 a 2011	68
Gráfico 5: Exportações Nordesteanas por Fator Agregado – 2000, 2005 e 2011.....	69
Gráfico 6: Participação das atividades econômicas no VAB a preços básicos – Sergipe – 2010	74
Gráfico 7: Número de Estabelecimentos Industriais Locais com 5 ou mais pessoas ocupadas – Sergipe – 2007 a 2010	78
Gráfico 8: Participação das Exportações Sergipanas nas Exportações do Nordeste – 2000 a 2011	80
Gráfico 9: Sergipe – Total de empresas exportadoras – 2001 a 2011	81
Gráfico 10: Exportações Sergipanas por Fator Agregado – 2000, 2005 e 2011	82
Gráfico 11: Vantagem Comparativa Revelada – Grupo “Alimentos, fumo e bebidas” – Sergipe – 2000 a 2011	97
Gráfico 12: Vantagem Comparativa Revelada – Grupo “Minerais” – Sergipe – 2000 a 2011	99
Gráfico 13: Vantagem Comparativa Revelada – Grupo “Produtos químicos” –	101
Gráfico 14: Vantagem Comparativa Revelada – Grupo “Calçados e Couro” – Sergipe – 2000 a 2011	103
Gráfico 15: Vantagem Comparativa Revelada – Grupo “Têxtil” – Sergipe – 2000 a 2011.....	104
Gráfico 16: Vantagem Comparativa Revelada – Grupo “Máquinas e Equipamentos” – Sergipe – 2000 a 2011	106

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	17
2.1 Abordagens clássicas sobre o Comércio Externo	17
2.1.1 Vantagens Comparativas Reveladas e “Estado da Arte”	22
3 POLÍTICA ECONÔMICA E COMÉRCIO INTERNACIONAL	31
3.1 Política Comercial no Brasil: Contexto e resultados	36
4 DINÂMICA REGIONAL NO BRASIL E INSERÇÃO EXTERNA	46
4.1 Novas discussões sobre o Desenvolvimento Regional	47
4.2 Dinâmica Regional Brasileira.....	50
4.3 O novo contexto regional pós-abertura econômica	56
5 EVOLUÇÃO E DESEMPENHO RECENTE DO COMÉRCIO EXTERIOR NORDESTINO E SERGIPANO.....	65
5.1 Dinâmica Recente da Economia e do Comércio Exterior Sergipano	73
5.1.1 Setor Industrial Sergipano no período recente	74
5.1.2 Comércio Exterior Sergipano	79
6 VANTAGEM COMPARATIVA REVELADA – UMA ANÁLISE PARA SERGIPE ENTRE 2000 E 2011	86
6.1 Metodologia utilizada	86
6.2 Resultados e Discussões	89
6.2.1 Grupos que não possuem Vantagem Comparativa Revelada em Sergipe.....	90
6.2.2 Grupos que possuem Vantagem Comparativa Revelada em Sergipe.....	95
CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
REFERÊNCIAS	111
ANEXOS	119

1 INTRODUÇÃO

Há muito se discute a importância do comércio exterior no desenvolvimento das nações. Com certeza, a partir de Adam Smith o tema tornou-se elemento fundamental como defesa do crescimento econômico, no qual a conquista de novos mercados traz vantagens para todos os países envolvidos. A defesa do livre comércio daria aos países maior produtividade e eficiência a partir da utilização ótima dos recursos.

David Ricardo completa a teoria de Smith, ao afirmar que um país deve exportar o bem que sua força de trabalho produz de forma mais eficiente, em relação ao outro país, e comprar aquele bem produzido internamente de forma menos eficiente. Com ele, a análise deixa de focar somente os custos de produção, envolvendo, então, as produtividades relativas do trabalho, que determinam a eficiência relativa.

A teoria de David Ricardo passou a ser utilizada na defesa de um comércio internacional mais justo, no tocante aos preços e quantidades, dado que nenhum país se beneficiasse mais que o outro. A alocação eficiente de recursos traria benefícios iguais a todos os países envolvidos no comércio internacional, levando às nações a uma especialização produtiva com vantagens para o sistema como um todo.

A grande importância da teoria ricardiana foi evidenciada pelos economistas suecos Eli Hecksher e Bertil Ohlin, os quais ratificaram a ideia de ganhos decorrentes do livre comércio internacional. Eles vão além ao afirmar que as trocas externas entre as nações ocorrem devido às diferenças na dotação de fatores, e seria a abundância desses fatores que determinariam as vantagens comparativas e o comércio internacional. A chamada Teoria da Proporção de Fatores, de Hecksher- Ohlin, argumenta que se um país possui grande oferta de um recurso, maior que a presença de outros, ele é considerado abundante neste recurso e deve produzir mais bens que o utilizem. Desta forma, este país exportará os bens cuja principal fonte é o seu recurso abundante, revelando um comércio internacional no qual ocorre uma troca de fatores abundantes por fatores escassos.

A análise das vantagens comparativas de Ricardo contém apenas o fator trabalho, já a abordagem de Hecksher e Ohlin, as vantagens comparativas são determinadas pelas dotações diferenciadas de fatores. Segundo os autores, se os países se especializassem na produção de bens para os quais possuíssem mais eficiência, dada a abundância de fatores, os mesmos teriam mais benefícios no comércio exterior.

Destacando a importância do comércio entre as nações e em face da necessidade de se identificar vantagens comparativas para que os países obtivessem maior ganho através da especialização produtiva, Bella Balassa propôs, na década de 1960, um indicador que indicaria os pontos fortes da economia. O Índice de Vantagem Comparativa Revelada (VCR) é tido como um dos principais instrumentos para medir a vantagem comparativa, analisando a relação entre o desempenho de um determinado setor e o desempenho dos demais setores do país/região. A vantagem comparativa requer confrontar os preços relativos de dois países antes que se verifique efetivamente o comércio entre eles. Como esses dados não são observáveis, o indicador mede a vantagem comparativa de forma indireta, analisando os dados de comércio. Os resultados são utilizados no direcionamento de políticas públicas para fortalecer os principais setores econômicos.

O objetivo principal do estudo é examinar as formas de inserção externa da economia nordestina e sergipana, avaliando (identificando) o grau de diferenciação econômica regional (os setores dinâmicos). Para tanto, serão examinados: a) os diferenciais de desenvolvimento intrarregional em relação a indicadores de participação no comércio externo dos estados nordestinos; b) os resultados da inserção externa do ponto de vista da composição da pauta de exportações, buscando identificar possíveis impactos do setor externo na dinâmica da economia regional; e c) o desempenho recente de setores da economia sergipana vinculados ao mercado internacional, com base no Índice das Vantagens Comparativas Reveladas (VCR).

A presente dissertação está dividida em cinco seções, além da introdução e das considerações finais. Inicialmente, serão analisadas as Teorias do Comércio Internacional e exposta a metodologia da pesquisa, examinando fatos estilizados acerca do indicador. Na segunda seção, é feita uma análise sobre a Liberalização Comercial, com ênfase no processo de abertura comercial do Brasil, mostrando as principais transformações sofridas pelo país na década de 1990. Em seguida, é estudado o dinamismo econômico das regiões brasileiras nos anos recentes, tanto no tocante à evolução do comércio exterior quanto no desempenho de indicadores de emprego e desenvolvimento industrial. A quarta seção examinará as mudanças recentes do comércio exterior do Nordeste e do estado de Sergipe, tendo como pano de fundo uma breve abordagem sobre o desempenho recente da economia sergipana. Neste capítulo, o foco é a evolução das trocas externas e principais características da pauta importadora e exportadora regional e estadual no cenário atual. Por fim, a última seção

expõe os resultados obtidos pelo Índice das Vantagens Comparativas Reveladas para grupos de produtos de Sergipe em relação ao Nordeste.

As considerações finais apresentam uma breve análise sobre a discussão de cada capítulo, sugerindo medidas institucionais para a construção de uma economia mais sólida, forte e competitiva, com ganhos para toda sociedade de Sergipe.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A relação entre comércio exterior e crescimento econômico constitui a base dos primeiros ensaios econômicos desde o período mercantilista. No contexto mais recente, os defensores do livre comércio argumentam que a abertura das economias mundiais provocaria uma convergência dos preços internos e externos, deslocando a produção nacional tanto para o mercado interno quanto para o mercado internacional, com ganhos para todos os países envolvidos. Noutro plano, argumenta-se que o comércio internacional reforça as diferenças de produtividade dos países envolvidos, ampliando desigualdades e prejudicando o crescimento econômico dos menos eficientes.

A presente seção examinará as teorias clássicas sobre o comércio exterior, destacando como essas abordagens interligavam o comércio internacional ao desenvolvimento das nações. Destacar-se-á ainda o indicador proposto pelo economista Bella Balassa, no qual são avaliadas as vantagens comparativas de uma região, com identificação dos chamados “pontos fortes” de uma economia.

2.1 Abordagens clássicas sobre o Comércio Externo

O comércio externo constitui o fator determinante da generalização da produção de mercadorias e, portanto, do sistema capitalista. A existência do comércio entre países é bastante longa, porém é sob o mercantilismo que são definidos os fundamentos teóricos que passam a justificar as políticas de comércio exterior. Adquirir produtos nas regiões especializadas exigia o controle e mesmo o domínio territorial, tornando-se fundamental o estabelecimento de mecanismos para assegurar a exclusividade nas relações comerciais com tais mercados (POLANYI, 2000).

Na visão de Adam Smith (1985), a proteção ou exclusividade do comércio externo colocava limites ao crescimento da riqueza. Para ele, o comércio entre as nações deveria ser vantajoso para ambos os países e que o aumento da riqueza de uma nação viria da maior produtividade do trabalho. Adam Smith defendia que, se dois países produzissem um bem diferente de forma eficiente, os mesmos deveriam se especializar naquele bem que possuía vantagem absoluta, ou seja, sua produção é menos custosa, e vendê-lo para o outro país.

Smith defende uma relação de causa e efeito entre o aumento da produtividade e a extensão do mercado. Para elevar a produtividade seria necessário que houvesse maior divisão do trabalho, a qual dependia da extensão do mercado. Ou seja, o tamanho do mercado interno poderia limitar o crescimento da produtividade, daí a importância do comércio com outras nações.

O pensamento de Adam Smith dá origem à ideia do livre comércio, no sentido de vantagens absolutas. Isto é, um país deveria exportar aqueles produtos cuja produção fosse menos custosa e comprar aqueles bens que ficaria mais custoso produzir internamente.

[...] Se um país estrangeiro estiver em condições de nos fornecer uma mercadoria a preço mais baixo do que o da mercadoria fabricada por nós mesmos, é melhor comprá-la com uma parcela da produção de nossa própria atividade, empregada de forma que possamos auferir alguma vantagem. A atividade geral de um país, por ser sempre proporcional ao capital que lhe dá emprego, não diminuirá com isso, da mesma forma como não diminui a atividade dos profissionais acima mencionados; o que apenas resta é descobrir a maneira pela qual ela pode ser aplicada para trazer a maior vantagem possível (SMITH, 1985, p. 380).

Adam Smith enfatiza, dessa forma, que “[...] não interessa se as vantagens que um país leva sobre o outro são naturais ou adquiridas. Enquanto um dos países tiver estas vantagens, e outro desejar partilhar delas, sempre será mais vantajoso para este último comprar do que fabricar ele mesmo” (1985, p. 381). Para ele, o comércio exterior poderia gerar uma demanda adicional e o país, dessa forma, colocaria em uso recursos ociosos, elevando sua produtividade e gerando eficiência a nível mundial. Assim, ele defendia que havendo dois países que produzem um bem diferente de forma eficiente, os mesmos devem se especializar naquele bem que possui vantagem absoluta¹ e vendê-lo para o outro país (ALVES, 2009).

A teoria de Smith ainda estava fortemente associada à ideia de que os benefícios do comércio externo eram decorrentes da assimetria absoluta de custos entre dois países, com vantagens superiores de um em relação ao outro. Coube a David Ricardo, em 1817, desenvolver uma nova teoria do comércio internacional, baseada na ideia das vantagens comparativas. O modelo desenvolvido por Ricardo é baseado no custo em termos do fator trabalho, para explicar as vantagens do comércio entre países. Supondo que dois países, isoladamente, produzem cada um dois produtos, um país exportará o bem que sua força de

¹ Para mais detalhes da Teoria das Vantagens Absolutas, de Adam Smith, ver obra *A Riqueza das Nações*, deste autor.

trabalho produz, em comparação ao outro país, de forma mais eficiente, e comprará aquele bem produzido internamente de forma menos eficiente (SIDOU JÚNIOR, 2007).

O modelo das vantagens comparativas difere do modelo das vantagens absolutas por não considerar somente as quantidades absolutas de trabalho, mas sim as quantidades relativas desse fator, o qual ampliaria as possibilidades de comércio entre os países. Pelo modelo de Smith, não haveria comércio entre dois países se um deles produzisse com menor custo os dois bens. Para Ricardo, mesmo que um país tenha vantagem absoluta na produção dos dois bens, ele deve comprar aquele bem que ele possua mais desvantagem absoluta em produzir (ISTAKE, 2003).

Conforme Bado (2004), o modelo de Ricardo possui as seguintes premissas: o comércio ocorre entre dois países, com dois produtos, um único fator de produção (o trabalho), os países possuem tecnologias diferentes (o que justifica os diferentes preços relativos nos países), a balança comercial está sempre equilibrada, os custos de transporte são desprezíveis e existem custos constantes de escala. No capítulo VII de sua principal obra, David Ricardo dá o exemplo da produção de vinho e de tecidos por dois países, Portugal e Inglaterra:

To produce the wine in Portugal, might require only the labour of 80 men for one year, and to produce the cloth in the same country, might require the labour of 90 men for the same time. It would therefore be advantageous for her to export wine in exchange for cloth. This exchange might even take place, notwithstanding that the commodity imported by Portugal could be produced there with less labour than in England. Though she could make the cloth with the labour of 90 men, she would import it from a country where it required the labour of 100 men to produce it, because it would be advantageous to her rather to employ her capital in the production of wine, for which she would obtain more cloth from England, than she could produce by diverting a portion of her capital from the cultivation of vines to the manufacture of cloth (RICARDO, 2001, p. 91).

Analisando a quantidade de trabalho usada na produção de cada bem, o país deveria exportar o bem que despense menos trabalho na sua produção, em troca daquele bem mais custoso para produzir (GONTIJO, 2007). Em resumo, a lei das vantagens comparativas destaca que se as nações se especializassem na produção e exportação da commodity que possui menos desvantagem absoluta e importassem a commodity na qual sua desvantagem absoluta seja maior, haveria melhor alocação dos recursos produtivos e elevação da produtividade, pois o comércio seria mutuamente benéfico (SALVATORE, 1998).

Assim, o comércio internacional, através de mecanismos de ajustamento de preço/quantidade, garantiria preços justos e que nenhum país se beneficiasse mais do que

outro (ganhos de monopólio). Os países usufruiriam dos mesmos benefícios, pois teriam menores preços oriundos de uma alocação mais eficiente (MELO, 2000). Conforme ressalta Gontijo (2007), as vantagens são sempre comparativas, pois mesmo que um país possa ser menos eficiente do que outro na produção de todos os bens e serviços, o comércio exterior tenderia a contribuir para a especialização, de tal modo que seria também vantajoso para si.

David Ricardo defendeu a premissa de que o comércio entre as nações traria ganhos de bem-estar para todos, incluindo aqueles países que não possuem vantagem absoluta na produção de algum bem. Isto ocorreria, pois o comércio internacional garantiria a alocação ótima dos recursos. A análise deixa de se focar somente nos custos de produção, para então relevar as produtividades relativas do trabalho, que determinam a eficiência relativa (ALVES, 2009).

O principal avanço da teoria das vantagens comparativas ricardiana foi desenvolvido por dois economistas suecos, Eli Hecksher e Bertil Ohlin, mantendo-se a ideia de ganhos decorrentes do livre comércio internacional. Neste modelo, as nações participam do comércio exterior devido às diferenças na dotação de fatores. A abundância de fatores é o que determina as vantagens comparativas e o comércio internacional. Estas diferenças de fatores podem ser causadas pelo clima ou pela disponibilidade de tecnologias de cada país (SEREIA; CAMARA; GIL, 2004). Assim, “cada país tenderá, portanto, a especializar-se nas produções que requeiram os fatores produtivos que possui em grande quantidade relativamente aos outros países, e a importar bens que contenham muito dos fatores que lhe faltam” (BADO, 2004, p.7).

O teorema de Hecksher-Ohlin afirma que as vantagens comparativas são determinadas quando se analisa as diferenças entre as dotações de fatores de produção e a intensidade com a qual esses fatores são usados. Dessa forma, as vantagens comparativas, que, por fim, determinariam os rumos do comércio internacional, decorreriam da abundância relativa dos fatores de produção das nações e das tecnologias de produção, responsáveis pela proporção dos diferentes fatores utilizados na produção (SIDOU JÚNIOR, 2007).

Para Alves (2009, p. 8), o modelo rejeita o princípio explicativo dos preços dos bens pelos custos de trabalho e seus pressupostos estão em consonância com a abordagem da teoria neoclássica tradicional. No modelo admite-se o pleno emprego dos fatores, o axioma da racionalidade e os agentes maximizam suas preferências e utilidades. Assim, “a dotação de fatores é dada, não existindo mobilidade internacional dos fatores produtivos, o que determina a diferença de custos e preços internacionais. [...] Os países possuem a mesma

tecnologia de produção e as funções de produção são dadas. Trabalha-se, também, sob as fortes hipóteses de concorrência perfeita e retornos constantes de escala”.

Segundo Krugman; Obstfield (2005), o trabalho de Hecksher e Ohlin, conhecido também como Teoria da Proporção de Fatores, argumenta que um país que possui grande oferta de um recurso, superior a existência de outros, é considerado abundante neste recurso, e produz mais bens que o utilizem. Conseqüentemente, este país exportará os bens cuja principal fonte é o seu recurso abundante. A troca no comércio internacional é, portanto, uma troca de fatores abundantes por fatores escassos.

Para Bado (2004), a teoria da dotação dos fatores explica a especialização das nações embora outros aspectos fiquem à margem da teoria como, por exemplo, os fenômenos da concorrência imperfeita (concorrência monopolísticas/oligopolista), as barreiras à entrada, os planos de longa duração das empresas, grupos econômicos e nações, que buscam criar as estruturas necessárias para a produção e troca, adaptando-se aos fatores de produção disponíveis. Essa teoria, porém, ajuda na criação de políticas públicas para questões sobre o comércio internacional, adotando medidas de intervenção que alteram as vantagens comparativas do país, como redução da carga tributária e dos juros, controle dos salários, concessão de subsídios e financiamento à exportação. Tudo para reduzir os custos das empresas frente às empresas concorrentes internacionais².

A teoria de Hecksher-Ohlin está relacionada a mais três teoremas, a saber: a) o Teorema de Rybczynski, no qual uma elevação na oferta de um fator aumenta a produção do bem que utiliza de forma intensiva esse fator em sua produção; b) o Teorema de Samuelson, também conhecido como Teorema da equalização dos preços dos fatores de produção, no qual defende-se que o livre comércio equaliza o preços dos fatores de produção nos países

² Em análise feita em 2003, Delfim Netto debateu sobre a possibilidade das vantagens comparativas serem imutáveis ou se podem ser criadas por humanos e enfatizou que, neste quesito, existem três grupos de economistas: 1) aqueles que acreditam que as vantagens comparativas não podem ser criadas, apenas descobertas pelo setor privado na sua busca incansável por novas oportunidades; 2) aqueles que acreditam que mesmo “se fosse possível escolher pela política industrial “alguns vencedores”, eles acabariam “parasitas” porque um favor concedido nunca mais é retirado. Ademais, a seleção é tão difícil que a probabilidade de erro é muito maior do que a de acerto e os mecanismos de concessão são sempre sujeitos à corrupção, o que aumenta o “custo social” da proteção (a grande maioria dos economistas)”;

3) e os que creem que é possível se criar vantagens comparativas em um ambiente de economias de escala e amplo mercado através de uma política industrial “com plena visibilidade e transitória, apoiada em recursos claramente alocados no orçamento”. Ao citar a experiência do Programa Moderfrota (que buscou reduzir o sucateamento dos equipamentos agrícolas, através do BNDES com juros fixos e prazos adequados), executado com maestria, ele afirma que o país elevou as economias de escala e as quantidades produzidas, recebendo o “estado da arte” da produção com máquinas agrícolas automatizadas e uma qualidade ao produto brasileiro em parâmetros internacionais. O Brasil se tornou menos dependente, elevou às exportações e reduziu as importações. A esse processo Delfim Netto denominou de “vantagem comparativa criada”.

envolvidos; e c) o Teorema de Stolper Samuelson, no qual discute-se a mudança nas remunerações dos fatores, ou seja, o comércio entre as nações eleva o preço relativo do trabalho no país em que este fator é abundante, enquanto o preço relativo desse mesmo fator é menor em países que possuem outro fator, como o capital, em abundância (ARBACHE; DE NEGRI, 2002).

Em síntese, a análise clássica e neoclássica sobre o comércio internacional buscava, primeiramente, demonstrar que os países, ao se especializarem na produção de bens os quais se possuísse mais eficiência, teriam mais benefícios no comércio exterior. Para os clássicos, os ganhos seriam oriundos do princípio da divisão do trabalho para as relações internacionais e a especialização geraria uma melhor alocação de recursos em âmbito internacional, promovendo bem-estar para todos os parceiros comerciais. Na visão neoclássica introduz-se a dotação relativa de fatores como elemento chave da especialização dos países (MELO, 2000).

Nota-se que as teorias que tratam das vantagens comparativas, seja a teoria de Ricardo, com apenas um fator, ou a teoria de Heckscher e Ohlin, na qual as vantagens comparativas são determinadas pelas dotações diferenciadas de fatores, estão consagradas na história do comércio internacional. Tal importância é verificada de tal modo que alguns indicadores foram propostos para medir as vantagens comparativas de regiões ou países, a fim de se “revelar” os pontos fortes da economia e o direcionamento de políticas públicas para fortalecer os principais setores econômicos. Um dos índices mais utilizados com esta finalidade é o da Vantagem Comparativa Revelada (VCR), o qual será aprofundado no tópico seguinte.

2.1.1 Vantagens Comparativas Reveladas e o “Estado da Arte”

O grau de competitividade de uma economia pode ser medido através do seu desempenho, que associa sua competitividade ao seu desempenho no comércio internacional. Alguns indicadores são utilizados nesta análise, e eles diferem entre si devido ao seu caráter absoluto ou relativo. Os indicadores absolutos tratam-se da comparação do desempenho competitivo de cada país diante de seus concorrentes de produtos respectivos no mercado mundial. Os indicadores relativos, denominados, geralmente, vantagens comparativas reveladas (VCR), analisam a relação entre o desempenho de um determinado setor e o desempenho dos demais setores do país (PETRAUSKI, et al, 2012).

A teoria da vantagem absoluta analisa a capacidade de produzir um bem com custo menor, enquanto a teoria da vantagem comparativa destaca o custo de oportunidade, baseando-se na ideia de que os países, ao se especializarem na produção de determinado bem, tornam-se mais eficientes (PETRAUSKI, et al, 2012). A teoria da vantagem comparativa, mesmo com as contribuições da nova teoria do comércio internacional, permanece como o modelo básico de explicação da lógica e dos ganhos do comércio internacional. Empiricamente, o índice de Vantagem Comparativa Revelada (VCR), proposto por Balassa, na década de 1960, é o instrumento principal para medir a vantagem comparativa de um país (HOLANDA, 2002).

A teoria de David Ricardo e o modelo de Hecksher-Ohlin estão incorporados nos indicadores de vantagem comparativa devido à defesa dessas teorias de que os países se especializam, segundo suas vantagens comparativas, para comercializarem entre si (KRUGMAN; OBSTFELD, 2005). Em concordância, Nonnenberg (1995) afirma que os índices de vantagem comparativa revelada podem apontar os fatores responsáveis pelo comércio externo do país, demonstrando ou refutando o teorema de Hecksher-Ohlin, e ajudar a estudar as fontes do comércio intra-industrial.

A vantagem comparativa requer confrontar os preços relativos de dois países antes que se verifique efetivamente o comércio entre eles. Como esses dados não são observáveis, a vantagem comparativa é medida, de forma indireta, através dos dados de comércio (KUME; PIANI, 2004). O índice de Balassa (1965) tornou-se medida padrão da vantagem comparativa, aceitando que os fluxos de comércio revelam essa vantagem. Entretanto, o índice não explica o porquê de uma nação ter uma vantagem comparativa e outro país não tê-la (KAITILA, 1999).

Utkulu; Seymen (2004) enfatizam que o índice proposto por Balassa pode ser usado para medir a vantagem comparativa revelada tanto a nível global quanto a nível regional ou busca avaliar o comércio entre dois países ou vários parceiros comerciais. Holanda (2002) também destaca que a VCR é, geralmente, calculada em relação ao mundo, mas isso pode variar e o índice pode ser usado em análises entre regiões, no qual se espera que a competição seja mais forte. Para ele, estudar o indicador individual de um grupo de países ajuda a entender esse processo competitivo e analisar as mudanças/ganhos que um país adquire e que o faz melhorar sua participação no mercado mundial.

Antes do indicador de Balassa, já havia outras contribuições empíricas que discutiam como medir as vantagens comparativas. O primeiro a criar uma medida para as

VCR foi Liesner³, em 1958. Entretanto, a medida de Balassa é mais abrangente e aceita na literatura sobre vantagem comparativa revelada (UTKULU; SEYMEN, 2004).

As economias mundiais possuem fatores de produção distribuídos de forma desigual e os custos de oportunidade são diferentes. A vantagem comparativa enfatiza que o comércio internacional é vantajoso para os países que decidem produzir os bens em que são comparativamente mais eficientes do que os outros. Desta forma, o índice de Balassa pode ser entendido como a relação, de um determinado país, entre a sua participação no mercado mundial de um bem/setor e sua participação no total das exportações (HOLANDA, 2002), de tal modo que:

onde,

VCR_{ij} = Vantagem Comparativa Revelada do produto/setor i do país/região j .

X_{ij} = exportação do produto/setor i do país/região j .

X_{tj} = exportações totais do país j .

X_{im} = exportação do produto/setor i do mundo/região.

X_{tm} = exportações totais do mundo/região.

Para valores acima de 1, o indicador expressa vantagem comparativa do país no bem/setor analisado, ou seja, o país é considerado competitivo nas exportações deste produto/setor. Se a VCR_{ij} for igual a 1, a nação possui a competitividade média que existe no comércio internacional. Se a VCR_{ij} se situar entre 0 e 1, o país apresenta desvantagem comparativa no bem/setor determinado (KUME; PIANI, 2004). Visto que a vantagem comparativa revelada trata-se de preços pós-comércio, ou seja, seu cálculo é realizado com dados observados “ex-post” ao comércio, esse indicador não pode ser utilizado para previsões. O índice revela os padrões seguidos pela economia da nação, mas não assegura se este caminho é bom ou não (PETRAUSKI, et al, 2012).

Diversos estudos já foram realizados tendo como método o Índice das Vantagens Comparativas Reveladas, proposto por Balassa, a fim de se analisar o comércio exterior e a capacidade competitiva de países e regiões. Kume e Piani (2004), por exemplo, calcularam

³ Para mais detalhes, ver Utkulu; Seymen (2004).

as VCR do Brasil e dos Estados Unidos no mercado mundial e verificaram que os americanos são mais competitivos no exterior que o Brasil, com maior número de produtos que apresentam VCR positiva, entre 1999 e 2000. Com a pesquisa, os autores encontraram o seguinte resultado: para alguns produtos, que possuíam ou não VCR nos dois países, as estruturas de competitividade são, aproximadamente, complementares. Ou seja, alguns setores no Brasil apresentam maior número de produtos com VCR positiva, enquanto os mesmos setores, nos EUA, não apresentam mesmo desempenho, podendo “favorecer a criação de comércio, aumentando o bem-estar de ambos” (p. 5)⁴.

Holanda (2002) também realizou um estudo para saber o comportamento das vantagens comparativas de um grupo de países do leste asiático em relação à Coreia do Sul: Taiwan, Indonésia, Malásia, China e Tailândia. Os resultados do autor apontam para um dinamismo na formação das vantagens comparativas (VC), com quebras estruturais e mudanças ao longo do tempo. Países que não possuíam VC, em determinado setor, adquiriram essas vantagens, mesmo em setores com menor valor agregado. A tabela 1 destaca a classificação dos países em relação à posição de suas vantagens comparativas para o setor de manufaturados diversos. Nota-se que a Malásia, por exemplo, sai da 2ª posição, em 1975, para última posição, em 1995. Já a Indonésia e a China apareceram nas primeiras posições com o passar dos anos, indicando um comportamento mais estratégico na produção/exportação dessa categoria de bens.

Tabela 1: Classificação dos Países em relação às suas posições de Vantagem Comparativa – 1975 a 1999

MANUFATURADOS DIVERSOS						
Ano	75	80	85	90	95	99
Classificação						
1	Taiwan	Taiwan	Taiwan	Taiwan	China	China
2	Malásia	China	Tail.-China	Tail.-China	Tailândia	Indonésia
3	Tailândia	Tailândia	Mal.-Ind.	Mal.-Ind.	Indonésia	Taiwan
4	Indonésia	Malásia			Taiwan	Tailândia
5		Indonésia			Malásia	Malásia

Fonte: Holanda (2002).

Segundo o autor, isso aponta para uma maior inserção dos países em desenvolvimento no comércio internacional e tal fato sinaliza positivamente para o Nordeste brasileiro, que possui posição geográfica privilegiada, boa infraestrutura portuária e mão-de-

⁴ Para mais detalhes dos resultados encontrados, ver KUME; PIANI (2004). Os autores, além de analisar os produtos que possuem vantagens comparativas reveladas e o desempenho do comércio exterior do Brasil e nos EUA, procuraram estimar os efeitos da liberalização comercial para estes países.

obra barata, sendo viável aumentar sua participação no comércio mundial. Observou-se, também, que os ganhos de vantagem comparativa aconteciam, primeiramente, em setores menos sofisticados e alguns países buscaram concentrar, estrategicamente, esses ganhos em setores diferentes, o que garantiria o comércio entre eles.

O estudo de Nassif (2005) analisou as vantagens comparativas reveladas para o Brasil, entre 1989 e 2001, com o objetivo de medir o impacto da liberalização comercial, a eficiência técnica adquirida pelos setores industriais com o processo de abertura e o padrão de comércio exterior seguido pelo país. Na análise estática, apenas dos resultados encontrados no ano 2001, ele observou que as vantagens comparativas estavam presentes em quase todos os setores tradicionais da indústria de transformação, que utilizam de forma intensiva os recursos naturais abundantes no país. Entretanto, entre os setores com maior tecnologia só apresentaram VCR positiva a indústria de “outros veículos – incluindo peças e acessórios” (VCR de 3,7) e a de “automóveis, caminhões e ônibus” (VCR de 1,6). O autor destacou, também, que na análise dinâmica alguns setores adquiriram VC enquanto outros mantiveram ou pioraram seu índice⁵.

No Brasil, outras pesquisas buscaram entender a evolução do comércio internacional de alguns setores específicos e se utilizaram do indicador do Balassa para analisar tal comportamento. Silva e Tillman (2009) aplicaram o índice aos dados de exportação do fumo, entre 1996 e 2006, e encontraram dados significativos e de superioridade e eficiência produtiva na comercialização desse produto frente aos concorrentes mundiais, tendo o índice, em 2006, alcançado 18,76. Os autores salientam, entretanto, que, na média, não houve grandes aumentos no valor do indicador, o que significa que o setor não apresentou grande dinamismo no período estudado, como mostra a tabela 2:

Tabela 2: Índice de Vantagem Comparativa Revelada para o fumo 1996-2006

Ano	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
IVCR	17,83	16,67	15,96	17,27	16,69	16,77	19,62	18,31	19,05	20,54	18,76

Fonte: Silva; Tillman (2009)

Outro estudo relevante foi apresentado por Coronel et al (2008) que buscou analisar se o Brasil possuía VCR nas exportações de soja e seus derivados em relação às exportações mundiais. Entre 1995 e 2004, os valores do indicador das VCR para soja em grão foram superiores à unidade, com evolução do indicador de 11,56, em 1995, para 32,86, em 2004, como exposto na tabela 3. Isso indica que o país possui vantagem comparativa nesta

⁵ Maiores detalhes sobre os resultados obtidos, ver NASSIF (2005).

commodity, comprovando o grande dinamismo do setor e sua importância para a pauta exportadora nacional. Os autores ressaltam que o país mostrou grande melhora na competitividade neste segmento, com elevação do índice em quase todo o período. O farelo e o óleo de soja também apresentaram VCR muito superiores a 1, embora apresentaram redução do indicador em intervalos do período analisado, devido às mudanças cambiais e à redução das exportações nacionais e mundiais.

Tabela 3: Índice de Vantagens Comparativas Reveladas (VCR) da soja em grão, de 1995-2004

Anos	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
IVCR	11.56	11.55	22.74	25.88	24.75	27.84	27.92	30.20	28.45	32.86

Fonte: Coronel et al (2008)

Fernandes; Wander; Ferreira (2008) buscaram analisar, através do índice das vantagens comparativas reveladas, outro item de grande consumo no país: o arroz. O estudo mostrou que, no período de 44 anos (1961 a 2005), o arroz brasileiro apresentou vantagem comparativa revelada, em relação ao mundo, em apenas sete anos (1961, 1965, 1966, 1968, 1971, 1977, 1978), revelando que o arroz brasileiro tem pouca relevância na pauta de exportação brasileira. A perda da vantagem comparativa indica que o país tem perdido espaço nas exportações de arroz. Tal fato deve-se, possivelmente, a pouca eficiência da produção do arroz, como pouca fertilidade do solo, doenças e falta de recursos e políticas agrícolas favoráveis à sua produção.

Tabela 4: Índice de Vantagem Comparativa Revelada (VCR) do arroz de estados produtores selecionados em relação ao Brasil

Ano	RS	SC	MT	MS	GO
1996	8,24	0,02	0,00	0,00	0,00
1997	6,98	0,89	0,00	0,43	0,00
1998	4,18	1,71	0,00	0,03	0,00
1999	4,35	0,66	2,72	0,12	0,03
2000	7,57	1,74	0,43	0,00	0,00
2001	7,83	1,72	0,09	0,00	0,01
2002	7,94	0,95	0,46	0,00	0,00
2003	7,42	1,59	0,04	0,00	0,00
2004	8,82	1,93	0,00	0,00	0,00
2005	10,15	0,12	0,94	0,38	0,33
2006	10,14	0,15	0,50	0,17	4,01

Fonte: Fernandes; Wander; Ferreira (2008).

RS: Rio Grande do Sul; SC: Santa Catarina; MT: Mato Grosso; MS: Mato Grosso do Sul; GO: Goiás.

O grande destaque da pesquisa citada é a análise nacional, na qual os autores buscaram revelar quais os estados brasileiros são mais representativos no mercado global e no mercado nacional, analisando a competitividade dos produtores estaduais interna e externamente⁶. Os resultados mostram que o grande destaque, em relação ao Brasil, entre os produtores de arroz nas vantagens comparativas, no período de 1996 e 2006, é o Rio Grande do Sul, com índice acima da unidade em todos os anos (ver tabela 4). O estado também é o único que apresentou melhor competitividade externa, embora só tenha apresentado o índice acima de 1 (um) em 2005.

Em análise sobre o setor exportador do Rio Grande Norte, Silva e Montalván (2008) buscaram identificar os produtos do estado, em relação ao Brasil, com vantagem comparativa revelada entre 1996 e 2006, além de mensurar os graus de concentração de produtos e os destinos das exportações, o tipo de comércio e os setores fortes da pauta de exportações. Os autores encontraram vantagem comparativa revelada nos seguintes grupos de produtos: peixes, crustáceos e moluscos; frutas, cascas de cítricos e melões; açúcares e produtos de confeitaria; sal, enxofre, pedras, gesso e outros; combustíveis; algodão; vestuário e seus acessórios de malha. O grupo de combustíveis apresentou indicador acima da unidade a partir de 2002, quando se iniciou a extração de petróleo no estado, sofrendo recuo devido à queda nas exportações do principal produto do segmento: óleo bruto de petróleo.

Os autores destacaram que diversos grupos (como frutas, cascas de cítricos e de melões; açúcares e produtos de confeitaria; algodão; sal e sucedâneos; vestuário e seus acessórios de malha) apresentaram em seu indicador uma tendência declinante ao longo do tempo, evidenciando a necessidade de políticas públicas, estaduais e federais, voltadas para a modernização desses setores, a fim de se reestabelecer suas vantagens comparativas.

Um estudo realizado por Feistel e Hidalgo [2011], acerca das relações comerciais bilaterais do Nordeste com a China, utilizou o índice das Vantagens Comparativas Reveladas Simétricas (VCS)⁷. Os autores buscaram entender as vantagens comparativas no

⁶ Para mais detalhes dos resultados da pesquisa, ver Fernandes; Wander; Ferreira (2008)

⁷ Conforme Feistel e Hidalgo [2011], o índice da Vantagem da Comparativa Revelada, proposto por Balassa, fornece um indicador da estrutura relativa das exportações de uma região. Se a região exporta um grande volume de um determinado bem, em relação ao que é exportado desse mesmo produto por outro país, entende-se que a região conta com vantagem comparativa na produção desse bem. O cálculo da Vantagem Comparativa Revelada Simétrica, entretanto, está baseado exclusivamente no valor das exportações considerando que as importações são impactadas por medidas protecionistas dos parceiros comerciais. Hidalgo e Mata (2003), em um trabalho sobre a competitividade do estado do Pernambuco e da região Nordeste, afirmam que o VCR apresenta uma limitação. Segundo eles, a desvantagem e a vantagem comparativa possuem dimensão assimétrica, pois a primeira varia entre 0 e 1 enquanto a última varia entre 1 e infinito. Desta forma, os autores

comércio entre essas duas economias e encontraram que apenas um grupo no Nordeste apresentou VCR em relação a China: Papel e Celulose (entre 2002 e 2009). Analisando outros indicadores de competitividade, os autores encontraram outros setores com potencial exportador, que merecem políticas estratégicas para elevar sua inserção externa, como: Papel e Celulose, Alimentos e Bebidas e Produtos Químicos.

Apesar das exportações brasileiras apresentarem nos últimos anos maior competitividade, estudos voltados para comércio internacional têm apontado que a Região Nordeste necessita de mais ações voltadas para um melhor aproveitamento de suas potencialidades, destacadas por indicadores como o VCR. Encontrando estes setores promissores e estratégicos para a inserção externa da região, são de crucial importância investimentos públicos e privados que melhorem a infraestrutura do comércio e facilitem a busca por novos mercados (FEISTEL; HIDALGO, [2011]).

Utilizando a mesma metodologia das Vantagens Comparativas Reveladas Simétricas, Hidalgo e Mata (2003) buscaram identificar os grupos de produtos (cujo critério de classificação é o mesmo utilizado nesta pesquisa), que são os pontos fortes da Região Nordeste e do estado de Pernambuco no comércio internacional. O nordeste apresentou VCS nos grupos “Alimentos, Fumo e Bebidas”, “Produtos Químicos”, “Plásticos e Borracha”, “Papel e Celulose”, “Têxtil” e “Metais Comuns”, enquanto Pernambuco apresentou nos agregados “Alimentos, Fumo e Bebidas”, “Produtos Químicos”, “Plásticos e Borracha” e “Têxtil”. Para os autores, a presença de alguns setores na lista estadual não é surpresa, devido a grande importância e participação nas exportações pernambucanas. Porém, o grupo “Máquinas, Aparelhos e Material Elétrico” foi ressaltado pelos autores, pois são bens de maior valor agregado e tecnológico, merecedores de maior atenção para aproveitamento deste potencial.

Todos os estudos citados acima são relevantes por apresentaram os produtos/grupos de produtos que apresentam potencial exportador e podem ser fortalecidos para elevar a participação externa das regiões. Desta forma, mais estudos sobre as vantagens comparativas reveladas devem ser feitos, a fim de saber quais os setores mais competitivos da economia, seja regional ou local, no comércio internacional e o seu dinamismo ao longo do tempo. Assim, se entenderá quais setores/segmentos são pontos fortes da economia e,

usam o índice proposto de Laursen, em 1998, chamado Vantagem Comparativa Revelada Simétrica, no qual os intervalos seriam entre -1 e 1. Entretanto, a essência do indicador permanece a mesma, sendo que entre 0 e 1 a região possui vantagem comparativa no bem analisado, enquanto entre -1 e 0 ocorre o contrário. Para mais detalhes ver Hidalgo e Mata (2003) e Feistel e Hidalgo [2011].

consequentemente, quais necessitam de mais atenção das políticas públicas, seja para manter ou desenvolver suas potencialidades.

3 POLÍTICA ECONÔMICA E COMÉRCIO INTERNACIONAL

No período entre o Segundo Pós-Guerra até a década de 1970, os países industrializados passaram a adotar políticas de liberalização comercial. Neste período, princípios de livre comércio foram defendidos e o protecionismo foi atacado pela ordem econômica internacional. Segundo Wacziarg e Welch (2003), na década de 1960, 15,6% dos países do mundo (cerca de 20% da população mundial) apresentavam políticas comerciais abertas. Em 2000, 73% dos países (quase 50% da população do mundo) tinham suas economias abertas para o comércio internacional. Isso refletiu em redução nas tarifas do comércio internacional e elevação do comércio e da renda (ALVES, 2009).

Na década de 1980, diversas políticas de liberalização comercial se difundiram nos países em desenvolvimento. Acreditava-se que o livre comércio elevaria o bem-estar social e estimularia o rápido crescimento econômico diante dos ganhos de alocação de recursos. Esse processo de abertura ocorreu para países latino-americanos, como Chile, Argentina, Uruguai, na década de 1970, e no México e na Bolívia, na década 1980. O Brasil também participou deste processo de abertura comercial, apesar deste ter acontecido mais tardiamente, no final dos anos 1980 (MOREIRA ; CORREIA, 1997; e ALVES, 2009).

Segundo Galvão (2007), a evolução econômica, social e política alcançada por alguns países se deve ao seu crescimento no comércio exterior. Os países com maior inserção de suas economias na corrente de comércio internacional (tanto importações quanto exportações) são os que mais cresceram nas últimas três décadas e devem continuar crescendo com taxas mais elevadas nos próximos anos.

Souza (2007) afirma que existem vários conceitos para o termo liberalização, enfatizando que se trata de um “movimento da política comercial em direção à: i) neutralidade; ii) liberalidade e/ou da iii) abertura” (p. 13). Ao citar Dean et al (1994) e Pritchett (1996), ele explica que para uma política comercial caminhar para neutralidade, os incentivos buscariam igualar a competição entre os setores exportadores e importadores; movimentos para liberalidade seriam caracterizados pela menor intervenção na economia e a abertura ocorreria quando o setor externo elevasse sua participação em proporção do Produto Interno Bruto (PIB). A liberalização comercial, desta forma, engloba as alterações na política comercial (tais como mudanças nas tarifas), política de controle (barreiras não-

tarifárias ou restrições quantitativas), política cambial e, sobretudo, nas políticas de comércio exterior (exportação e importação) que afetam o fluxo comercial entre os países⁸.

A existência de diversas abordagens para explicar a liberalização gerou muitos indicadores para mensurar o grau de abertura dos países. O Indicador da intensidade do comércio internacional, por exemplo, busca, fazendo a razão do comércio exterior (soma das exportações e importações do país) sobre o PIB, entender como a mudança na política comercial alterou os fluxos de comércio. Outro grande destaque é o Indicador de Sachs-Warner⁹ que, analisando algumas condições, determina se um país é ou não aberto (SOUZA, 2007).

O cenário de abertura comercial desencadeou na década de 1990 um intenso debate sobre os impactos das políticas liberalizantes nas economias nacionais¹⁰. Para Markwald (2001) é inegável que a redução das barreiras tarifárias e não-tarifárias, no Brasil, trouxe melhorias de produtividade. Segundo ele, os investimentos também sofreram impactos positivos, pois o aumento da capacidade produtiva e a presença de novos produtos incentivaram novos projetos de investimentos. Coutinho (1997 apud PEREIRA, 2007, p. 5), entretanto, afirma que o processo de abertura gerou “desindustrialização de alguns setores e desnacionalização de frações da indústria brasileira”.

De fato, alguns países realizaram reformas graduais, enquanto outros a fizeram de forma mais abrupta. Para Edwards (1990 apud BAUMANN, 2001), o gradualismo pode expandir ou comprometer a credibilidade das reformas a depender da realidade de cada país. Um aspecto importante discutido por Baumann (2001) é a relação entre as reformas e a estabilidade de preços. Citando Corbo e Fischer (1992), ele explica que, em economias com problemas macroeconômicos agudos, as reformas devem iniciar somente após uma redução desses desequilíbrios.

Con respecto a la liberalización comercial - la primera etapa del esquema de reforma propuesto - existen tres argumentos en favor de retardarla hasta que se haya controlado la inflación (Rodrik, 1993b). Primero, la ya mencionada

⁸ Para mais detalhes, ver SOUZA (2007).

⁹ Pelo critério Sachs-Warner, um país é considerado fechado quando: 1) as tarifas médias são superiores a 40%; 2) as barreiras não-tarifárias cobrem 40% ou mais do comércio; 3) o prêmio do câmbio no mercado negro foi inferior a 20% nas décadas de 1970 e 1980; 4) possui monopólio estatal de grande parte das exportações; e 5) o país apresenta uma economia socialista.

¹⁰ A década de 1990 constitui um marco de transição para a economia brasileira em razão das profundas reformas estruturais. Tais transformações se iniciaram com o processo de abertura comercial: transição de uma economia fechada para uma economia aberta. Uma das principais críticas ao modelo de desenvolvimento substitutivo de importações referia-se ao caráter fechado da economia brasileira, o que resultava em baixa competitividade e perda dos ganhos oriundos do comércio internacional, agravando a estrutura de custos e de preços internos, mas sobretudo, limitando as possibilidades de inserção externa

variabilidad de precios relativos, que afecta la transmisión de las ventajas derivadas de la mayor eficiencia. Segundo, la liberalización comercial podría afectar el ingreso fiscal, en caso de que la reducción o eliminación de impuestos al comercio supere el ingreso fiscal emanado de la intensificación de la actividad comercial. Tercero, la liberalización exige una desvalorización compensatoria del tipo de cambio para proteger la cuenta corriente, que también beneficiaría la estabilización interna de precios a través de importaciones menos onerosas, favorecidas por un tipo de cambio valorizado (BAUMANN, 2001, p. 152).

A liberalização comercial é muito defendida por estudiosos e o principal argumento favorável da abertura comercial é o das vantagens comparativas, desenvolvido por David Ricardo, no qual a economia obtém ganhos de bem-estar através da alocação ótima de recursos. Assim, ao especializar sua produção nos setores os quais o país possui vantagens comparativas, seja em termos tecnológicos (ricardiano) ou em termos da dotação dos fatores (Heckscher-Ohin), torna-se possível elevar a renda real dos indivíduos (MOREIRA; CORREA, 1997).

Os defensores do livre comércio afirmam que o protecionismo afastaria os países de suas vantagens comparativas, gerando a produção de um grande número de produtos de forma ineficiente. No Brasil, a proteção privilegiava setores que precisavam de recursos escassos, como capital e tecnologia, enquanto recursos abundantes, como mão-de-obra e recursos naturais, eram usados de forma inadequada. Existiam, portanto, inúmeros setores, além de estruturas ineficientes e desperdício de recursos, que prejudicavam expressivamente os exportadores, produtores finais e consumidores com preços altos nos insumos e produtos (MARKWALD, 2001).

Além do argumento da vantagem comparativa, outros são usados na defesa da abertura comercial, como a diversidade de produtos, ganhos de eficiência técnica e de escala, e a eliminação do fenômeno rent-seeking (argumentos estáticos). Sobre a diversidade de produtos, ocorreriam ganhos de bem-estar a partir do momento no qual o produtor utilizasse recursos (insumos e bens de capital) mais especializados. Ou seja, nenhum país pode produzir tantos produtos quanto àquela quantidade fornecida pelo comércio internacional (MOREIRA; CORREA, 1997). Haveria, portanto, uma oferta interna maior e uma quantidade superior de bens no mercado doméstico (ALVES, 2009).

No que diz respeito aos ganhos de eficiência técnica e ao aumento na escala de produção, estes ocorreriam devido à elevação na produtividade, diante da maior exposição no comércio internacional. Os mercados protegidos são mais restritos, teriam menos incentivos para reduzir custos, desenvolver novos produtos e processos, criar inovações, enfim, elevar a produtividade. Com menor escala de produção, o produtor local estaria em

desvantagem frente aos seus concorrentes externos. Um quarto argumento é sobre a eliminação do rent-seeking, no qual, em economias fechadas, as firmas se voltariam para atividades improdutivas (lobbies) ou promoveriam o suborno ou a corrupção da burocracia governamental, não se preocupando com a eficiência (MARKWALD, 2001).

Outros argumentos também são apresentados em favor da liberalização comercial, oriundos das novas teorias do crescimento. Eles são chamados de argumentos dinâmicos e incorporam as inovações e difusões tecnológicas, além dos retornos crescentes de escala, que gerariam ao país ganhos através da maior acessibilidade ao conhecimento tecnológico internacional e do aumento da produtividade (MELO, 2000). Os argumentos dinâmicos já eram encontrados desde a década de 1960, como nas Teorias do Ciclo do Produto, de Vernon (1966), e da Síntese Dinâmica, de Johnson (1968), e questionavam a teoria da vantagem comparativa tradicional buscando torná-la mais dinâmica através da introdução de abordagens neotecnológicas (ALVES, 2009).

Essa abordagem, na qual a mudança tecnológica é capaz de impulsionar o crescimento econômico, foi fortalecida pelos trabalhos de Solow e Schumpeter, enfatizando que o progresso técnico seria a peça-chave para um sistema produtivo mais dinâmico. Para Schumpeter, a economia estacionária é como um “fluxo circular”, que precisa se modificar ao longo do tempo e a inovação é o elemento responsável por estas mudanças (ALVES, 2009).

Neste contexto, para Markwald (2001), a liberalização econômica além de aumentar o fluxo de bens, melhoraria a difusão de ideias e tecnologias, que seriam adaptadas e incorporadas ao processo produtivo, fomentando a inovação de produtos e processos e expandindo a base tecnológica das empresas. Assim, o progresso técnico, em conjunto com um ambiente concorrencial, especialização produtiva e aumentos de escala da produção, tornaria dinâmicos os argumentos antes considerados estáticos.

Grossman e Helpman (1991 apud Moreira; Correa, 1997) sintetizam os quatro principais argumentos dinâmicos, derivados das “novas” teorias do crescimento econômico (nas quais o progresso técnico é endogeneizado), para economia aberta, os quais seriam: melhorias no fluxo das ideias, expandindo a base tecnológica e acelerando o crescimento; a competição internacional, que incentiva a inovação nas empresas; aumento dos mercados que as firmas operariam, gerando economias de escala associadas a gastos em P&D; especialização dos setores produtivos locais, devido ao comércio entre países com diferentes dotações de fatores.

Uma economia é impactada positivamente com a liberalização comercial, pois os países são incentivados a investir em novas tecnologias diante da larga escala da economia mundial; o país pode ganhar com spillovers tecnológicos, através da rápida difusão do conhecimento; e o país aumenta suas oportunidades de investimento financeiro, pois está mais exposto ao mercado internacional de capitais (ALVES, 2009). Markwald (2001, p. 4 e 5) também define claramente os resultados esperados por uma reforma comercial liberalizante, destacando que a mesma gera:

(i) uma alocação mais eficiente dos recursos produtivos, beneficiando particularmente os setores intensivos em mão-de-obra de baixa qualificação, além dos setores intensivos em recursos naturais; (ii) o aumento generalizado da produtividade, como resultado do ambiente mais competitivo, do maior acesso a insumos e bens de capital importados, da introdução de inovações gerenciais e de novos modelos organizacionais, da especialização produtiva, do aumento das escalas de produção e, por último, da redução dos custos e eliminação do desperdício; (iii) o aumento do investimento, com o objetivo de viabilizar o incremento das escalas de produção; (iv) a elevação do gasto privado em P&D e capacitação tecnológica; (v) o aumento expressivo das importações; e (vi) o aumento concomitante das exportações, em decorrência da eliminação do viés anti-exportação.

Deste modo, uma proteção em excesso, além de gerar um grande número de setores ineficientes, também desestimula investimentos em inovações que gerariam menores custos e maior produtividade. A abertura aumentou o acesso a diferentes bens e tecnologias mais avançadas a preços menores. Como enfatizado por Moreira; Correa (1997, p. 28), “a redução da proteção diminuiu o viés anti-exportações que prevalecia no regime anterior [...]” e “o comércio de manufaturados do Brasil com o resto do mundo assumiu características de um comércio intra-indústria [...] que traz imensos benefícios associados às economias de escala e especialização”.

Diante do exposto, observa-se que há uma concordância generalizada de que a liberalização comercial trouxe benefícios às economias nacionais, principalmente por elevar a produtividade das empresas. A inserção no mercado mundial também aumentou as trocas externas, possibilitou uma maior eficiência técnica e o acesso a novas tecnologias e bens, reduzindo a proliferação de setores ineficientes através da especialização em setores nos quais o país possuía vantagem comparativa.

3.1 - Política Comercial no Brasil: Contexto e resultados

Na década de 1990, o Brasil passou por muitas transformações econômicas e mudanças em sua política de comércio exterior. O período de abertura comercial se iniciou no governo do presidente Fernando Collor, se estendendo até o governo Fernando Henrique. Tal processo ocorreu num cenário globalizado, com maior integração entre os países e regiões, através de acordos bilaterais e multilaterais, no chamado “Novo Regionalismo”¹¹ (AVERBUG, 1999). A liberalização do comércio e as primeiras privatizações começaram no fim da década de 1980, enquanto etapas mais significativas só começaram nos anos 1990, conhecido como a “década das reformas” do Brasil (BAUMANN, 2001).

As diversas reformas brasileiras ocorreram no mesmo período devido à percepção cada vez maior dos atores econômicos (governo, empresários e acadêmicos) sobre a necessidade de se fazer mudanças. Modificações em outras economias também estimularam os reformadores brasileiros. O processo de reformas do Brasil teve início com a reforma da política comercial, seguida pela abertura da conta de capital do balanço de pagamentos. Ocorreram, também, reformas administrativas e na seguridade social, acompanhadas de várias mudanças em programas sociais para educação, saúde e mitigação da pobreza (BAUMANN, 2001).

Tabela 5: Brasil - Uma década de Reformas^a

	1988 e antes	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Reforma Comercial	*	*	*	*	*	*	*	*	*			*	*
Abertura ao capital financeiro externo					*			*	*				*
Privatizações	*		*				*	*		*		*	*
Regulamentação do setor financeiro								*	*	*	*	*	*
Reforma da Seguridade Social									*	*	*	*	*
Reforma administrativa											*	*	
Reforma de Programas Sociais:													
Educação													*
Saúde												*	*

Fonte: BAUMANN (2001).

^a Os asteriscos indicam a data aproximada das principais medidas para regulamentar cada uma das reformas, e não o pico de intensidade das mudanças. É importante lembrar estes fatos, por exemplo, no caso de privatização, muito mais intensa em 1998, em termos do valor real de transações em qualquer período anterior.

¹¹ Oliveira (2012, p. 9) conceituou o termo regionalismo como sendo os “processos políticos de coordenação e cooperação entre países, independentemente de sua localização geográfica, que resultam na criação de acordos preferenciais, acordos de livre-comércio, uniões aduaneiras, abrangendo também processos de integração mais profundos, sejam bilaterais, trilaterais ou plurilaterais. Coloca-se assim foco na integração econômica, sem desconsiderar, contudo, os vetores políticos que impulsionam o regionalismo em momentos diversos”.

Até a década de 1980, a economia brasileira era totalmente fechada. Em 1985, as importações representavam cerca de 4% da demanda doméstica e as exportações cerca de 9% do produto nacional. Com o processo de abertura iniciado no final desta década, a tarifa média de 130% foi reduzida para menos de 15% em 1994. Outras restrições não-tarifárias de preços e quantidades também foram extintas (BARROS; CORSEUIL; CURY; 2000). O comércio exterior era usado como instrumento para garantir a industrialização do país através da substituição de importação. Quando reduziram as tarifas nominais e efetivas modais e removeram o sistema de proteção não-tarifário, a constante queda nas importações se inverteu e a penetração de importações média sofreu forte elevação (ARBACHE; CORSEUIL, 2001).

O regime de substituição de importação se estendeu até o fim da década de 1970, quando as importações ainda eram substituídas pela produção interna. Miranda (2001, p. 10) destaca que as empresas brasileiras precisaram se ajustar “[...] a uma economia cronicamente inflacionária em contexto de ruptura dos fluxos de financiamento internacional (década de 1980)” e “[...] a uma economia aberta, com estabilidade de preços mas com desequilíbrios fiscais e do balanço de pagamentos (década de 1990)”.

Para reverter a deterioração fiscal e financeira do setor público, combater a inflação e aumentar o nível de atividade, o Brasil, bem como diversos países da América Latina cronicamente inflacionário, buscou, em 1994, um novo meio para estabilizar a economia usando a taxa de câmbio como “âncora nominal do sistema”, e não como “uma variável de política comercial e industrial ligada às exigências de ajuste do balanço comercial e à competitividade do setor de comerciáveis” (Miranda, 2001, p. 10).

Pressupunha-se que o uso do câmbio como variável de política comercial havia gerado estruturas de mercado ineficientes, com número excessivo de firmas, não permitindo assim escalas competitivas. Por sua vez, a proteção tarifária indiscriminada às empresas nacionais e estrangeiras aqui estabelecidas implicou excessiva diversificação de produtos. Ademais, a exigência de níveis elevados de nacionalização dos produtos finais ensejou alto grau de integração vertical, que impedia os ganhos de competitividade decorrentes da especialização. Proteção elevada por câmbio, barreiras tarifárias e não tarifárias garantiam altas margens de lucro que desestimulavam a redução de custos, e a busca de maior produtividade, bem como garantiam a reprodução de processos e produtos tecnologicamente defasados. Conseqüentemente, os preços nacionais eram superiores aos internacionais, o que era extremamente prejudicial à inserção competitiva do Brasil no comércio internacional (MIRANDA, 2001, p. 10).

Com o Plano Real em vigor, em 1995, e as políticas de integração comercial do Mercosul em andamento, as políticas de importação foram direcionadas para estabilização

de preços e proteção moderada dos setores afetados pela liberalização, ações contrárias aos interesses iniciais de maior liberalização. Em 1996, por exemplo, houve leve alta na alíquota das importações, a fim de reduzir o déficit em conta corrente (AVERBUG, 1999).

A liberalização econômica redefiniu as estratégias alocativas e fez as empresas buscarem mais eficiência. Isso impactou no comportamento da balança comercial, na composição do produto industrial, nos mark-ups, custos e preços dos diversos setores econômicos. A participação das importações e exportações sofreram aumentos generalizados, mesmo que desiguais entre os segmentos. Porém, o coeficiente exportado se elevou em ritmo mais lento, gerando impactos assimétricos nas importações e exportações (MIRANDA, 2001).

Estudos feitos por Moreira e Correa (1997) e Haguenuer e Markwald (1997) destacam que os setores das indústrias de máquinas e equipamentos, de material e aparelho eletrônico e de comunicação, beneficiamento, fiação e tecelagem, automobilística, de tratores e máquinas de terraplanagem, e de equipamentos de produção e distribuição de energia elétrica obtiveram maior coeficiente importado. Nas exportações, os setores com destaque foram as indústrias de madeira, metalurgia dos não ferrosos, celulose, de conserva e sucos de frutas, calçados, siderurgia, borracha, resina e equipamento para produção e distribuição de energia elétrica (MIRANDA, 2001).

O nível de atividade da economia, nos anos 1990, sofreu muita oscilação, chegando a taxas negativas de crescimento entre 1990 e 1992. A indústria brasileira, por exemplo, obteve altas taxas negativas nesse período (-8,7%, em 1990, e -4,2%, em 1992). A recuperação industrial ocorreu em 1993 e 1994, mas desacelerou nos anos seguintes (ver tabela 6). Em 1994, o plano real mostrou-se bem-sucedido na desindexação da economia, a poupança externa substituiu o modelo de financiamento via imposto inflacionário e as importações tornaram-se uma variável de ajuste entre demanda e oferta interna (BEZERRA, 2005). Isso impactou positivamente no controle das taxas de inflação e na redistribuição de renda, aumentando a massa salarial (KUPFER, 1998 apud BEZERRA, 2005). Bezerra (2005) salienta que, apesar da economia ter se recuperado em 1997, a crise da Ásia, no final desse mesmo ano, interrompeu o crescimento e fez a indústria apresentar, novamente, taxas de crescimento negativas nessa década.

Além de explicar como aconteceu o processo de abertura comercial da economia brasileira, alguns estudiosos buscaram apresentar os impactos da liberalização comercial na economia do país. Segundo Miranda (2001), esperava-se que a abertura comercial, aliada a

um câmbio favorável às importações, trouxesse melhorias na competitividade, reduzindo as ineficiências geradas com o modelo de substituição das importações. Assim, ele explica que haveria ganhos de eficiência alocativa, custos e preços mais baixos, equipamentos mais modernos e especialização das empresas segundo as suas vantagens competitivas, e aumento das exportações, que com o tempo seriam maiores que o volume importado, trazendo ao país um crescimento sustentável.

Tabela 6: Brasil - Variação anual do PIB por setores de atividade econômica - 1991/1999

ANO	PIB	INDÚSTRIA	SERVIÇOS	AGROPECUÁRIA
1991	1,03	0,26	1,96	1,37
1992	-0,54	-4,22	1,52	4,89
1993	4,92	7,01	3,21	-0,07
1994	5,85	6,73	1,80	5,45
1995	4,22	1,91	1,30	4,08
1996	2,66	3,28	2,26	3,11
1997	3,27	4,65	2,55	-0,83
1998	0,13	-1,45	1,11	1,94
1999	0,81	-1,60	1,89	7,41

Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais. Elaboração Própria.

A tabela 7 mostra o desempenho da balança comercial do Brasil, na década de 1990, e evidencia o impacto da abertura na expansão das importações. Averbug (1999) destaca, porém, que o aumento no quantum importado não se deveu somente à liberalização comercial, mas devido à estabilização da economia com o Plano Real, ao andamento do processo de integração do Mercosul, às privatizações, à retomada dos investimentos e à crise da Ásia.

Tabela 7: Brasil - Evolução do Comércio Exterior na década de 1990 (US\$ Milhões FOB)

ANOS	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	SALDO
1990	31.414	20.661	10.752
1991	31.620	21.041	10.579
1992	35.793	20.544	15.249
1993	38.555	25.256	13.299
1994	43.545	33.079	10.466
1995	46.506	49.972	-3.466
1996	47.747	53.346	-5.599
1997	52.994	59.741	-6.747
1998	51.140	57.764	-6.624
1999	48.013	49.295	-1.282
2000	55.119	55.839	-720

Fonte: MDIC/SECEX. Elaboração própria.

Ao examinar na prática os impactos da liberalização comercial, Nassif (2005) observou que o coeficiente de penetração da importação¹² da indústria de transformação sofreu grande expansão entre 1990 a 1998, saindo de 5,9% para 12,4%. Esse coeficiente reflete os efeitos da maior pressão competitiva nos setores sobre a realocação dos recursos, o que força as empresas a se reestruturarem tecnologicamente. Em sua análise, ele destaca que todos os setores da indústria de transformação brasileira obtiveram ganhos de produtividade, estando de acordo com muitos outros estudos realizados pós-liberalização, como o de Nassif (2005) e Ferreira e Guillén (2004).

Moreira e Correa (1997) mantêm concordância com Nassif (2005) no que se refere à elevação do coeficiente importado e destacam que o coeficiente exportado também se elevou com a liberalização, porém em ritmo mais lento que o coeficiente importado, o que gerou uma preocupação com a apreciação cambial, que desestimularia as exportações. No quesito produtividade, eles salientam que os ganhos podem ter sido influenciados pelo cenário macroeconômico da época, de baixo crescimento e alta taxa de inflação, que incentivaram as firmas a reduzirem custos e elevar a produtividade. Portanto, para eles, não se pode atribuir os ganhos de produtividade somente à abertura comercial. A análise ressalta, também, que com a abertura houve uma maior participação dos setores intensivos em recursos naturais, tão abundantes no país, na composição do produto industrial, e aconteceram progressos técnicos oriundos do maior acesso aos bens de capital e à concorrência com os importados.

A vasta literatura sobre liberalização comercial afirma que a abertura melhora a eficiência técnica da economia, e com isso há ganhos de competitividade internacional. Em seu estudo, porém, Nassif (2005) mostra que no Brasil os ganhos de eficiência técnica não se reverteram necessariamente em maior competitividade, pois os setores com elevado ganho de eficiência técnica apresentaram menor volume exportado, entre 1989 e 1998, perdendo a participação que tinham antes do processo de liberalização¹³.

Ferreira e Guillén (2004), diante dos resultados de suas estimações, também encontraram melhora significativa na produtividade da maioria dos setores industriais estudados. Eles ressaltam, porém, que esta elevação não foi fruto de uma maior concorrência, visto que não houve evidência estatística de recuo do mark-up, resultado oposto ao estudo de Moreira e Correa (1997), que analisa os impactos através de medidas de

¹² Coeficiente de Penetração = $[\text{importação} / (\text{produção} + \text{importação} - \text{exportação})] \times 100$.

¹³ Para captar os efeitos da liberalização comercial sobre o comércio exterior brasileiro, Nassif (2005) fez uso do Índice da Vantagem Comparativa Revelada (VCR), proposto por Balassa (1965). Para mais detalhes sobre os resultados encontrados pelo autor, ver Nassif (2005).

mark-up. Para eles, o uso de insumos importados e de novas tecnologias foram os principais responsáveis pelo ganho de produtividade das indústrias.

As constatações de Bezerra (2005) sobre a inserção externa da economia brasileira apontam que houve alterações na estrutura produtiva do país com a abertura comercial. Essa modificação estrutural foi verificada com o aumento da participação dos setores intensivos em capital, enquanto os setores intensivos em recursos naturais apresentaram ganhos mais modestos e deixaram de ser o grupo dominante na percentagem do produto potencial. Outro destaque foi a perda significativa de participação dos setores intensivos em mão-de-obra, em conformidade com as análises de Moreira e Correa (1997).

No tocante aos impactos no investimento e nas mudanças tecnológicas, Markwald (2001) afirma que os resultados foram positivos. Novos investimentos buscaram aumentar a capacidade produtiva e criar novos produtos. As empresas elevaram seus gastos em P&D e na capacitação de pessoal. Para ele, a grande preocupação era aumentar as exportações de forma compatível à elevação das importações.

Outros autores buscaram investigar como a abertura comercial afetou o emprego e os salários nas indústrias brasileiras. Arbache e Corseuil (2001) fizeram um estudo que revelou realocação do emprego e mudanças salariais, e as empresas foram afetadas diferentemente pelo cenário mais competitivo. A vasta literatura sobre o assunto mostra que, em diversos países, o efeito da reforma comercial aconteceu de forma diferenciada nos países em desenvolvimento e nos países desenvolvidos.

Currie e Harrison (1997) mostraram que, para o Marrocos, a redução de tarifas e quotas em geral teve pouco efeito no nível de emprego da manufatura. Revenga (1997) revelou que o ajustamento à liberalização comercial no México se deu mais nos salários dos trabalhadores dos setores que mais se beneficiavam com a economia protegida, e com menor variação no nível de emprego [...] Rama (1994) revelou que, para o Uruguai, a liberalização comercial teve significativo efeito no nível de emprego da manufatura, mas pouco impacto nos salários reais. Márquez e Pagés (1997) investigaram o caso de 18 países latino-americanos e mostraram que a liberalização comercial teve pequeno impacto negativo na taxa de crescimento do emprego, mas nenhum efeito no nível de desemprego [...] Na literatura para os países desenvolvidos, encontrou-se baixa elasticidade dos salários e elevada elasticidade do emprego às mudanças nas tarifas [Grossman (1987)] (ARBACHE; CORSEUIL, 2001, p. 2).

Segundo Arbache e Corseuil (2001), entre 1987 e 1998, foram 573 mil vagas de emprego perdidas na indústria¹⁴, porém, eles ressaltam que essa redução não ocorreu somente por conta da liberalização, mas também por outros fatores, como a desindustrialização, por exemplo. Os autores, analisando a relação entre o coeficiente de importação e o nível de emprego, destacam que o aumento das importações elevou a demanda por produtos estrangeiros, gerando queda na produção da indústria nacional e, conseqüentemente, redução do emprego. Já sobre a relação entre o coeficiente exportado e ganhos salariais, os autores notaram que os setores exportadores, para serem mais competitivos, reduziram seus custos, inclusive os salariais, detectando relação negativa entre essas variáveis.

A tabela 8 confirma as revelações de pesquisas anteriores quanto ao pessoal ocupado na atividade industrial na década de 1990, analisando o início e o fim da década, revelando que em quase todos os segmentos houve brusca redução no número de empregados. Segundo os dados do IBGE, os únicos segmentos industriais que, entre 1990 e 1999, obtiveram evolução positiva, mesmo que mínima, foram a “Indústria do café” e o “Abate e preparação de carnes”.

Tabela 8: Brasil - Pessoal Ocupado nas Atividades Industriais – 1990 e 1999

ATIVIDADES	1990	1999	Varição % (1999/1990)
Extrativa mineral (exceto combustíveis)	301 200	199 133	-33,9
Extração de petróleo e gás natural, carvão e outros combustíveis	34 100	22 968	-32,6
Fabricação de minerais não-metálicos	545 700	432 045	-20,8
Siderurgia	136 400	67 801	-50,3
Metalurgia dos não-ferrosos	71 800	51 084	-28,9
Fabricação de outros produtos metalúrgicos	707 700	575 636	-18,7
Fabricação e manutenção de máquinas e tratores	520 000	344 875	-33,7
Fabricação de aparelhos e equipamentos de material elétrico	203 600	107 711	-47,1
Fabricação de aparelhos e equipamentos de material eletrônico	163 000	71 354	-56,2
Fabricação de automóveis, caminhões e ônibus	108 400	56 340	-48,0
Fabricação de outros veículos, peças e acessórios	290 600	166 656	-42,7
Serrarias e fabricação de artigos de madeira e mobiliário	879 000	781 823	-11,1
Indústria de papel e gráfica	458 200	387 727	-15,4
Indústria da borracha	82 600	45 168	-45,3
Fabricação de elementos químicos não-petroquímicos	91 400	67 000	-26,7
Refino de petróleo e indústria petroquímica	87 600	55 102	-37,1
Fabricação de produtos químicos diversos	197 800	148 493	-24,9
Fabricação de produtos farmacêuticos e de perfumaria	118 700	112 543	-5,2
Indústria de transformação de material plástico	192 400	153 040	-20,5
Indústria têxtil	408 000	217 230	-46,8

Continua

¹⁴ Em concordância com estudo realizado por Moreira e Najberg (1999, apud MARKWALD, 2001, p.8), que estimou o custo-emprego da abertura comercial no Brasil, e revelou que “o volume de emprego perdido em virtude da maior penetração das importações é estimado em mais de 550 mil postos de trabalho [...]”.

Continuação

ATIVIDADES	1990	1999	Varição % (1999/1990)
Fabricação de artigos do vestuário e acessórios	1 679 000	1 291 525	-23,1
Fabricação de calçados e de artigos de couro e peles	433 700	281 477	-35,1
Indústria do café	71 000	72 780	2,5
Beneficiamento de produtos de origem vegetal, inclusive fumo	324 100	292 412	-9,8
Abate e preparação de carnes	223 700	228 116	2,0
Resfriamento e preparação do leite e laticínios	59 500	54 610	-8,2
Indústria do açúcar	81 100	77 222	-4,8
Fabricação e refino de óleos vegetais e de gorduras para alimentação	52 500	44 107	-16,0
Outras indústrias alimentares e de bebidas	636 400	632 004	-0,7
Indústrias diversas	265 600	235 996	-11,1
Serviços industriais de utilidade pública	324 000	222 910	-31,2
Construção civil	3 936 000	3 706 878	-5,8

Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais. Elaboração própria.

A redução no nível de emprego na indústria brasileira também foi constatada por Markwald (2001, p. 7), o qual afirmou que “[...] No Brasil, a taxa de crescimento do emprego mostrou uma evolução mais do que modesta e a demanda de mão-obra do setor industrial sofreu, inclusive, uma drástica contração”. Para ele, tal fato vai de encontro com as expectativas positivas geradas pelo processo de liberalização comercial presentes na literatura.

[...] a remoção das distorções promovidas pelo modelo de industrialização substitutiva de importações deveria resultar em aumento da demanda de emprego, beneficiando principalmente à mão-de-obra menos qualificada. A seqüência esperada de eventos era a seguinte: (i) a alocação mais eficiente dos recursos produtivos aceleraria o crescimento da produção e promoveria a expansão do emprego; (ii) a eliminação do viés em favor do capital contribuiria para que os investimentos e a tecnologia privilegiassem os setores mão-de-obra intensivos; (iii) as exportações refletiriam mais adequadamente as vantagens comparativas do país, promovendo a geração de emprego nesses mesmos setores (Stallings e Peres, 2000, apud MARKWALD, 2001, p. 7).

Ao estudar as desigualdades e a pobreza em países em desenvolvimento da América Latina após a liberalização comercial, Goldberg e Pavcnik (2004) citam que os principais instrumentos usados no processo de abertura por estes países foram as barreiras tarifárias, que sofreram drásticas reduções. Entre alguns impactos econômicos da liberalização comercial nesses países, eles afirmaram que a produtividade das indústrias aumentou, estando em conformidade com a literatura mundial, e que as economias abertas possuem trabalhadores mais qualificados. Em contrapartida, os trabalhadores pouco qualificados teriam salários mais baixos, gerando desigualdades salariais.

Nesse quesito, os autores afirmam, também, que esta diferença salarial se intensificou com o aumento do emprego informal, que é bastante representativo nos países da América Latina. Segundo eles, a concorrência estrangeira fez as empresas reduzirem custos, inclusive os custos trabalhistas, substituindo seus trabalhadores permanentes por empregos temporários.

Outro destaque da pesquisa de Goldberg e Pavcnik (2004) diz respeito às mudanças tecnológicas geradas com a abertura comercial. Ao citar Acemoglu (2003, p. 15), os autores enfatizam que nos países em desenvolvimento a “technological change may take the form of increased imports of machines, office equipment, and other capital goods that are complementary to skilled labor” e, assim, a liberalização do comércio afetaria “the demand for skilled workers by reducing the prices of the relevant capital goods and hence increasing their imports”.

Pode-se verificar que a liberalização comercial do Brasil ocorreu num cenário de desequilíbrios fiscais, processo inflacionário e deterioração fiscal e financeira. Alguns estudos apontaram que determinados setores perderam participação nas exportações nacionais, e a entrada de produtos estrangeiros possibilitou a redução do emprego nas indústrias. Entretanto, a abertura elevou os coeficientes de exportação e importação, este último com crescimento mais rápido, e o PIB nacional se recuperou, sofrendo redução no final da década devido à crise asiática. Diversos estudos confirmam a elevação da produtividade, principalmente da indústria, e do progresso técnico, comprovando que as economias obtiveram ganhos oriundos da maior exposição no comércio internacional.

Melo (2000) ressalta que modelos de crescimento voltados para dentro, a exemplo da substituição de importações, e outros argumentos favoráveis a proteção, como o da indústria infante, eram fortemente questionados pois provocavam distorções no sistema de alocação de recursos. Então, na década de 80, o argumento mais aceito defendia estratégias comerciais voltadas para fora, as quais trariam maior crescimento aos países em desenvolvimento. Essas novas contribuições, oriundas da chamada Nova Teoria do Comércio Exterior, segundo Melo (2000, p. 51) introduzem “os conceitos de externalidades pecuniárias e não pecuniárias e de retornos crescentes de escala nos modelos de troca”, os quais são fundamentais para entender o novo debate sobre o desenvolvimento regional.

Apesar das contribuições dos novos modelos de comércio exterior serem relevantes, pois explicam o que as vantagens comparativas não foram capazes de explicar, não se trata de anular/contestar a validade da teoria tradicional mas sim completá-la. Assim, as

transações inter-indústrias refletem as vantagens comparativas, enquanto as relações intra-indústrias seriam determinadas pelas economias de escala (MELO, 2000).

A abertura comercial no Brasil também trouxe impactos para as regiões do país, que elevaram suas participações no comércio internacional. A próxima seção abordará o novo debate sobre o desenvolvimento regional, além de destacar a dinâmica regional do Brasil. A seção propõe um debate sobre evolução do contexto regional do Brasil pós-abertura. Alguns dados foram analisados para destacar a contínua desigualdade entre as regiões do país e, também, o quadro de desigualdade intra-regional do nordeste brasileiro.

4 DINÂMICA REGIONAL NO BRASIL E INSERÇÃO EXTERNA

Em todo o mundo existem gigantescas diferenças econômicas entre países e entre regiões de um mesmo país. Encontram-se economias desenvolvidas e uma grande quantidade de países pobres. Porém, mais do que entender o porquê de alguns países crescerem mais rápido do que outros é preciso formular políticas que minimizem tais desigualdades (PAES; SIQUEIRA, 2008). O Planejamento Territorial teve sua primeira experiência na União Soviética, com o Plano de Eletrificação Nacional de 1925, no qual seriam construídas usinas hidroelétricas como base para o desenvolvimento regional. Até a Segunda Grande Guerra, a questão regional era vista, principalmente, como matéria de localização das atividades agrícolas e industriais, como cita os trabalhos clássicos de Von Thune (1816: 1966), Weber (1907: 1969) e Losch (1933: 1954) (DINIZ, 2009).

A recessão econômica de 1929 deixou evidentes as desigualdades regionais, que até então não eram explícitas, presentes em grande parte dos países industrializados. Com a Revolução Keynesiana e a emergência de novas práticas e técnicas de planejamento, diversas políticas para reduzir as desigualdades e reordenar o território foram criadas, bem como surgiram instituições específicas para desempenhar tal função. No pós-guerra, políticas regionais se disseminaram nos EUA, por exemplo, influenciando fortemente o sistema acadêmico-universitário e a criação de programas de pós-graduação voltados para o desenvolvimento regional e urbano (DINIZ, 2009).

Inglaterra, Itália e França, entre outros países, também vivenciaram contrastes econômicos e concentração industrial em suas regiões, o que os levou a tentar implantar políticas que reduzissem as desigualdades inter-regionais. Os países periféricos também assimilaram as políticas regionais. Na América Latina, grande parte dos países criaram programas específicos de desenvolvimento regional. Segundo Sthor (1972), havia 73 programas espalhados pelos países da região. O Brasil, por exemplo, criou diversos instrumentos para alavancar o desenvolvimento do Nordeste e da Amazônia, com destaque para a SUDENE (1959) e para a SUDAM¹⁵ (1966) (DINIZ, 2009). Desde a década de 1950,

¹⁵ A SUDAM foi criada em 1966, no governo do Presidente Castelo Branco, substituindo a SPVEA - Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia. Seu objetivo era planejar, coordenar, promover a execução e controlar a ação federal na Amazônia Legal, tendo em vista o desenvolvimento regional. A SUDAM passou a ser uma autarquia vinculada à Secretaria Especial de Políticas Regionais do Ministério do Planejamento e Orçamento e, em seguida, passou a ser vinculada ao Ministério do Interior. Em 2001, o presidente Fernando Henrique Cardoso, na medida provisória nº. 2.157-5, criou a Agência de

as desigualdades econômicas nos espaços geográficos vêm sendo debatidas nas chamadas Teorias da localização e do Desenvolvimento Desigual (MELO; SIMÕES, 2009).

4.1 Novas discussões sobre o Desenvolvimento Regional

Nas últimas décadas, a influência do espaço geográfico para do desenvolvimento econômico ganhou notoriedade com a teoria conhecida como Nova Geografia Econômica, que analisa o papel dos retornos crescentes de escala para o crescimento econômico e a distribuição da economia no espaço (MELO; SIMÕES, 2009).

A Nova Geografia Econômica afirma que as atividades econômicas estão distribuídas no espaço devido à ação de forças contrárias. Para Krugman (1998), não há surpresa em se estudar o papel da geografia no desenvolvimento econômico, o surpreendente foi o tempo que se levou para essa preocupação se tornar interessante aos olhos dos economistas. Segundo ele, ao se olhar um mapa, é visível notar que os diferentes níveis de desenvolvimento econômico estão ligados à localização das regiões: por exemplo, países próximos à linha do equador são, geralmente, mais pobres, enquanto os países das zonas temperadas são mais ricos.

Paul Krugman, certamente, é o mais destacado autor dessa linha de abordagem. Para esse autor, o processo de desenvolvimento regional é uma das principais chaves para entender o comércio internacional. Em linhas gerais, as novas teorias do comércio incorporam o conceito de retornos crescentes de escala no âmbito das firmas ou das indústrias para explicar a parte crescente do comércio internacional que não pode ser atribuída à dotação de fatores. Países com dotação similar de recursos especializam-se na produção de certos bens e, na medida em que estão presentes esses retornos crescentes de escala, bloqueiam a possibilidade de outros países entrarem nesses mercados (MELO, 2000, p. 70).

Dessa forma, a existência de aglomerados de empresas é um ponto importante para explicar as vantagens competitivas dos produtores. Nesse ponto, Krugman muda sua análise, sobre os elementos fundamentais para o comércio internacional, de fora do país para dentro da região do país, enaltecendo que a concentração de produtores, em uma estrutura de concorrência imperfeita, gera para as firmas retornos crescentes de escala que, por fim,

Desenvolvimento da Amazônia (ADA) e extinguiu a SUDAM. Esta decisão foi tomada após várias críticas quanto à eficiência dessa autarquia, passando a ser a responsável pelo gerenciamento dos programas relativos à Amazônia Legal. Somente em 2007, o Presidente Luis Inácio Lula da Silva criou a nova SUDAM, pela Lei Complementar N° 124, em substituição à ADA, passando a ser uma Autarquia Federal, vinculada ao Ministério da Integração Nacional, tendo como missão institucional promover o desenvolvimento incluyente e sustentável da Amazônia assegurando a erradicação da miséria e a redução das desigualdades regionais.

determinam o comércio entre as nações. Para este autor, o retorno crescente de escala é uma das principais forças que atraem empresas para uma região, criando e fortalecendo esses sistemas locais de produtores concentrados (GARCIA, 2006).

Grande parte da população dos países avançados, e também em países em desenvolvimento, está concentrada em áreas metropolitanas densamente povoadas. Muitas indústrias, incluindo empresas prestadoras de serviços como os bancos, também estão concentradas em determinados locais, sendo tais grupos importantes pontos de especialização e comércio internacional. Contudo, nem todos vivem em uma cidade grande, tampouco a economia mundial concentra a produção de um bem em apenas um local, existindo assim uma disputa entre forças que promovem a concentração e forças que a dissipam, as chamadas forças “centrípetas” e “centrífugas” (KRUGMAN, 1998). Na tabela 9, Krugman (1998) mostra algumas forças que afetam a concentração geográfica:

Tabela 9: Forças que afetam a concentração geográfica

Forças Centrípetas	Forças Centrífugas
Efeito do Tamanho dos Mercados	Fatores Imobiliários
Forte Mercado de Trabalho	Renda da Terra
Economias Externas Puras	Deseconomias Externas Puras

Fonte: KRUGMAN (1998).

Krugman (1998) explica que os grandes mercados locais são os preferidos para produzir mercadorias com economias de escala, além de apoiar a produção de bens intermediários, reduzindo os custos dos produtores à jusante. As indústrias buscam também se concentrar em locais nos quais haja funcionários qualificados e fáceis de encontrar, além da concentração econômica gerar mais ou menos economias externas puras, por meio de spillovers de informação. Contrariamente, fatores imobiliários podem limitar a concentração industrial tanto do lado da oferta como da demanda, pois as empresas buscam se localizar onde os trabalhadores e os consumidores estão presentes. A concentração industrial também pode elevar a renda da terra e, por conseguinte, desestimulam o aparecimento de novas empresas, além de gerar deseconomias de escala, como “congestionamento”.

Existem forças centrípetas, que levam a aglomeração das atividades em um determinado espaço; e as forças centrífugas, que levam a dispersão das atividades entre os espaços. Assim, diferenças entre o crescimento de cidades implicam que forças centrípetas se sobrepõem às forças centrífugas. Estas forças responsáveis pela aglomeração das atividades podem ser observadas na produção, distribuição e comercialização dos bens e serviços, ou seja, podem ser observadas através de conexões para trás (backward linkages), que são as transações de uma empresa

com seus fornecedores de insumos, e conexões para frente (forward linkages), que são as transações de uma empresa com seus consumidores (Fujita et al, 2002 apud MELO; SIMÕES, 2009).

Em um exemplo simples e claro sobre a famosa cidade de New York, Krugman (1998, p. 10) comenta: “Why is the financial services industry concentrated in New York?” e explica que a concentração é, em parte, pelo tamanho da cidade, que se torna atrativa para os empresários, e pelo fato de que muitos clientes estão localizados lá. Porém, ele questiona: “Why doesn’t all financial business concentrate in New York?” e enfatiza: “Partly because many clients are not there, partly because renting office space in New York is expensive, and partly because dealing with the city’s traffic, crime, and so on is such a nuisance”. Dessa forma, Krugman evidencia que algumas forças estimulam a concentração de empresas em New York, enquanto outras forças têm efeito contrário, desestimulando essa concentração.

Apesar dessa abordagem mais recente, anteriormente teóricos do desenvolvimento desigual já haviam tratado do desenvolvimento como fruto da ação de forças contrárias. Enquanto nos EUA foi desenvolvida a “Regional Science”, que buscou criar uma teoria de localização, destacando o papel do custo dos transportes, da proximidade das matérias-primas, do tamanho dos mercados e das economias de aglomeração (ISARD, 1956, apud DINIZ, 2001), na Europa surgiram outras análises, como a Noção de Polo de Desenvolvimento, de Perroux, no qual um polo pode ser dinâmico através da existência de uma ou mais indústrias motrizes que possuam papel dominante e gerem efeito multiplicador aos demais setores, o Processo de Causação Circular Cumulativa causado pelo desenvolvimento econômico, de Myrdal, no qual regiões mais ricas tendem a ser mais ricas e as regiões pobres mais pobres, mesmo admitindo-se “efeitos de espraiamento do desenvolvimento econômico”, e a análise do Processo de polarização, de Hirschman, no qual as regiões mais desenvolvidas conseguem atrair mais capital e mão de obra qualificada do que as regiões atrasadas, aumentando, assim, as desigualdades, mesmo admitindo efeito de “gotejamento das regiões desenvolvidas sobre as regiões atrasadas” (DINIZ, 2001, p. 3). Para a América Latina,

[...] o diagnóstico da CEPAL, baseado nos conceitos de “centro” e “periferia”, procurava demonstrar que o atraso relativo da Região decorria das relações de troca internacionais, através das quais o “centro” do mundo capitalista ao reter os frutos do progresso técnico, exportar bens industrializados e possuir melhor organização sindical se beneficiava nas suas relações de troca com a “periferia” que exportava bens primários, cujos preços não subiam com o aumento de demanda, pelo excesso de fatores (terra e trabalho) e sempre caíam quando a demanda reduzia. Esse mecanismo, entendia a CEPAL, criou ao longo do tempo,

um processo de deterioração das relações de troca contra a “periferia”. A saída proposta era a industrialização. Na ausência de uma burguesia capaz de levar o projeto adiante pela escassez de recursos econômicos e técnicos, impunha a ação do Estado e, para isto, do planejamento (CEPAL, 1950; Prebish, 1950 apud DINIZ, 2001).

4.2 Dinâmica Regional Brasileira

O Brasil apresenta grande desigualdade regional, apesar da presença, nas últimas décadas, de políticas voltadas para o desenvolvimento regional e mitigação desses contrastes econômicos. Entretanto, essas políticas baseadas em incentivos fiscais pouco mudaram o cenário regional brasileiro tão marcado por enormes diferenças socioeconômicas (PAES; SIQUEIRA, 2008).

Foram criados, por exemplo, diversos programas que buscaram minimizar a desigualdade regional através de instrumentos creditícios e tributários, como: o Fundo Constitucional do Norte (FNO), Nordeste (FNE) e Centro-Oeste (FCO); incentivos fiscais para a Zona Franca de Manaus, Amazônia Ocidental e Áreas de Livre Comércio; Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) e do Nordeste (FDNE); entre outros (PAES; SIQUEIRA, 2008). Contudo, esse modelo gera ineficiência econômica por levar investimentos para áreas que não possuem infraestrutura adequada nem capital humano, além de não gerar uma competição saudável, devido aos incentivos fiscais que levam os investidores a escolher a região sem se basear na eficiência econômica (SALVI, 2005 apud PAES; SIQUEIRA, 2008).

Para Paes; Siqueira (2008), um dos elementos que geram essas disparidades regionais são os diferentes graus de infraestrutura das regiões. Os estados mais pobres são incapazes de investir em infraestrutura com recursos próprios de sua arrecadação, tornando-se dependentes das transferências da União, que são insuficientes e, por vezes, instáveis. A ausência de capital humano (baixos níveis educacionais e saúde pública precária) é outro ponto chave que prejudica o desenvolvimento dos estados. Tais desigualdades impactam negativamente para o padrão de desenvolvimento de um país e no bem-estar de sua população.

Mais recentemente, a distribuição da atividade produtiva no Brasil pode ser entendida em três momentos distintos: a) uma concentração econômica espacial, que ocorreu até 1975; b) um período de desconcentração que se inicia na segunda metade da década de 1970 e dura até a primeira metade dos anos 1980; e c) um período de encerramento dessa desconcentração, durando até 1995, com presença de instabilidade e crise econômica e um

equilíbrio da participação das economias regionais no produto nacional (GUIMARÃES NETO, 1997).

De fato, até a década de 1960 predominava no nordeste uma economia agroexportadora, enquanto as regiões Sul e Sudeste já iniciavam seu processo de industrialização (ARAÚJO, 2002, apud MELO; SIMÕES, 2009). A partir dos anos 1960, o nordeste começou a apresentar taxas constantes de crescimento que, por vezes, foi maior que a média nacional. Entretanto, apesar desse maior dinamismo, a economia da região permanece bastante concentrada (MELO; SIMÕES, 2009).

O processo de industrialização começou no Brasil concomitantemente em quase todas as regiões. Foi no Nordeste que se instalaram, após a reforma tarifária de 1844, as primeiras manufaturas têxteis modernas e ainda em 1910 o número de operários têxteis dessa região se assemelhava ao de São Paulo. Entretanto, superada a primeira etapa de ensaios, o processo de industrialização tendeu naturalmente a concentrar-se numa região. [...] A consequência tem sido uma disparidade crescente nos níveis de renda per capita. Em 1955, São Paulo, com uma população de 10.330.000 habitantes, desfrutou de um produto 2,3 vezes maior que o do Nordeste, cuja população no mesmo ano alcançou 20.100.000. A renda per capita na região paulista era, por conseguinte, 4,7 vezes mais alta que a da região nordestina. Essa disparidade de níveis de vida, que se acentua atualmente entre os principais grupos de população do país, poderá dar origem a sérias tensões regionais. Assim como na primeira metade do século XX cresceu a consciência de interdependência econômica - à medida que se articulavam as distintas regiões em torno do centro cafeeiro-industrial em rápida expansão -, na segunda poderá aguçar-se o temor de que o crescimento intenso de uma região é necessariamente a contrapartida da estagnação de outras (FURTADO, 2005, p. 234).

No Brasil, Celso Furtado¹⁶ foi pioneiro na discussão sobre os impactos das questões regionais e do mercado interno como limitantes do desenvolvimento econômico do país. Entre tantas características particulares de sua abordagem, pode-se destacar a sua crítica às

¹⁶ “O estruturalismo como sistema analítico concebido originalmente por Raúl Prebisch no período inicial da CEPAL (Prebisch, 1949 e 1951) tem por base a caracterização das economias periféricas (subdesenvolvidas) em contraste com as economias centrais (desenvolvidas). Os aspectos principais (Bielschowsky, 2000) nesse contraste referem-se a: baixa diversidade produtiva; reduzida integração horizontal e vertical; insuficiente infra-estrutura; especialização em bens primários; heterogeneidade tecnológica; oferta ilimitada de mão-de-obra desqualificada e estrutura institucional incompatível com a acumulação de capital e progresso técnico. A partir dessa contextualização realiza-se a análise da forma de inserção das economias subdesenvolvidas no ambiente internacional e as condições para a superação das situações adversas das economias periféricas por meio de um processo de industrialização conduzido por um planejamento estratégico, tendo o Estado como agente principal. As principais contribuições de Furtado à abordagem estruturalista são consideradas em três aspectos principais: a inclusão da dimensão histórica; a análise das relações entre crescimento e distribuição de renda e a ênfase do sistema cultural como característica específica do subdesenvolvimento das economias periféricas. Considera-se aqui como mais uma contribuição teórica de Furtado a ênfase dada ao aspecto regional como limitante de um projeto nacional-integrado de desenvolvimento. Entende-se que a partir de uma abordagem associada a de Perroux (1939) e Isard (1951)³, Furtado faz sua leitura do país incorporando um fator geográfico na dimensão analítica “histórico-estrutural”. Ao inserir no debate sobre o subdesenvolvimento a questão das desigualdades (sociais e de renda), o caráter regional é considerado como elemento central de análise, enfatizando também do ponto de vista político, de maneira mais direta na região Nordeste” (MENDES; TEIXEIRA, 2004, p. 6).

Vantagens Comparativas de David Ricardo, na qual Furtado condena a “defesa exclusiva da dinâmica econômica de curto prazo”, indagando que desta forma se reduz a possibilidade de desenvolvimento de longo prazo. Para ele, pode-se incentivar a atividade agroexportadora, porém se a economia não se industrializar e se modernizar problemas econômicos do período colonial podem reaparecer (MALLORQUIN, 2000 apud MENDES; TEIXEIRA, 2004, p. 6).

Na segunda metade da década de 1950¹⁷, durante o Governo de Juscelino Kubitschek, cuja política econômica era baseada no Plano de Metas, Furtado enfatizou que a partir de mudanças no sistema econômico nacional seria possível haver o crescimento real e o desenvolvimento da base industrial, que para crescer precisava, por exemplo, de proteção, incentivo estatal, políticas públicas que elevassem o consumo, distribuição das riquezas para aumentar e aquecer o mercado interno, redução nas desigualdades regionais e na ocupação fundiária (MENDES; TEIXEIRA, 2004).

Furtado teve grande participação na análise sobre planejamento regional, principalmente quando se ausentou da CEPAL e assumiu uma diretoria do BNDE. Ao ser nomeado interventor do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), Furtado lançou um estudo chamado “Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste”, que foi o marco para a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1959 (MENDES; TEIXEIRA, 2004).

O documento “Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste”, foi elaborado pelo GTDN e teve sua primeira edição publicada em 1959, no Rio de Janeiro, pelo Departamento de Imprensa Nacional. O estudo, que pretendia mostrar de forma particular a situação do nordeste dentro do cenário nacional, enumerou alguns pontos centrais sobre o problema econômico da região e gerou um plano de ação para resolução desses entraves (GTDN, 1967). Entre os principais obstáculos para o desenvolvimento do nordeste, o GTDN (1967) citou:

¹⁷ A partir da década de 1940, diversos instrumentos foram desenvolvidos em busca de melhorias socioeconômicas para as regiões menos desenvolvidas. Em 1948 foi criada a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), sediada em Santiago, no Chile, com objetivo de fiscalizar as políticas direcionadas ao desenvolvimento da América Latina, bem como assessorar essas ações e fortalecer as relações econômicas dessa área (CEPAL). No Brasil, a criação da CHESF (Companhia Hidro Elétrica do São Francisco), instituída pelo presidente Getúlio Vargas, em 1948, foi crucial para aparecimento de mais políticas voltadas para redução das desigualdades regionais. Na década de 1950, foi criado também o BNDE (atualmente BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e o BNB (Banco do Nordeste do Brasil), ambos voltados para o desenvolvimento, e o GTDN - Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (SILVA FILHO, 2009?).

- As disparidades de renda entre o Nordeste e o Centro-sul, o qual foi considerado pelo estudo como o problema mais grave a ser superado. Além da renda média de ser bastante inferior à renda do Centro-sul, a renda no nordeste é bastante concentrada, o que gera grandes diferenças nas condições de vida da população.
- O Nordeste crescia em ritmo mais lento que a região Centro-sul.
- A política de industrialização seguida privilegiava o Centro-sul e agravava as diferenças regionais de níveis de renda.
- O setor privado, diante da realidade nordestina, migrava seus recursos para o Centro-sul, em busca de melhores remunerações. Dessa forma, havia um “duplo fluxo de renda”: o setor privado transferia recursos para outras regiões, enquanto o governo federal aumentava seu volume que, em geral, se transformava em obras assistenciais.
- O impulso criado para as exportações nordestinas surtiu pequeno efeito e o volume exportado pouco se expandiu, não conseguindo acompanhar o dinamismo da região Centro-sul.
- A regressividade do sistema tributário nacional gerou estabilidade na carga tributária das regiões, porém no nordeste a tributação tinha um peso maior diante do seu nível de renda, pois a renda do Centro-sul crescia com maior intensidade.
- Para se desenvolver, a região necessitava de uma diversificação da produção através da industrialização. O GTDN enfatizava a necessidade de uma Política de Industrialização para o Nordeste, que geraria emprego, evitaria a fuga de capitais da região e criaria uma classe de dirigentes mais preocupada com o desenvolvimento.
- O nordeste precisava de políticas/medidas mais eficientes de redução aos efeitos da seca, sendo a mesma um grave problema que afeta grande parte da classe trabalhadora agrícola e a produção de alimentos da região.

Diante da enumeração desses problemas, o GTDN propôs um plano de ação baseado nas seguintes diretrizes básicas¹⁸: elevação dos investimentos industriais; transformação da atividade agrícola da faixa úmida, elevando a industrialização e melhorando a oferta de alimentos para os centros urbanos; transformação da economia das regiões semiáridas, a fim

¹⁸ Para mais detalhes sobre o documento elaborado pelo GTDN, ver “Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste”, 1967.

de fortalecê-las contra os períodos de seca; alteração da fronteira agrícola para as regiões úmidas do Maranhão (hinterlands maranhenses), que estariam aptas a receber o excedente populacional criado pela transformação da economia do semiárido (GTDN, 1967).

A criação da SUDENE pelo presidente Juscelino Kubitschek, em 1959, tinha, exatamente, o objetivo de evitar que essa realidade “menos favorecida” do nordeste impactasse negativamente a estabilidade política do país, preservando os interesses sociais da região e evitando problemas para os empresários. Até mesmo a Igreja Católica, representada pelos bispos da região, havia criado uma comissão para exigir do Governo Federal um tratamento prioritário para o nordeste (SILVA FILHO, 2009?).

Neste período (início da década de 1960) observava-se um grande fluxo de capitais de empresas do Centro-Sul do país para o Nordeste, o que gerou profunda transformação da estrutura produtiva regional. Foram criadas indústrias mais modernas, inclusive de novos setores, com tecnologia mais avançada. A região criou diversos mecanismos de atração de capitais, tais como incentivos fiscais e financeiros para os investidores privados (MELO, 2012).

Em 2001, o presidente Fernando Henrique Cardoso extinguiu a SUDENE e a SUDAM, alegando que havia inúmeros casos de corrupção nas duas instituições. Em contrapartida, foi criada a ADENE (Agência do Desenvolvimento do Nordeste), porém “a nova entidade não teve autonomia, nem instrumentos políticos, administrativos e financeiros para a promoção do desenvolvimento” (SILVA FILHO, 2009?, p. 28).

Sem a SUDENE, o Nordeste ficou desarticulado, com atuação isolada dos governos estaduais. Diante de projetos como o da Ferrovia Transnordestina, que envolvem os estados do Piauí, Pernambuco e Ceará, e da Transposição do Rio São Francisco, no qual Alagoas, Sergipe, Bahia e Minas Gerais (estados fornecedores da água do Rio) entraram em conflito com Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará (estados que seriam receptores da água) tornou-se evidente e necessária a existência de uma instituição regional que promovesse o planejamento, a mobilização e a articulação das ações que envolvem o desenvolvimento da região. A sociedade nordestina se mobilizou e em 2007 o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, apesar de vetar 9 itens do Projeto de Lei da SUDENE, recriou a instituição (SILVA FILHO, 2009?).

Em Sergipe, os investimentos industriais oriundos da SUDENE e do II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento – Governo Giesel, 1974/1978) transformaram a estrutura produtiva pouco diversificada, baseada na produção de cana-de-açúcar, algodão e na

pecuária, além das culturas de subsistência. Diversos projetos (que somaram 83 entre 1963 e 1988) contemplaram tanto as indústrias tradicionais, como o setor têxtil, de alimentos, e de vestuário e calçados, quanto às novas indústrias incentivadas (minerais não-metálicos, química, e papel e papelão). Esses investimentos impulsionaram à industrialização do estado, elevando a participação do setor industrial na economia local (saindo de cerca de 30% do PIB estadual, em 1979, para mais de 50%, em 1983), tornando-o forte elemento para o crescimento econômico (MELO, 2012).

A obra “Recriação da SUDENE: Retrato de uma luta” (2008), elaborada pelo MANO – Movimento Acorda Nordeste¹⁹, destaca que a SUDENE foi responsável pelas transformações estruturais da região, possibilitando a criação de secretarias e empresas públicas. Com Celso Furtado como superintendente, a SUDENE criou empresas regionais e participou dos capitais de bancos para fomentar mais financiamentos para os estados (SILVA FILHO, 2008). Para o movimento:

A obtenção de decisões representativas a nível nacional, que possam ser executadas, e o tratamento sub-regional dos problemas estaduais, traduzem a efetiva necessidade de uma entidade de desenvolvimento regional como a SUDENE, porque as definições de prioridades pelo Poder Central, obedecem a um sistema de forças, sistema no qual nem sempre o Nordeste conseguirá se impor, salvo se conseguir articular e mobilizar as lideranças técnicas, trabalhadores, empresários e a área política, em torno de objetivos comuns, o que somente será possível se existir uma instituição regional como a SUDENE capaz de articular, mobilizar e, sobretudo, negociar os projetos estruturadores capazes de desenvolver o Nordeste (SILVA FILHO, 2008, p. 148).

Diante do exposto, a realidade nordestina tem se mostrado mais robusta nas últimas décadas, embora a desigualdade entre as regiões do país ainda permaneça fortemente. Além disso, a região também apresenta enormes disparidades intra-regionais, que serão retratadas no próximo tópico, através da análise de alguns indicadores socioeconômicos que ressaltam o comportamento e a evolução do nordeste diante das demais regiões. São confrontados, também, esses resultados para os estados nordestinos.

¹⁹ O MANO foi criado em 2004 com o objetivo de acelerar os trâmites, no Congresso Nacional, para a recriação da instituição. Na obra “Recriação da SUDENE: Retrato de uma luta”, de 2008, foram retratados todos os passos até aprovação da lei que recriou o órgão.

4.3 O novo contexto regional pós-abertura econômica

O processo de globalização, baseado na integração econômica e liberalização comercial e financeira, gerou transformações na economia mundial na década de 1990. A abertura comercial das economias intensificou a competição e a especialização produtiva na busca destes países se inserirem no comércio mundial (XAVIER; VIANA, 2005). Ao eliminar as barreiras e gerar livre mobilidade de bens, serviços e capitais, a integração amplia os mercados e permite melhor uso das vantagens comparativas, economias de escala e complementaridade das economias (HIDALGO; FEISTEL, 2007).

No Brasil, o quadro de integração econômica ampliou a inserção das regiões que, através do comércio internacional, buscaram alcançar seu desenvolvimento (XAVIER; VIANA, 2005). O gráfico 1 reforça a maior participação da economia das regiões no exterior através da análise da corrente de comércio, que nada mais é que a soma de todas as importações e exportações. A análise para as décadas de 1990 e 2000 demonstra de forma clara que a evolução na inserção externa por parte das regiões ocorreu de forma mais veemente entre os anos 2003 e 2008. Essa elevação foi impulsionada pela mudança cambial ocorrida no final da década de 1990, na qual o país migrou para um sistema de câmbio flutuante, o que desvalorizou a moeda nacional e elevou as exportações. De fato, o crescimento das vendas externa se mostrou mais intenso que o crescimento das importações, sendo o mais responsável pela expansão da corrente de comércio das regiões²⁰.

Sabe-se que o território brasileiro possui uma distribuição da atividade econômica bastante desigual. Apesar do dinamismo econômico que vem ocorrendo nas regiões menos favorecidas economicamente, como Norte e Nordeste, nas últimas décadas, a desigualdade entre as regiões ainda é notória (MELO; SIMÕES, 2011). Dessa forma, se fez necessário que na região Nordeste atuassem políticas públicas voltadas ao desenvolvimento da economia nordestina, incluindo seus setores de exportação (XAVIER; VIANA, 2005).

²⁰ Ver, em anexo, tabela com montante do total exportado e importado pelas regiões brasileiras entre 1991 e 2010.

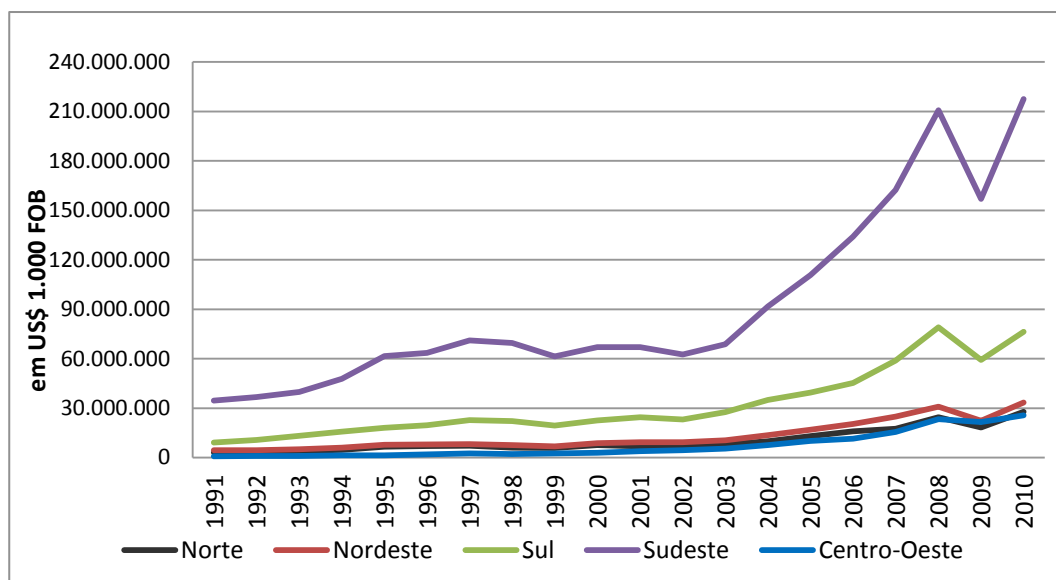


Gráfico 1: Corrente de Comércio das Regiões brasileiras – 1991 a 2010

Fonte: MDIC. Elaboração própria.

As transformações oriundas da abertura comercial, como avanços tecnológicos, privatizações, redução do tamanho do Estado, estabilização de preços e mudanças no mercado de trabalho trouxeram características distintas às regiões brasileiras. Observa-se uma concentração econômica de ramos intensivos em conhecimento e agregação de valor na região sudeste do país, enquanto alguns segmentos industriais e do terciário crescem nas regiões periféricas (LIMA; LIMA, 2008).

A ausência de um parque industrial dinâmico na região Nordeste antes do período da abertura comercial gerou uma certa limitação a pauta de exportação de seus estados, que é uma pauta tradicionalmente composta por produtos de processamento básico, commodities tradicionais e produtos da indústria tradicional, ou seja, aqueles setores que receberam investimentos públicos ou que a região possui vantagem comparativa., tendendo a gerar uma forte concentração da pauta em poucos produtos [...] (XAVIER; VIANA, 2005, p. 6).

Na visão de Guimarães Neto (1995), o Brasil é um dos poucos países que possui características fortes e distintas entre as suas regiões, realidade expressa na análise regional de indicadores sociais e econômicos. Para ele, as desigualdades dentro das regiões do país estão relacionadas às desigualdades de renda, na qual o Brasil é destaque internacional.

Mas como bem ressalta Cano (1997), o atraso das regiões mais pobres do Brasil não é fruto da concentração industrial do estado de São Paulo. Até 1930, a economia do país não era integrada e cada região possuía sua história e sua trajetória econômica, que lhes garantiu aspectos culturais, demográficos e econômicos próprios, incluindo a estruturação da propriedade e da renda, e determinou os diferentes graus de pobreza e estruturas produtivas.

A partir de 1930, o processo de integração se iniciou com um aumento das relações econômicas de São Paulo com o restante do país, dando ao estado crescimento superior a média nacional. Mas este crescimento não levou estagnação às demais regiões, mas sim crescimento a taxas elevadas devido a maior articulação com a economia paulista.

A economia nacional também passou por uma fase de desconcentração da atividade econômica, que influenciou a criação de novas plantas produtivas para as regiões menos desenvolvidas do país e conseguiu atrair investimentos e reduzir os desequilíbrios econômicos regionais (CANO, 1997). Para Matos (2009, p. 47), o Nordeste se beneficiou desta desconcentração devido

[...] aos investimentos privados atraídos para a região pela política de desenvolvimento regional, centrada nos incentivos fiscais coordenados pela Sudene, pela montagem da infra-estrutura (energia, telecomunicações e estradas) pelo gasto estatal e ao pacote de investimentos concebidos durante o II PND que perduraram até a década de 1980, resultando para a região numa especialização industrial em bens intermediários, articulando ainda mais sua complementaridade inter-regional, e em bens de consumo não duráveis voltados ao mercado regional.

A fase de desconcentração espacial se iniciou na metade da década de 1970 e durou até o início dos anos 1990. A desconcentração significou uma transferência maior de capitais privados das regiões mais industrializadas para regiões com economias mais atrasadas. Com essa integração produtiva, o país se tornou um “sistema produtivo único [...] com os grandes grupos econômicos marcando presença em todas as regiões” (GUIMARÃES NETO, 1995, p. 126).

Na última década, as políticas do governo federal de transferência de renda, aumento e facilitação ao crédito, elevação da formalização dos trabalhadores e de seus rendimentos se elevaram na região Nordeste, estando acima da média nacional entre 2004 e 2009. Entretanto, ainda se verifica uma grande concentração do PIB brasileiro na região sudeste, enquanto a região Nordeste possui participação em torno de 13% (CARLEIAL; CRUZ, 2012).

Observa-se que, ao longo da década de 2000, as regiões mantiveram sua representação no PIB nacional (com poucas oscilações e pequeno ganho de participação da região norte e centro-oeste do país), o que indica que as mesmas têm acompanhado o crescimento do Brasil, mantendo contínua proporção de expansão (ver tabela 10).

Tabela 10: Participação Percentual das Grandes Regiões no Produto Interno Bruto 2002-2010

Grandes Regiões	Participação percentual no Produto Interno Bruto (%)								
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Norte	4,7	4,8	4,9	5,0	5,1	5,0	5,1	5,0	5,3
Nordeste	13,0	12,8	12,7	13,1	13,1	13,1	13,1	13,5	13,5
Sudeste	56,7	55,8	55,8	56,5	56,8	56,4	56,0	55,3	55,4
Sul	16,9	17,7	17,4	16,6	16,3	16,6	16,6	16,5	16,5
Centro-Oeste	8,8	9,0	9,1	8,9	8,7	8,9	9,2	9,6	9,3

Fonte: IBGE, Contas Regionais do Brasil 2010.

Como demonstrado na tabela 10, a participação das regiões no PIB brasileiro pouco se alterou nos anos analisados, permanecendo o sudeste com representação superior aos 50%. Essa concentração torna-se ainda mais evidente quando analisado o contingente populacional das regiões, no qual o nordeste, em 2010, segundo o Censo Demográfico do IBGE, representava 28% da população do país, sendo a segunda região mais populosa, perdendo apenas para o sudeste (42%), e é responsável, em média, por apenas 13% do PIB nacional.

A concentração industrial também é evidente ao se analisar os dados da PIA – Pesquisa Industrial Anual. A região sudeste apresenta mais de 50% do total de unidades industriais do país, enquanto o Nordeste participa com pouco mais de 10%, conforme mostra a tabela 11. Nos últimos quatro anos, entre 2007 e 2010, o nordeste apresentou evolução positiva, partindo de 18.626 unidades locais industriais para 22.337 unidades, uma expansão de, aproximadamente, 20%. Apesar da grande diferença quantitativa, o nordeste apresentou melhor desempenho na criação de novas unidades industriais quando se compara com as regiões sul e sudeste, que apresentaram crescimento de 13,2% e 4,7%, respectivamente, neste mesmo período.

Tabela 11: Número de Unidades Industriais Locais com 5 ou mais pessoas ocupadas, por Região – 2007 a 2010

Grandes Regiões	Número de Unidades Industriais Locais			
	2007	2008	2009	2010
BRASIL	172.690	182.154	185.576	189.233
Norte	5.134	5.559	4.995	5.295
Nordeste	18.626	20.476	21.090	22.337
Sudeste	91.607	95.708	96.450	95.981
Sul	47.405	49.977	51.541	53.665
Centro-Oeste	9.919	10.433	11.501	11.954

Fonte: PIA Empresa/IBGE. Elaboração Própria.

Mesmo com a evidente concentração econômica do país, a região nordeste tem apresentado bons resultados nos últimos anos. Analisando a presença de estabelecimentos e a geração de empregos formais, segundo dados da RAIS – Relação Anual de Informações Sociais, o nordeste mostrou grande evolução, sendo a terceira região com maior número de estabelecimentos. Nos últimos 10 anos, entre 2002 e 2011, o total de estabelecimentos no Nordeste cresceu 66,3%, enquanto o total da região sudeste se expandiu 36,8% no período analisado.

Tabela 12: Total de estabelecimentos por Região, em unidades – 2002 a 2011

ANO/ Regiões	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
2002	325.949	75.248	1.303.418	537.539	205.711
2003	341.450	80.663	1.331.370	555.951	217.851
2004	358.814	89.035	1.365.728	580.679	231.920
2005	375.597	95.230	1.408.207	602.582	242.556
2006	398.033	101.322	1.457.073	626.471	250.668
2007	415.879	106.953	1.502.336	648.058	262.222
2008	439.702	115.880	1.568.159	680.677	281.052
2009	466.962	123.045	1.623.079	711.632	298.796
2010	503.321	131.932	1.700.339	748.552	319.304
2011	541.971	143.067	1.783.087	783.222	339.269

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração própria.

No tocante ao total de empregos formais, apesar da região sudeste apresentar o maior volume, a região nordeste mostrou evolução positiva, com progressivo aumento ao longo da última década, com destaque para a Administração Pública, o setor de serviços e o setor industrial. Entre 2002 e 2011, o crescimento no número de empregos formais na região foi de 74,5%, enquanto a região sudeste apontou expansão de 55,4%. Vale ressaltar que a partir de 2006, a região nordeste passa a ser a segunda região com maior número de empregos formais do país, ultrapassando a região sul. Esses resultados mostram o quanto a economia nordestina tem se fortalecido, apresentando-se mais dinâmica e robusta na criação de empregos.

Outro dado que enaltece as divergências socioeconômicas entre as regiões do Brasil é o quantitativo de pessoas em extrema pobreza do país e sua distribuição nas macrorregiões. Com os dados do CENSO 2010, do IBGE, observou-se que 16,2 milhões de brasileiros ainda vivem em situação de miséria, ou seja, possuem uma renda familiar per

capita de até R\$ 70. Apesar de alarmante, segundo informações do Plano Brasil sem miséria, do Governo Federal, 28 milhões de pessoas já saíram da situação de pobreza e 36 milhões entraram na classe média. Dos indivíduos que estão na extrema pobreza mais de 9 milhões estão na região nordeste, o que representa, aproximadamente, 60% do total de pessoas na miséria no país (ver tabela 14).

Tabela 13: Total de Empregos Formais por Região – 2002 a 2011

ANO/ Regiões	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
2002	4.859.397	1.296.597	15.128.474	5.075.659	2.323.786
2003	5.095.390	1.379.761	15.396.672	5.256.600	2.416.504
2004	5.394.730	1.529.195	16.259.719	5.632.349	1.148.857
2005	5.808.590	1.650.837	17.201.452	5.831.790	2.745.948
2006	6.185.903	1.792.126	18.140.168	6.170.491	2.866.561
2007	6.567.837	1.954.641	19.532.512	6.502.575	3.049.865
2008	6.948.709	2.080.009	20.386.019	6.802.842	3.223.987
2009	7.422.186	2.191.265	21.098.135	7.078.443	3.417.517
2010	8.010.839	2.408.182	22.460.999	7.557.531	3.630.804
2011	8.481.080	2.562.748	23.514.877	7.902.443	3.849.483

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração própria.

Tabela 14: Habitantes que vivem na linha de extrema pobreza no Brasil, por regiões - 2010

	Total de pessoas	Participação (%)
BRASIL	16.267.197	100%
Norte	2.658.452	17%
Nordeste	9.609.803	59%
Sul	715.961	4%
Sudeste	2.725.532	17%
Centro-Oeste	557.449	3%

Fonte: Censo 2010/IBGE apud Plano Brasil sem miséria. Elaboração Própria.

No Brasil não são observadas somente desigualdades inter-regionais, mas também desigualdades dentro de uma mesma região. No Nordeste, considerado o caso mais evidente de desigualdade espacial no Brasil, por exemplo, a maior parte da população (60%) vive na faixa litorânea, que produz 80% do PIB da região, enquanto 40% da população vive nas demais áreas do nordeste e produzem apenas 20% do PIB regional (OLIVEIRA, 2008 apud MELO; SIMÕES, 2009).

Tabela 15: Brasil e Região Nordeste - Produto Interno Bruto – 2009 e 2010

Unidades Geográficas	2009			2010		
	PIB (R\$ Milhão)	PIB per capita (R\$ Milhão)	Participação (%)	PIB (R\$ Milhão)	PIB per capita (R\$ Milhão)	Participação (%)
BRASIL	3.239.404	16.917,7	-	3.770.085	19.766,33	-
NORDESTE	437.720	8.167,75	100,0	507.502	9.561,41	100,0
Maranhão	39.855	6.259,43	9,11	45.256	6.888,60	8,92
Piauí	19.033	6.051,10	4,35	22.060	7.072,80	4,35
Ceará	65.704	7.686,62	15,01	77.865	9.216,96	15,34
R. Grande do Norte	27.905	8.893,90	6,38	32.339	10.207,56	6,37
Paraíba	28.719	7.617,71	6,56	31.947	8.481,14	6,29
Pernambuco	78.428	8.901,93	17,92	95.187	10.821,55	18,76
Alagoas	21.235	6.728,21	4,85	24.575	7.874,21	4,84
Sergipe	19.767	9.787,25	4,52	23.932	11.572,44	4,72
Bahia	137.075	9.364,71	31,32	154.340	11.007,47	30,41

Fonte: Contas Regionais do Brasil. Elaboração própria.

Na região Nordeste, como mostra a tabela 15, apenas um estado, a Bahia, é responsável pela maior participação percentual no PIB da região. A Bahia representa 30,42% do PIB nordestino, sendo seguido pelo estado de Pernambuco, com 18,76% de participação. Nos anos citados, houve pouca alteração na participação dos estados no Produto Interno Bruto da região. Sergipe, por exemplo, elevou sua participação em apenas 0,20 ponto percentual entre 2009 e 2010, representando, neste último ano, 4,7% do PIB do Nordeste. No tocante ao PIB per capita, o resultado para o Nordeste, em 2010, é quase a metade do nacional, tendo totalizado R\$ 9.561,41 per capita. O estado de Sergipe manteve sua posição de maior PIB per capita da região, alcançando, em 2010, o total de R\$ 11.572,44 per capita.

Outros indicadores também destacam as diferentes realidades encontradas nos estados da região. A tabela 16 aponta os dados relativos à população, densidade demográfica, taxa de analfabetismo e Índice de Gini para os estados nordestinos. Nota-se que estados com grande contingente populacional, como Bahia e Maranhão não apresentam grandes densidades demográficas, devido ao seu vasto território. Sergipe, por exemplo, menor estado da federação, apresenta a segunda maior densidade demográfica do Nordeste, menor apenas quando comparado ao estado de Alagoas.

No tocante à taxa de analfabetismo, os estados do nordeste apresentam resultados próximos, sendo que a Bahia possui o menor indicador de pessoas analfabetas: 16,6%. Vale ressaltar que as taxas de analfabetismo dos estados nordestinos são bastante superiores às

taxas de estados do sudeste, como São Paulo (4,3%) e Rio de Janeiro (4,3%), e da região Sul do país, a exemplo do Rio Grande do Sul (4,5%) e Santa Catarina (4,1%).

Para o Índice de Gini, que mede a desigualdade social de uma região (valores próximos a zero indicam mais igualdade, enquanto valores mais próximos de um indicam maior desigualdade na distribuição de renda e riquezas), o menor valor foi encontrado no estado de Alagoas, enquanto o resultado mais distante de zero foi encontrado em Sergipe.

Tabela 16: Região Nordeste - Informações Gerais, por estados

	População ¹	Densidade Demográfica ²	Taxa de Analfabetismo (%) ³	Índice de Gini*
Maranhão	6 574 789	19,81	20,9	0,505
Piauí	3 118 360	12,40	22,9	0,515
Ceará	8 452 381	56,76	18,8	0,504
R. G. do Norte	3 168 027	59,99	18,5	0,535
Paraíba	3 766 528	66,70	21,9	0,527
Pernambuco	8 796 448	89,63	18,0	0,482
Alagoas	3 120 494	112,33	24,3	0,478
Sergipe	2 068 017	94,35	18,4	0,544
Bahia	14 016 906	24,82	16,6	0,523

¹ Em 2010. Fonte: CENSO 2010/IBGE.

² Em 2010. Densidade Demográfica = Habitantes/km². Fonte: IBGE.

³ Em 2010. Taxa de analfabetismo para pessoas de 15 anos ou mais. Fonte: IBGE.

*Em 2011. Índice de Gini da distribuição do rendimento mensal das pessoas de 10 anos ou mais, com rendimento. Uma sociedade com total igualdade teria coeficiente de Gini igual a zero, enquanto o coeficiente igual a um representaria a total desigualdade. Fonte: PNAD/IBGE.

Ao se analisar o estoque de empregos formais, o número de estabelecimentos e unidades industriais locais em cada estado do Nordeste também nota-se certa concentração, principalmente no estado da Bahia que possui maior quantitativo de empregos, estabelecimentos e unidades industriais. Seguem com melhores resultados o estado de Pernambuco e do Ceará. No quesito unidades industriais, em 2010, Sergipe apresenta quantidade superior apenas que o estado de Alagoas, como mostra a tabela 17.

Tabela 17: Região Nordeste - Total de estabelecimentos, empregos formais e Unidades Industriais Locais

	Empregos Formais ¹	Estabelecimentos ²	Unidades Industriais Locais ³
Maranhão	675.274	37.518	998
Piauí	393.363	26.313	1.013
Ceará	1.406.906	84.057	5.088
R. G. do Norte	592.444	40.674	1.742
Paraíba	614.813	36.995	1.555
Pernambuco	1.648.927	96.147	4.905

Continua

Continuação

	Empregos Formais¹	Estabelecimentos²	Unidades Industriais Locais³
Alagoas	497.898	27.543	762
Sergipe	385.837	24.128	886
Bahia	2.265.618	168.596	5.388

¹ Em 2011. Fonte: RAIS/MTE.

² Em 2011. Fonte: RAIS/MTE.

³ Em 2010. Fonte: PIA Empresa/IBGE.

Diante do exposto, fica evidente que, nos últimos anos, a região Nordeste apresentou bom desempenho, principalmente no crescimento de empregos formais, estabelecimento e unidades industriais, superiores à média das demais regiões. Contudo, ainda permanecem valores bastante desiguais, o que demonstra a necessidade de políticas públicas e investimento, principalmente em educação e infraestrutura, que fomentem o crescimento e fortalecimento dos setores produtivos da região, gerem competitividade às indústrias e empresas locais, a fim de dinamizar a economia e promover um desenvolvimento sustentável e menos desigual para o Nordeste.

5 EVOLUÇÃO E DESEMPENHO RECENTE DO COMÉRCIO EXTERIOR NORDESTINO E SERGIPANO

Na primeira década do século XXI, o Brasil foi palco de modificações importantes no fluxo comercial com o exterior. As exportações do país cresceram 364,5% no período, ao sair de US\$ 55 bilhões, em 2000, para US\$ 256 bilhões, em 2011. As importações cresceram com menor força, mas também se mostraram ascendentes. Conforme Holland; Xavier (2005), ao longo do ano 1999, o país passou por uma mudança no regime cambial, com recorrentes desvalorizações da taxa de câmbio, esperando-se atingir um saldo comercial positivo no curto prazo. A relação exportação e importação mostrou-se favorável para todos os anos da série 2000-2011, com exceção do ano 2000, quando o montante importado superou o total exportado.

A partir de 1999, sob o regime de câmbio flutuante, a economia brasileira enfrentou intensos movimentos de desvalorização da moeda doméstica, quando de uma paridade cambial em torno de R\$/US\$ 1,22, para dezembro de 1998, passou-se a conviver com uma paridade de até R\$/US\$ 3,90, em outubro de 2002, reduzindo para níveis abaixo de R\$/US\$ 3,00 em 2004 e 2005. Com aquele movimento de desvalorização acelerada da taxa de câmbio esperava-se uma recuperação do dinamismo exportador brasileiro, o que vem ocorrer de modo mais gradual. De exportações da ordem de US\$ 52 bilhões, em 1997 e 1998, após uma leve depressão nesses valores em 1999, a economia brasileira passou a exportar US\$ 58 bilhões, em 2001, e recentemente, em 2003 e 2004, as exportações alcançaram a faixa de US\$ 73 bilhões e US\$ 94 bilhões, respectivamente (HOLLAND; XAVIER, 2005).

Ao se observar a evolução (Gráficos 1 e 2) das exportações vis-à-vis as importações, constata-se uma trajetória ascendente destes dois agregados macroeconômicos, porém chama atenção a existência de três fases dentro do ciclo de expansão. Na primeira fase, que vai de 2000 a 2003, as vendas externas cresceram a uma taxa média de 9,8%. O desempenho das exportações neste período foi modesto, porém com rápido crescimento entre 2002 e 2003, fase de mudança de política econômica no Brasil (início do governo Lula)²¹. Na segunda fase, 2004 a 2007, há um impulso maior, com as exportações crescendo a uma taxa média de 13,5%, principalmente por conta da depreciação não planejada do câmbio, que

²¹ Como enfatizado por Batista Jr. (2005), o Governo Lula, a partir de 2003, trouxe aspectos positivos já nos primeiros anos. Em 2003, a inflação voltou a diminuir, as contas públicas apresentaram melhores resultados, apesar de diversos entraves como alta carga tributária, pequeno investimento público e escassez de recursos para distribuição de renda e redução da miséria. O crescimento rápido das exportações e o superávit na balança comercial foram os principais progressos, além do superávit no balanço de pagamentos nos anos seguintes.

incentivou as empresas exportadoras, além de um cenário internacional favorável, tanto no aspecto comercial quanto financeiro (BATISTA JR., 2005). Na terceira fase, 2008 a 2011, diante da inflexão do valor exportado, em 2009, em decorrência da crise financeira internacional, a taxa de crescimento ficou em 6,6%.

Usando o mesmo critério para a análise do desempenho das importações, no primeiro período, entre 2000 e 2003, as importações recuaram a uma taxa média de 4,7%. Em compensação, entre 2004 e 2007, as compras do exterior cresceram a uma taxa média de 17,7%, período no qual a Ásia se torna o bloco econômico com maior representação nas importações nacionais (em 2006), evidenciando a grande parceria comercial do Brasil com a China, principal compradora de nossas commodities. Entre 2008 e 2011, as importações cresceram menos intensamente, a uma taxa média de 6,6%.

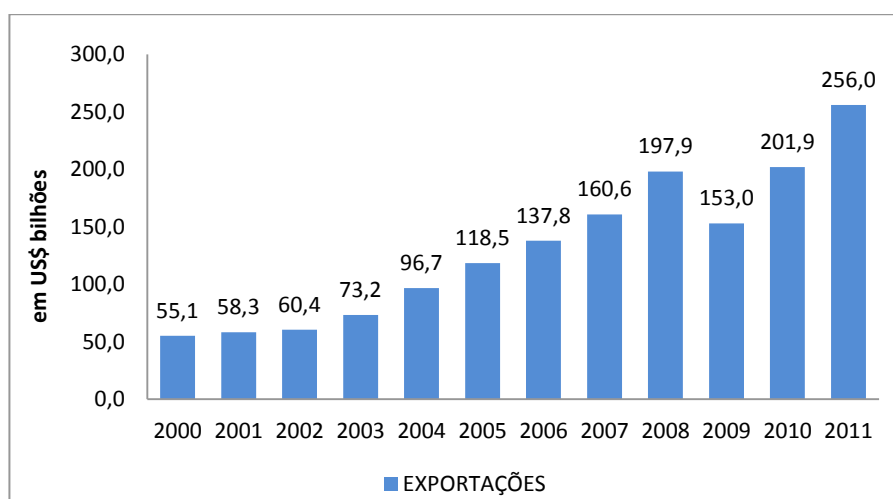


Gráfico 2: Evolução das Exportações Brasileiras – 2000 a 2011 (em US\$ bilhões)

Fonte: MDIC. Elaboração própria.

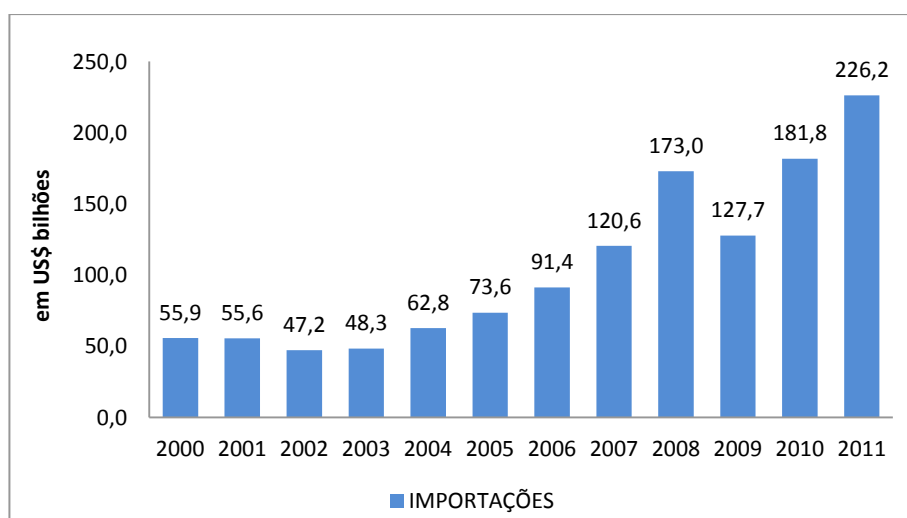


Gráfico 3: Evolução das Importações Brasileiras – 2000 a 2011 (em US\$ bilhões)

Fonte: MDIC. Elaboração própria.

A abertura comercial brasileira gerou aumento nas exportações de todas as regiões, principalmente das regiões Norte e Centro-Oeste, caracterizando o processo de desconcentração do comércio brasileiro, com redução das participações das regiões mais ricas e ampliação da contribuição das regiões periféricas no comércio mundial. Na década de 1990, a estrutura produtiva de alguns estados do Nordeste foi reconfigurada, com apoio do setor público e das políticas de incentivos fiscais, buscando “atrair novas empresas para a região, aliado à implantação de uma infraestrutura necessária ao funcionamento dessas empresas”, refletindo, assim, positivamente no comércio exterior da região (VIANA, 2006, p. 64).

Seguindo a tendência do país, a região Nordeste também apresentou mais dinamismo nas suas trocas com exterior. Durante toda a década de 1990, as relações de comércio do Nordeste com exterior sofreram modificações. Até a primeira metade da década, os saldos sofriam declínio, mas permaneciam superavitários, enquanto que na segunda metade dos anos 1990 a região apresentou uma situação deficitária que há muitas décadas não se conhecia. Desta forma, elevou-se na região a necessidade de transferências públicas de recursos do exterior ou de outras regiões do país (GALVÃO, 2007). O saldo deficitário permaneceu até 2002, com muita oscilação e, em 2003, o saldo tornou-se positivo (ver tabela 18). Tal mudança é explicada pela elevação das exportações dos produtos básicos e industrializados e pela redução das importações de produtos industrializados, de maior valor agregado (FONTENELE; MELO, 2009).

Entre 1999 e 2010, a região Nordeste obteve um crescimento contínuo de suas exportações e importações, com médias anuais de 16,5% e 18,7%, respectivamente (BANCO DO NORDESTE, 2011). Em 2009, houve um recuo dessas transações devido à crise financeira internacional que afetou as economias mundiais. Porém, em 2010, as exportações do país e da região Nordeste se recuperaram alcançando, respectivamente, US\$ 202 bilhões e, aproximadamente, US\$ 16 bilhões. Essa participação nordestina no exterior, para Fontenele; Melo (2009), é fruto do crescimento das economias emergentes em um ambiente internacional favorável: crescimento das economias mundiais somado à elevação dos preços das commodities, que geraram aumento nas exportações desses países.

Tabela 18: Região Nordeste - Balança Comercial – 1991 a 2011 (US\$ 1.000 FOB)

ANO	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	SALDO
1991	2.859.771	1.577.901	1.281.870
1992	3.035.045	1.369.830	1.665.215
1993	3.012.647	1.965.219	1.047.428
1994	3.502.854	2.455.465	1.047.389
1995	4.239.999	3.603.783	636.216
1996	3.854.865	4.170.285	-315.420
1997	3.958.933	4.228.877	-269.943
1998	3.720.485	3.800.460	-79.974
1999	3.355.505	3.526.919	-171.414
2000	4.026.157	4.776.450	-750.293
2001	4.187.781	5.128.804	-941.023
2002	4.655.567	4.659.979	-4.412
2003	6.112.111	4.328.650	1.783.461
2004	8.043.285	5.510.521	2.532.764
2005	10.561.141	6.307.782	4.253.359
2006	11.629.126	8.854.754	2.774.372
2007	13.086.243	11.776.554	1.309.689
2008	15.451.508	15.526.386	-74.878
2009	11.616.308	10.795.724	820.584
2010	15.867.654	17.585.542	-1.717.888
2011	18.830.331	24.155.749	-5.325.418

Fonte: MDIC. Elaboração Própria.

De fato, as exportações nordestinas mantiveram crescimento, aumentando 18,7%, em 2011, em relação ao ano anterior. As importações se elevaram, neste mesmo período, 37,4%. Apesar das exportações crescentes, a região nordeste não garantiu maior participação nas exportações nacionais durante toda a década de 2000. Sua melhor performance foi em 2005, quando participou com 8,9% das exportações do país.

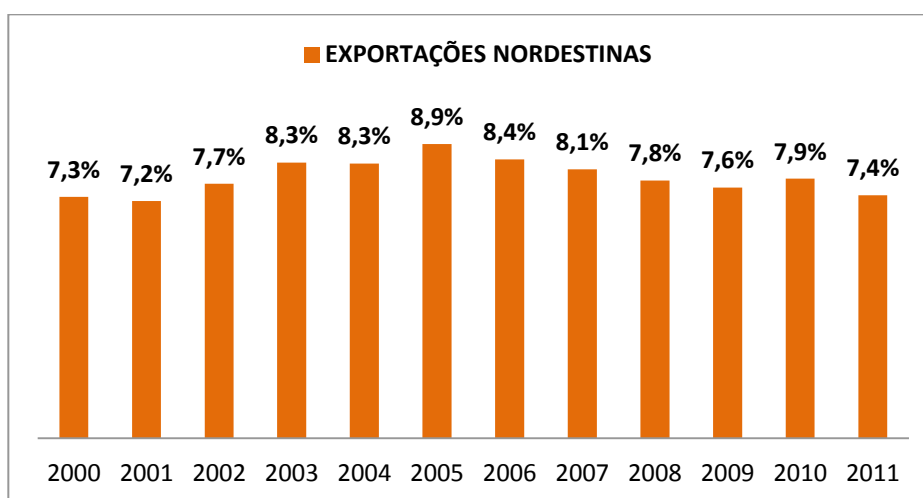


Gráfico 4: Participação das Exportações Nordestinas nas Exportações do Brasil – 2000 a 2011

Fonte: MDIC. Elaboração própria.

As exportações nordestinas são formadas, principalmente, por produtos industrializados (manufaturados + semimanufaturados). Porém, as vendas externas desses produtos vêm apresentando recuo nos últimos anos. Os produtos manufaturados, por exemplo, que possuem maior participação, perderam participação saindo de 44%, em 2000, para 41%, em 2011. Em contrapartida, ao longo da última década as exportações de produtos básicos cresceram fortemente, saindo de 18%, em 2000, para 27% em 2011, conforme mostra o gráfico 5.

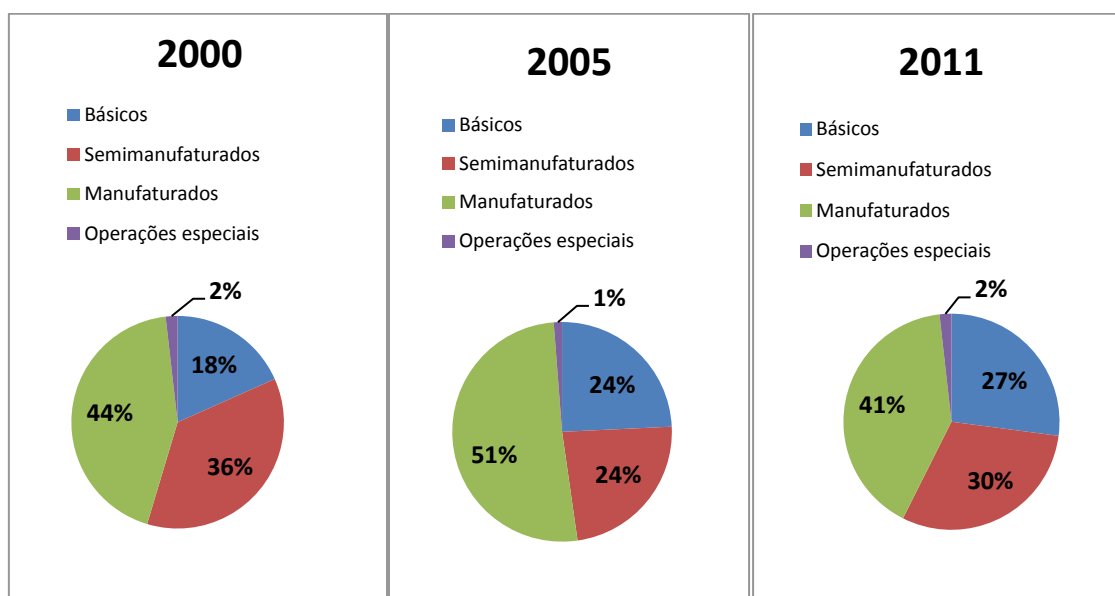


Gráfico 5: Exportações Nordestinas por Fator Agregado – 2000, 2005 e 2011

Fonte: MDIC. Elaboração própria.

O Nordeste apresenta certa concentração das suas vendas externas em um número pequeno de produtos. Nota-se que os dez principais produtos exportados, em 2011, representaram, aproximadamente, 55% do total exportado pela região. Entre os principais produtos exportados pelo Nordeste, em 2011, destacam-se: “Fuel-Oil”, ou Óleo combustível (exportado pela Bahia); Outros grãos de soja, mesmo triturados (exportado, principalmente, pela Bahia e pelo Maranhão); e o Açúcar de Cana, em bruto (exportado, principalmente por Alagoas e Pernambuco).

Alguns produtos, contudo, modificaram sua participação na última década. O “Fuel Oil”, por exemplo, aparece nas exportações nordestinas somente a partir de 2002 e em 2006 e 2007 foi o principal produto exportado, porém perde participação devido a redução das vendas, principalmente para os EUA, Países Baixos (Holanda) e Cingapura, e só volta a ser o mais importante da pauta exportadora em 2010 e 2011. Outro produto que sofreu mudança

significativa foi “Automóveis c/ motor explosão, 1500<CM3<=3000,AT”, que era o principal produto exportado nos anos 2003, 2004 e 2005, porém aparece em 10º lugar, em 2011. A tabela abaixo apresenta os 10 principais produtos exportados pelo Nordeste, em 2011, e suas evoluções ao longo da década passada. A tabela 19 demonstra que pouco mais da metade das exportações nordestinas estão concentradas em apenas 10 produtos.

Tabela 19: Região Nordeste - Evolução da Participação (%) dos 10 principais produtos exportados, em 2011, no total das exportações

PRINCIPAIS PRODUTOS/ANO	2000	2001	2002	2003	2004	2005
TOTAL DAS EXPORTAÇÕES NORDESTINAS	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
"FUEL-OIL"	---	---	3,64	5,82	5,25	7,27
OUTROS GRAOS DE SOJA,MESMO TRITURADOS	2,87	2,17	2,18	2,48	3,86	3,72
ACUCAR DE CANA,EM BRUTO	5,67	9,25	4,95	4,88	4,43	4,23
PASTA QUIM.MADEIRA DE N/CONIF.A	4,3	2,98	2,7	2,4	1,98	2,9
SODA/SULFATO,						
MINERIOS DE FERRO AGLOMERADOS E SEUS CONCENTR	---	---	0,03	0,84	2,88	3,02
ALUMINA CALCINADA	1,51	1,36	1,33	1,18	1,15	1,18
ALGODAO SIMPLEMENTE	---	---	---	0,1	0,35	0,59
DEBULHADO,NAO CARDADO NE						
CATODOS DE COBRE REFINADO/SEUS ELEMENTOS,EM F	0,6	0,51	1,68	0,7	0,73	1,08
FERRO FUNDIDO BRUTO NAO LIGADO,C/PESO<=0.5% D	3,24	3,18	3,33	2,56	4,12	4,12
AUTOMOVEIS C/MOTOR	---	---	2,33	6,19	7,27	7,6
EXPLOSAO,1500<CM3<=3000,AT						
PRINCIPAIS PRODUTOS/ANO	2006	2007	2008	2009	2010	2011
TOTAL DAS EXPORTAÇÕES NORDESTINAS	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
"FUEL-OIL"	7,49	6,08	7,9	5,58	7,86	10,22
OUTROS GRAOS DE SOJA,MESMO TRITURADOS	2,92	3,37	6,04	9,36	6,85	8,72
ACUCAR DE CANA,EM BRUTO	5,02	3,26	4	6,3	7,13	8,6
PASTA QUIM.MADEIRA DE N/CONIF.A	4,99	5,47	8,02	8,12	7,77	6,94
SODA/SULFATO,						
MINERIOS DE FERRO AGLOMERADOS E SEUS CONCENTR	2,17	3,29	4,3	0,79	4,39	4,44
ALUMINA CALCINADA	1,22	1,17	1,17	1,05	2,66	4,13
ALGODAO SIMPLEMENTE	0,82	1,16	1,17	1,95	1,9	3,67
DEBULHADO,NAO CARDADO NE						
CATODOS DE COBRE REFINADO/SEUS ELEMENTOS,EM F	3,27	5,16	4,37	3,59	2,05	2,73
FERRO FUNDIDO BRUTO NAO LIGADO,C/PESO<=0.5% D	3,88	4,38	5,31	2,64	1,5	2,32
AUTOMOVEIS C/MOTOR	7,24	5,2	3,69	2,96	2,92	2,28
EXPLOSAO,1500<CM3<=3000,AT						

Fonte: MDIC. Elaboração própria.

Na análise dos países de destino também nota-se uma concentração, sendo que os dez principais países de destino dos produtos do nordeste responderam por mais de 60% do total exportado, em 2011. Contudo, a última década revelou que houve uma desconcentração

dos países de destino: os dez principais compradores permanecem com grande representação (em 2000, eles respondiam por 67,8%, enquanto em 2011 eles responderam por 62,5% do total exportado), entretanto, os Estados Unidos, que é o principal destino dos produtos, perdeu mais da metade de sua participação, saindo de 31,25%, em 2000, para 14,24% do total exportado, em 2011. Em contrapartida, a China se tornou um grande parceiro comercial do nordeste, saltando da 16ª posição, com representação pouco maior que 1%, em 2000, para 2ª colocação, em 2011, sendo responsável por 10,46% do total exportado pela região.

Tabela 20: Região Nordeste - Participação das exportações por Países de destino*

Países	2000		2005		2011	
	Part. (%)	Ordem	Part. (%)	Ordem	Part. (%)	Ordem
ESTADOS UNIDOS	31,25	1º	22,60	1º	14,24	1º
CHINA	1,08	16º	4,57	6º	10,46	2º
ARGENTINA	10,88	2º	9,08	2º	10,26	3º
PAISES BAIXOS (HOLANDA)	8,72	3º	6,05	4º	6,68	4º
ANTILHAS HOLANDESAS	1,38	14º	--	--	3,96	5º
ALEMANHA	2,11	10º	2,25	12º	3,81	6º
ESPAÑA	2,02	11º	3,36	7º	3,48	7º
ITALIA	3,03	7º	3,14	8º	3,46	8º
RUSSIA	3,30	6º	2,32	11º	3,20	9º
JAPAO	4,05	5º	1,60	16º	3,00	10º

Fonte: MDIC. Elaboração própria.

* Os países sem dados não participavam do comércio com o Nordeste ou não apresentavam participação relevante (acima da 30ª posição).

No tocante às importações, dez países respondem por quase 70% do total importado pelo nordeste (ver tabela 21). Neste quesito, também ocorreram mudanças ao longo da última década: os EUA elevaram sua participação, sendo o principal fornecedor de produtos para a região; a China passou da 21ª posição, em 2000, para 3ª posição em 2011, consolidando-se como um dos principais parceiros comerciais da região, bem como a Índia, que estava em 29º lugar e saltou para a 4ª colocação, em 2011; já a Argentina teve sua participação bastante reduzida, embora seja o segundo maior país que vende para o nordeste.

As importações nordestinas são compostas, em sua maioria, por produtos industrializados, principalmente manufaturados. Entre os principais produtos importados pelo Nordeste, em 2011, destacaram-se o “Gasóleo” e “Outras gasolinas”, comprados principalmente pelos estados do Maranhão e Pernambuco, “Naftas para petroquímica” e “Sulfetos de minério de cobre”, cujo principal comprador é a Bahia.

Tabela 21: Região Nordeste - Participação das importações por Países de origem*

Países	2000		2005		2011	
	Part. (%)	Ordem	Part. (%)	Ordem	Part. (%)	Ordem
ESTADOS UNIDOS	12,41	2°	13,89	1°	19,93	1°
ARGENTINA	19,43	1°	12,63	2°	9,60	2°
CHINA	0,92	21°	4,58	6°	8,26	3°
INDIA	0,37	29°	9,99	3°	7,42	4°
CHILE	4,91	5°	6,25	5°	4,56	5°
MEXICO	--	--	1,46	15°	3,84	6°
ARGELIA	9,46	4°	7,66	4°	3,73	7°
COREIA DO SUL	1,39	13°	--	--	3,50	8°
PAISES BAIXOS (HOLANDA)	1,10	16°	1,05	22°	3,46	9°
ALEMANHA	3,10	6°	4,30	7°	3,34	10°

Fonte: MDIC. Elaboração própria.

* Os países sem dados não participavam do comércio com o Nordeste ou não apresentavam participação relevante (acima da 30ª posição).

É notório que a economia nordestina tem se mostrado mais dinâmica e mais presente no comércio internacional nos últimos anos. Contudo, as trocas externas ainda mantêm-se concentradas em poucos estados exportadores. Somente a Bahia, principal estado exportador, responde por metade das exportações da região. Se somado os estados do Maranhão e do Ceará, que mantiveram suas posições na última década (2° e 3° lugar, respectivamente), obtém-se, aproximadamente, 80% de tudo que é exportado pelo nordeste concentrado nesses três estados.

Tabela 22: Região Nordeste - Participação e Classificação estadual das Exportações

ESTADOS	2000		2005		2011	
	Part. (%)	Ordem	Part. (%)	Ordem	Part. (%)	Ordem
NORDESTE	100,0	--	100,0	--	100,0	--
Alagoas	5,6%	5°	5,5%	5°	7,3%	4°
Bahia	48,3%	1°	56,7%	1°	58,5%	1°
Ceará	12,3%	3°	8,8%	3°	7,5%	3°
Maranhão	18,8%	2°	14,2%	2°	16,2%	2°
Paraíba	1,9%	7°	2,2%	7°	1,2%	7°
Pernambuco	7,1%	4°	7,4%	4°	6,4%	5°
Piauí	1,6%	8°	0,6%	9°	0,9%	8°
Rio Grande do Norte	3,7%	6°	3,9%	6°	1,5%	6°
Sergipe	0,7%	9°	0,6%	8°	0,7%	9°

Fonte: MDIC. Elaboração própria.

Dessa forma, a inserção do Nordeste no comércio internacional ainda se apresenta frágil quando são analisados alguns quesitos sobre comércio exterior. A pauta de exportação é composta, principalmente, por produtos de pouco valor agregado, intensivos em recursos

naturais e trabalho, além de ser bastante concentrada em poucos setores. Mas, vale ressaltar, que ao longo dos anos essa concentração vem diminuindo. Além da necessidade de diversificação de produtos e setores exportadores, é preciso que políticas públicas fomentem e incentivem a exportação nos demais estados da região. A próxima seção analisará a evolução da economia sergipana e apontará as principais características e o comportamento do comércio exterior de Sergipe, bem como a sua participação na economia do Nordeste.

5.1 Dinâmica Recente da Economia e do Comércio Exterior Sergipano

Sergipe é o menor estado da federação, com pouco mais de 2 milhões de habitantes. Segundo dados do IBGE, o PIB sergipano totalizou, em 2010, R\$ 23,9 bilhões, representando 0,6% do PIB do Brasil e 4,7% do PIB da região nordeste. O PIB per capita do estado é o maior da região nordeste e é maior também que a média regional. A tabela 23 demonstra o contínuo crescimento do PIB e do PIB per capita de Sergipe entre 2002 e 2010.

Tabela 23: Sergipe - PIB e PIB per capita - 2002 a 2010

Anos	PIB a preço corrente (R\$ milhão)	PIB per capita (em R\$)
2002	9.454	5.060
2003	10.874	5.718
2004	12.167	6.289
2005	13.427	6.824
2006	15.124	7.559
2007	16.896	8.712
2008	19.552	9.779
2009	19.767	9.787
2010	23.932	11.573

Fonte: IBGE. Elaboração própria.

A economia estadual, seguindo a tendência nacional, é fortemente ancorada no setor de serviços, que representa 66,8% do PIB estadual. Apesar dessa grande participação do setor de serviços, o setor industrial elevou sua participação em 2010, segundo dados das Contas Regionais do Brasil, divulgados pelo IBGE. A indústria representou 28,6% do PIB estadual, sendo a segunda maior representação da região nordeste, menor apenas que o peso da indústria na Bahia. Em relação a 2009, a indústria cresceu 0,7 ponto percentual.

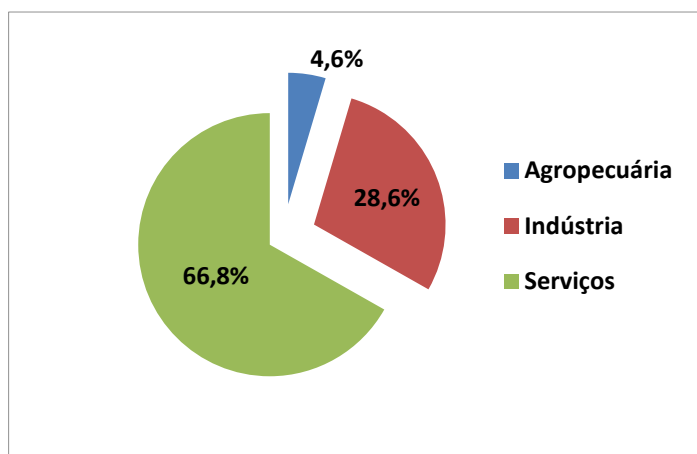


Gráfico 6: Participação das atividades econômicas no VAB a preços básicos – Sergipe – 2010

Fonte: IBGE. Elaboração Própria

5.1.1 Setor Industrial Sergipano no período recente

Dentro do setor industrial, destaca-se a participação do segmento de produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana (7,8%), da Construção Civil (7,6%) e da Indústria de Transformação (7,4%). A Indústria extrativa mineral participou com 5,8% do VAB, a preços básicos, em 2010. Apesar do pequeno crescimento, a indústria sergipana possui grande impacto na economia local. Pode-se destacar, por exemplo, a indústria da Construção Civil, que gera robusto volume de emprego e renda.

Tabela 24: Participação das atividades econômicas no Valor Adicionado Bruto a preços básicos – Sergipe - 2010

Total	100,0
AGROPECUÁRIA	4,6
INDÚSTRIA	28,6
Indústria extrativa	5,8
Indústria de Transformação	7,4
Construção Civil	7,6
Produção e Distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	7,8
SERVIÇOS	66,9
Comércio	12,9
Transporte, armazenagem e correio	4,2
Serviços de Informação	1,7
Intermediação Financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados	4,0
Atividades imobiliárias e aluguéis	7,6
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social	26,3
Outros serviços	10,1

Fonte: Contas Regionais do Brasil, 2010.

A indústria extrativa mineral, uma das principais atividades industriais do estado, está ligada às atividades de exploração de petróleo e gás natural, de minério de potássio (produção de fertilizantes) e de calcário (para fabricação de cimento). Sergipe é um dos nove estados do país produtores de petróleo, produto forte da pauta exportadora nacional. A exploração de minério de potássio também é importante no estado e um projeto, chamado Carnalita²², firmado entre as empresas Vale e Petrobrás, em 2012, pretende ampliar a produção de potássio a partir desse mineral. No tocante a produção de cimento, segundo o SNIC²³, Sergipe possui grande relevância no cenário regional e nacional, sendo o maior produtor do norte-nordeste e ocupando a 6ª colocação em nível nacional em 2011. Por alguns anos (entre 2003 e 2009), o cimento estava entre um dos principais produtos exportados pelo estado.

A indústria de transformação de Sergipe é fortemente ancorada em alguns setores tradicionais, como a indústria têxtil e as usinas de açúcar, que remontam do século XIX e XX. No regime militar, as atividades de produção de fertilizantes, cimento e petróleo e gás modificaram a estrutura da indústria local, que ampliou a participação dos bens intermediários. Com as disputas da chamada guerra fiscal para atrair empresas do Centro-Sul do país, o estado recebeu novas empresas de diversos setores e portes. A indústria calçadista atraía grande parte dos investimentos; a tradicional industrial têxtil começou a conviver com empreendimentos de menor porte do segmento de confecção; e a indústria de alimentos e bebidas se tornou mais moderna e diversificada, devido à crescente urbanização, à elevação do poder de compra e aos investimentos na indústria de etanol (MELO, 2012).

Nos últimos anos, a indústria de transformação do estado reafirmou sua força na superação das oscilações na conjuntura economia e da valorização cambial. Novas cadeias produtivas surgiram, gerando mudanças nos setores consolidados e diversificação econômica, com maior participação de indústrias de fora na nossa matriz industrial e conquista de novos mercados pelos empresários locais (MELO, 2012).

A participação dos setores da indústria de transformação sofreu modificações ao longo da última década. O setor com maior participação foi o de alimentos e bebidas, que cresceu 4 pontos percentuais entre 2002 e 2010. Este crescimento foi menor apenas que o

²² Com este projeto, Sergipe será o maior produtor de potássio do Brasil e o país se tornará menos dependente da importação de fertilizantes e de potássio. Estima-se que milhares de empregos serão criados, com um investimento previsto em US\$ 4 bilhões, além da continuidade da produção de potássio por cerca de trinta anos.

²³ Sindicato Nacional da Indústria do Cimento.

apresentado pelo setor de Calçados e Couro e pelo setor de Vestuário, que cresceram 5,8 e 4,4 pontos percentuais, respectivamente, no mesmo período. A indústria de minerais não metálicos reduziu sua participação no período, porém isso não se configura numa redução do valor transformado, mas sim em um crescimento mais acelerado de outros setores. Situação semelhante aconteceu com a indústria têxtil, que apresentou crescimento gradativo no VTI, mas teve sua participação reduzida. A indústria química, a metalurgia e a indústria gráfica apresentaram recuo em suas participações em ambos os períodos.

Tabela 25: Sergipe – Evolução da Participação no Valor da Transformação Industrial dos Setores da Indústria de Transformação – 2002, 2006 e 2010

Setores	Participação no VTI (%)			Evolução da participação (em ponto percentual)	
	2002	2006	2010	2002 a 2010	2006 a 2010
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	100,0	100,0	100,0	-	-
Alimentos e bebidas	29,5	25,2	33,5	4	8,3
Min. Não metálicos	25,6	19,0	17,4	-8,2	-1,6
Ind. Química	17,0	20,5	4,7	-12,3	-15,8
Têxtil	10,5	11,3	11,0	0,5	-0,3
Calçados e Couro	1,2	6,1	7,0	5,8	0,9
Maquinas e Equip.	1,9	3,8	3,7	1,8	-0,1
Metalurgia	8,0	6,1	2,9	-5,1	-3,2
Vestuário	1,4	1,5	5,8	4,4	4,3
Plástico e borracha	1,0	1,4	1,0	0	-0,4
Edição e gráfica	1,1	1,6	0,6	-0,5	-1
Móveis e diversos	0,7	0,9	4,1	3,4	3,2
Celulose e papel	0,3	1,1	0,6	0,3	-0,5

Fonte: PIA/Empresa. Elaboração própria. Classificação conforme CNAE 2.0²⁴

Os setores expostos na tabela 25 configuram as principais atividades industriais de Sergipe, podendo listar ainda o segmento de material elétrico e de fabricação de veículos e carrocerias. Os principais setores foram instalados em Sergipe na década de 1970 e 1980, enquanto outros são mais recentes, estruturados a partir das políticas de atração de investimentos e das disputas fiscais entre as federações do país (MELO, 2012).

²⁴ A CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas - é o instrumento de padronização nacional dos códigos de atividade econômica e dos critérios de enquadramento utilizados pelos diversos órgãos da Administração Tributária do país. A versão 2.0 da CNAE, com 1301 subclasses, foi aprovada e divulgada pela Resolução CONCLA (Comissão Nacional de Classificação) nº 01, de 04/09/2006, entrou em vigor em janeiro de 2007.

Os mais importantes em termos de VTI foram atraídos pela base de recursos naturais de Sergipe, nos casos de parte da indústria química e de minerais não-metálicos. Outros, pela possibilidade de fornecer para o mercado local e nordestino, seja para consumo das famílias, seja para a demanda do próprio setor industrial que foi se adensando, como a indústria de alimentos e bebidas. Em alguns setores, as empresas atuam, a partir de Sergipe, para atender o mercado nacional e internacional, como são os casos da indústria têxtil e de calçados e, em menor, grau, a de produtos metalúrgicos (MELO, 2012, p. 119).

Ao se analisar o total de empregados formais, conforme a RAIS, os setores industriais apresentam uma das maiores representações, juntamente com o setor da administração pública e do setor de serviços (tabela 26). Os segmentos industriais que apresentaram maior número de trabalhadores em 2010, conforme a Pesquisa Anual da Indústria eram: alimentos e bebidas, com 9.937 pessoas; calçados e couro, com 5.637 pessoas; minerais não metálicos, com 4.628 pessoas; e a indústria têxtil, com 3.411 trabalhadores (tabela 27).

Tabela 26: Sergipe - Número de Trabalhadores por Grande Setor – 2007 a 2011

Setor	2011	2010	2009	2008	2007	Variação 2011/2010 (%)
Extração Mineral	4.781	4.600	4.817	4.537	4.002	3,9
Ind. de Transformação	44.792	41.477	36.353	34.265	33.206	8,0
Serv. Ind. Util. Pública	6.385	6.095	5.493	3.743	3.642	4,8
Construção Civil	29.635	28.713	21.658	20.997	21.915	3,2
Comércio	60.706	56.221	51.264	48.674	45.357	8,0
Serviços	107.644	100.189	89.240	82.275	103.011	7,4
Adm. Pública	117.928	118.554	122.929	111.978	99.221	-0,5
Agropecuária	13.966	13.730	12.298	12.777	10.322	1,7
TOTAL	385.837	369.579	344.052	319.246	320.676	4,4

Fonte: RAIS/MTE; Elaboração própria.

Tabela 27: Sergipe - Pessoal Ocupado por setor de Atividade da Indústria de Transformação – 2002, 2006 e 2010

Setores	Pessoal Ocupado			Variação (%) Pessoal ocupado	
	2002	2006	2010	2010/2002	2010/2006
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	23.635	28.017	36.236	53,3	29,3
Alimentos e bebidas	7.159	6.251	9.937	38,8	59,0
Têxtil	4.063	4.355	3.411	-16,0	-21,7
Minerais não-metálicos	2.943	3.840	4.628	57,3	20,5
Calçados e Couro	467	2.422	5.637	1107,1	132,7
Vestuário	2.033	2.144	2.393	17,7	11,6
Máquinas e equipamentos	472	1.440	167	-64,6	-88,4
Indústria Química	674	1.371	1.068	58,5	-22,1
Móveis e diversos	1.144	1.180	1.769	54,6	49,9
Plástico e borracha	810	1.048	857	5,8	-18,2
Metalurgia	805	933	1.035	28,6	10,9
Edição e gráfica	549	890	440	-19,9	-50,6

Continua

Continuação

Setores	Pessoal Ocupado			Variação (%) Pessoal ocupado	
	2002	2006	2010	2010/2002	2010/2006
Celulose e papel	141	532	405	187,2	-23,9
Veículos, carrocerias e reboques	159	314	371	133,3	18,2
Fumo	245	348	86	-64,9	-75,3
Produtos de madeira	394	287	261	-33,8	-9,1
Outros	1.577	663	3.543	124,7	434,4

Fonte: PIA/Empresa. Elaboração própria. Classificação conforme CNAE 2.0

Entre 2002 e 2010 foram mais de 12.601 empregos na indústria de transformação sergipana, sendo mais de oito mil gerados entre 2006 e 2010. Alguns setores se destacaram na criação de empregos entre 2002 e 2010, principalmente o setor de calçados e couros, fabricação de celulose e produtos de papel, além da fabricação de veículos, carrocerias e reboques. A fabricação de fumo, de máquinas e equipamentos, de produtos de madeira e a indústria gráfica e têxtil perderam empregos ao longo dos anos estudados.

Essa expansão no total de emprego é reflexo de uma elevação no número de estabelecimentos industriais locais, que cresceram 15% entre 2007 e 2010 (ver gráfico 7). Os segmentos que contavam com maior número de estabelecimentos industriais, em 2010, eram: alimentos e bebidas (237), minerais não metálicos (158), vestuário (72), fabricação de móveis (48), e a indústria têxtil (43).

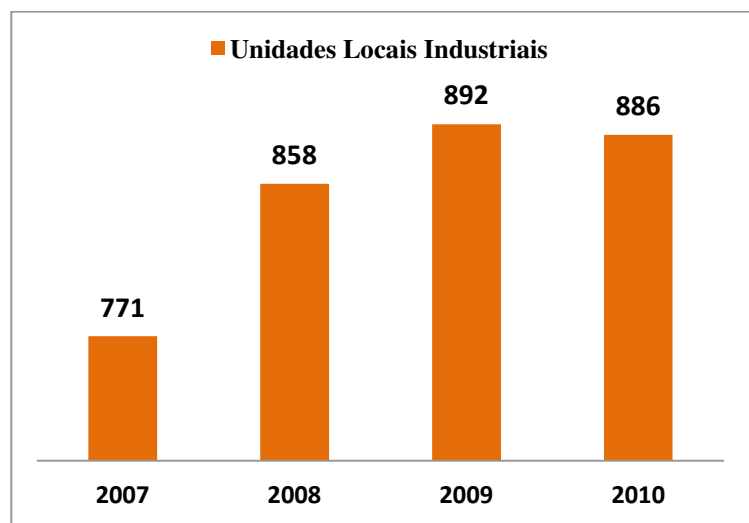


Gráfico 7: Número de Estabelecimentos Industriais Locais com 5 ou mais pessoas ocupadas – Sergipe – 2007 a 2010

Fonte: PIA Empresa/IBGE. Elaboração própria.

Mesmo com as dificuldades encontradas pela economia brasileira nas últimas décadas, Sergipe apresentou, diante dos dados estudados, uma ampliação de sua economia, com um Produto Interno Bruto crescente e o maior PIB per capita da região. Este cenário

gerou uma diversificação da indústria sergipana, com entrada cada vez maior de empresas de diversos segmentos. Conforme enfatizado por Melo (2012, p. 125), para manter esta boa evolução é preciso:

a) fortalecimento das cadeias produtivas estratégicas em torno dos setores mais significativos; b) fomento às Aglomerações Produtivas Locais; e c) estímulo à incorporação de mais conhecimento técnico no processo produtivo, como forma de incrementar a competitividade da indústria sergipana.

É preciso estar atento aos setores que mais geraram empregos (calçados e couro; celulose e papel; fabricação de veículos, carrocerias e reboques; além da indústria química, de minerais não metálicos e de móveis), aos segmentos que se expandiram no tocante aos estabelecimentos industriais (alimentos e bebidas; minerais não metálicos; vestuário; indústria têxtil; e máquinas e equipamentos) e a aqueles que são mais representativos no Valor da Transformação Industrial (alimentos e bebidas; minerais não metálicos; indústria têxtil; calçados e couro; e vestuário), pois se mostraram dinâmicos e determinantes para o bom crescimento da economia sergipana nos últimos anos.

5.1.2 Comércio Exterior Sergipano

No tocante ao comércio exterior, a participação de Sergipe na corrente de comércio do Brasil e do Nordeste ainda é pouco expressiva. Na última década, o estado apresentou a menor participação nas exportações do Nordeste, igualando-se ao Piauí em 2005 e superando este estado somente em 2006 e 2007, quando o estado alcançou 1% das exportações nordestinas. Sergipe participou, em 2011, com 0,7% das exportações da região, conforme mostra no gráfico 8.

Apesar desta pequena participação no total exportado da região Nordeste, o estado de Sergipe vem apresentando melhores resultados nas vendas ao exterior, com expressivo crescimento das vendas na última década. Entre 1991 e 2000, as exportações cresceram apenas 12,6%, quando saíram de US\$ 26,4 milhões para US\$ 29,7 milhões, enquanto entre 2001 e 2011 o total exportado se elevou 560%, quando evoluiu de US\$ 20,8 milhões para US\$ 137,4 milhões. As importações também apresentaram evolução positiva, porém cresceram em menor velocidade. Entre 2001 e 2011, por exemplo, as compras externas aumentaram 196,4%, saindo de US\$ 101,8 milhões para US\$ 301,8 milhões.

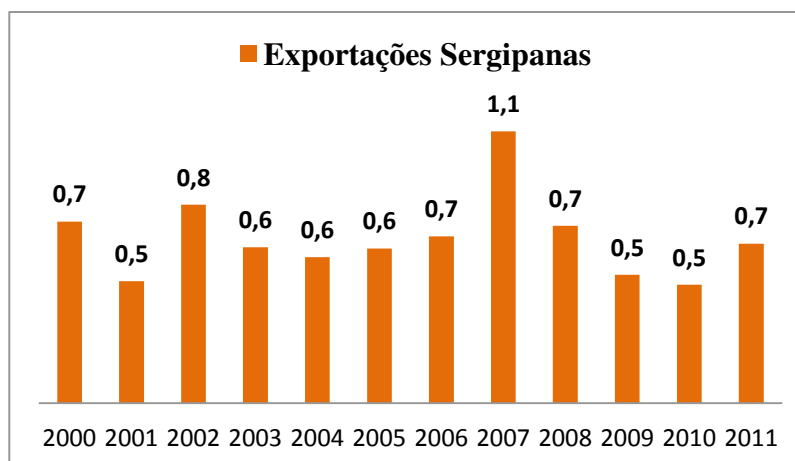


Gráfico 8: Participação das Exportações Sergipanas nas Exportações do Nordeste – 2000 a 2011

Fonte: MDIC. Elaboração Própria.

Mesmo com grande evolução das exportações, Sergipe apresenta um déficit em sua balança comercial desde 1993, com exceção apenas no ano de 2007, conforme mostra a Tabela 28. Nota-se que o saldo deficitário sofreu contínua redução a partir de 2001, chegando a um superávit em 2007, quando o montante exportado atingiu seu maior volume²⁵. No ano seguinte, entretanto, o saldo tornou-se novamente negativo e com déficit crescente.

Tabela 28: Sergipe - Exportações, Importações e Saldo da Balança Comercial – 1991 a 2011 (US\$ 1.000 FOB)

ANO	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	SALDO
1991	26.434	16.778	9.656
1992	45.331	14.563	30.768
1993	25.671	34.666	-8.995
1994	33.957	69.162	-35.205
1995	22.460	76.260	-53.800
1996	55.944	138.724	-82.780
1997	39.628	124.716	-85.088
1998	31.210	109.451	-78.242
1999	21.958	97.129	-75.171
2000	29.781	94.427	-64.646
2001	20.835	101.891	-81.056
2002	37.630	101.886	-64.256
2003	38.847	97.152	-58.305
2004	47.792	101.051	-53.260
2005	66.482	93.359	-26.877
2006	79.002	94.224	-15.221

Continua

²⁵ O montante exportado por Sergipe em 2007 foi superado pelas exportações de 2012, que alcançaram US\$ 149 milhões, sendo o maior volume exportado pelo estado. Em contrapartida, as importações foram superiores (US\$ 275 milhões) e a balança comercial sergipana permaneceu deficitária.

Continuação

ANO	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	SALDO
2007	144.760	140.196	4.564
2008	111.677	203.560	-91.883
2009	60.730	153.310	-92.580
2010	76.600	179.782	-100.902
2011	137.493	301.844	-164.351

Fonte: MDIC. Elaboração Própria.

O total de empresas exportadoras na última década não sofreu alteração considerável, o que demonstra que o aumento das exportações deve-se a uma elevação do quantum exportado pelas empresas inseridas no comércio internacional. O período entre 2004 e 2006 marcou o maior total de empresas exportadoras, enquanto nos demais anos pouco mais de 20 firmas venderam seus produtos para outros países, conforme gráfico 9.

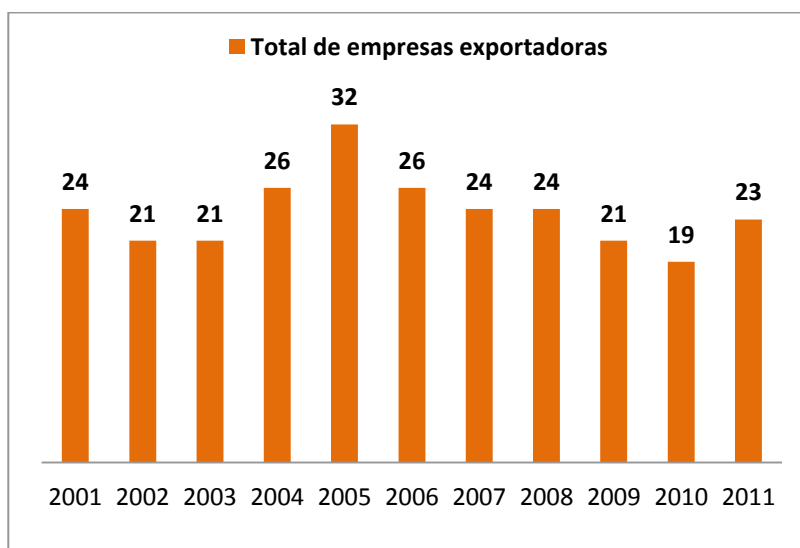


Gráfico 9: Sergipe – Total de empresas exportadoras – 2001 a 2011

Fonte: MDIC. Elaboração própria.

No tocante às exportações, os produtos industrializados (soma dos semimanufaturados e manufaturados) possuem uma grande participação, quase a totalidade do total exportado, sendo representado principalmente pelos produtos manufaturados. Somente a partir de 1997, Sergipe começou a exportar bens semimanufaturados, e embora estas vendas sejam bastante inferiores às vendas de produtos manufaturados, os mesmos apresentaram relativa expansão. A venda de produtos básicos teve pequeno aumento de participação, saindo de 0,2%, em 2000, para 0,9%, em 2011, como mostram as figuras do gráfico 10.

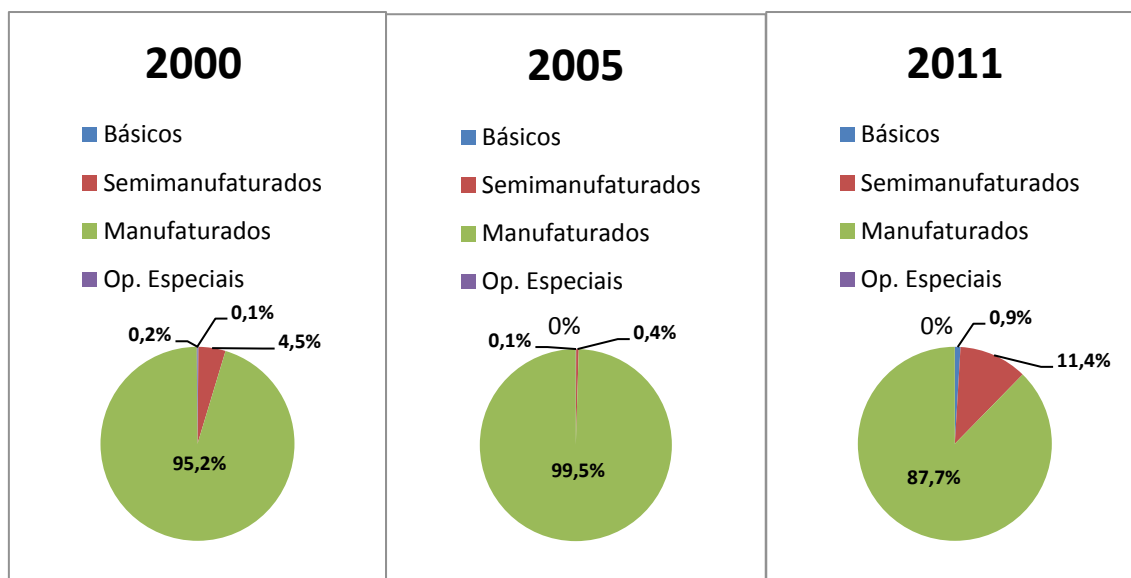


Gráfico 10: Exportações Sergipanas por Fator Agregado – 2000, 2005 e 2011

Fonte: MDIC. Elaboração própria.

A pauta exportadora sergipana é bastante concentrada em poucos produtos. Os dez principais produtos exportados corresponderam a 95% do total vendido pelo estado ao exterior, em 2011. Somente o suco de laranja, congelado, não fermentado, neste mesmo ano, respondeu por 51,7% das exportações estaduais. Durante a última década, este produto manteve-se como principal produto vendido, sendo exportado principalmente para os Países baixos (Holanda).

Observa-se que alguns produtos apareceram ou saíram da pauta ao longo da década, enquanto outros ganharam ou perderam participação (ver tabela 29). O item outros calçados cobr. tornoz. part. sup. borr., plást começou a ser vendido em 2007 e tornou-se o segundo produto mais vendido, comprado principalmente pelo Peru e pela Colômbia. O açúcar de cana, em bruto, por exemplo, começou a ser vendido somente em 2010 e no ano seguinte já havia se tornado o terceiro principal produto vendido, exportado principalmente para a Rússia e para o Marrocos. O produto *cimentos "Portland", comuns* era o segundo produto mais vendido no estado entre 2003 e 2008, mas deixou de ser exportado em 2009, mesmo Sergipe sendo o maior produtor de cimento do Norte-Nordeste, isto porque o mercado interno está bastante aquecido e tornou-se mais viável e rentável destinar a produção para o consumo doméstico.

Tabela 29: Sergipe - Evolução da Participação (%) dos 10 principais produtos exportados, em 2011, no total das exportações estaduais

PRINCIPAIS PRODUTOS/ANO	2000	2001	2002	2003	2004	2005
TOTAL DAS EXPORTAÇÕES NORDESTINAS	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
SUCOS DE LARANJAS, CONGELADOS, NAO FERMENTADOS	47,34	29,79	61,86	42,51	53,57	32,65
OUTS. CALÇ. COBR. TORNOZ. PART. SUP. BORR., PLÁST.	---	---	---	---	---	---
ACUCAR DE CANA, EM BRUTO	---	---	---	---	---	---
OUTS. ACUCARES DE CANA, BETERRABA, SACAROSE QUIM	---	---	---	---	---	4,53
OUTROS OLEOS ESSENCIAIS, DE LARANJA	1,12	0,9	3,33	3,54	3,08	1,41
OUTROS SUCOS DE LARANJAS, NAO FERMENTADOS	0,56	0,74	0,87	0,4	1,1	4,29
OUTS. CALCADOS DE MATERIA TEXTIL, SOLA DE BORRA	---	---	---	0,12	1,03	0,21
OUTROS SUCOS DE ABACAXI	---	---	0,49	8,42	3,33	1,58
TECIDO DE ALGODAO >=85%, TINTO, PONTO SARJADO, PE	0,07	0,18	---	0,18	0,05	0,46
OUTRAS FRUTAS SECAS	---	---	---	---	---	---
PRINCIPAIS PRODUTOS/ANO	2006	2007	2008	2009	2010	2011
TOTAL DAS EXPORTAÇÕES NORDESTINAS	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
SUCOS DE LARANJAS, CONGELADOS, NAO FERMENTADOS	40,66	49,33	41,93	33,18	44,69	51,69
OUTS. CALÇ. COBR. TORNOZ. PART. SUP. BORR., PLÁST.	---	4,75	12,11	10,87	19,59	12,48
ACUCAR DE CANA, EM BRUTO	---	---	---	---	4,89	10,54
OUTS. ACUCARES DE CANA, BETERRABA, SACAROSE QUIM	---	---	5,87	14,37	7,89	6,85
OUTROS OLEOS ESSENCIAIS, DE LARANJA	1,49	1,37	1,37	1,05	3,56	4,01
OUTROS SUCOS DE LARANJAS, NAO FERMENTADOS	1,93	0,18	0,03	---	1,73	3,57
OUTS. CALCADOS DE MATERIA TEXTIL, SOLA DE BORRA	1,43	1,08	1,22	1,37	3,77	2,5
OUTROS SUCOS DE ABACAXI	1,44	0,7	1,41	3,46	1,61	1,59
TECIDO DE ALGODAO >=85%, TINTO, PONTO SARJADO, PE	0,59	0,63	0,41	1,81	0,12	1,47
OUTRAS FRUTAS SECAS	---	---	---	0,42	2,58	0,94

Fonte: MDIC. Elaboração Própria.

Além da pauta exportadora ser bastante concentrada, Sergipe apresenta concentração, também, quando se trata dos países de destino dos seus produtos (ver tabela 30). Apenas 10 países responderam, em 2011, por mais de 70% de tudo que foi exportado, sendo que a Holanda participou com 37,4% do total vendido ao exterior. Ao longo da década, nota-se que essa concentração diminuiu e os dez principais destinos perderam participação (em 2000, eles responderam por quase a totalidade das exportações sergipanas – 98,8% –, enquanto, em 2011, os dez primeiros responderam por 71,7%).

Neste quesito, é importante ressaltar também que o estado adquiriu muitos parceiros comerciais no período analisado, mostrando sua maior inserção no comércio internacional. Em 2000, Sergipe exportava para apenas 21 países, enquanto em 2011 essa lista somou 73 destinos. A tabela 30 destaca, por exemplo, o aparecimento mais forte da Colômbia, da Rússia, da Bélgica e do Peru como parceiros comerciais do estado. Vale ressaltar que os

EUA apresentou uma queda brusca de representação, saltando das primeiras posições no início da década para a 12ª colocação em 2011.

Tabela 30: Sergipe - Participação das exportações por Países de destino

Países	2000		2005		2011	
	Part. (%)	Ordem	Part. (%)	Ordem	Part. (%)	Ordem
PAISES BAIXOS (HOLANDA)	43,10	1°	26,51	1°	37,41	1°
COLOMBIA	0,24	11°	0,84	16°	7,91	2°
RÚSSIA	0,13	14°	1,38	12°	6,39	3°
BELGICA	--	--	3,16	7°	4,19	4°
PERU	--	--	0,73	18°	3,54	5°
TURQUIA	--	--	--	--	2,85	6°
IRLANDA	--	--	--	--	2,42	7°
MARROCOS	--	--	--	--	2,41	8°
BOLIVIA	0,74	9°	1,93	9°	2,36	9°
SUICA	--	--	--	--	2,31	10°

Fonte: MDIC. Elaboração própria.

OBS: Os países sem dados não participavam do comércio com Sergipe ou não apresentavam participação relevante (acima da 30ª posição).

As importações sergipanas são formadas, em sua maioria, por produtos industrializados, com maior representação da categoria de manufaturados. Entre os principais produtos importados estão o Coque de petróleo, comprado exclusivamente dos EUA, o trigo, comprado da Argentina e do Uruguai, o Diidrogeno-ortofosfato de amônio, comprado, principalmente, da Rússia e do Marrocos, e o Sulfato de amônio, adquirido, principalmente, dos EUA e da Coréia do Sul.

Os EUA mostrou-se cada vez mais presente entre os países de origem das compras sergipanas, aumentando sua participação em quase 15 pontos percentuais, principalmente pela grande elevação nas compras do “Coque de petróleo não calcinado”²⁶ e do “Sulfato de amônio”²⁷ neste período. Outro grande fornecedor é a Argentina, mas vale ressaltar a presença cada vez maior da Rússia e da China. Em 2000, os dez principais países fornecedores eram responsáveis por pouco mais de 90% de tudo que era adquirido por Sergipe no exterior e esse cenário de concentração permaneceu em 2011, com os dez primeiros países sendo responsáveis por 86,2% das compras estaduais.

²⁶ O chamado Coque Verde de Petróleo possui vasta aplicabilidade no processo industrial, sendo considerado um produto com alto potencial de utilização pelas indústrias. Pode ser usadas em diversos segmentos como siderurgia, cerâmica, produção de cimento e indústrias químicas.

²⁷ O sulfato de amônio é usado, principalmente, pelas indústrias de fertilizantes, sendo considerado bastante eficiente e vantajoso economicamente para diversas culturas.

Tabela 31: Sergipe - Participação das importações por Países de origem

Países	2000		2005		2011	
	Part. (%)	Ordem	Part. (%)	Ordem	Part. (%)	Ordem
ESTADOS UNIDOS	23,95	2°	31,27	1°	38,66	1°
ARGENTINA	28,85	1°	22,12	2°	15,25	2°
CHINA	--	--	0,96	16°	6,11	3°
RUSSIA	0,43	18°	0,82	18°	6,08	4°
MARROCOS	0,10	29°	--	--	5,29	5°
ALEMANHA	7,13	4°	13,04	3°	4,48	6°
REINO UNIDO	12,70	3°	0,50	23°	3,74	7°
BELGICA	0,12	28°	1,36	13°	2,51	8°
PERU	--	--	0,21	29°	2,24	9°
INDIA	--	--	2,26	7°	1,90	10°

Fonte: MDIC. Elaboração própria.

OBS: Os países sem dados não participavam do comércio com Sergipe ou não apresentavam participação relevante (acima da 30ª posição).

Diante dos dados expostos, é evidente que há uma concentração da pauta exportadora sergipana em poucos itens, além da concentração também de parceiros comerciais. Alguns produtos, ao longo dos anos, mudaram de posição, indicando perda ou ganho de competitividade, o que será constatado e reforçado através dos resultados obtidos com o Índice das Vantagens Comparativas Reveladas, na próxima seção.

Um estudo realizado por Xavier; Viana (2005) apontou que cada estado da região possui poucos setores considerados “pontos fortes” das suas economias. Para Sergipe, em 2004, por exemplo, a pesquisa apontou que o setor de Sal, enxofre, terras e pedras, gesso, cal e cimento, e o setor de artefatos têxteis confeccionados/sortidos possuíam vantagem comparativa revelada. Entre 1995 e 2004, o estado perdeu competitividade nos setores de adubos/fertilizantes e algodão.

Os dados a seguir mostrarão os grupos de produtos no qual Sergipe possui Vantagem Comparativa Revelada, entre os anos 2000 e 2011, em relação ao Nordeste. O comércio exterior sergipano ainda apresenta-se frágil e entender os “pontos fortes” da economia do estado norteará políticas que fomentem a elevação da competitividade dos setores econômicos, quesito de grande importância para garantir o desenvolvimento do estado e o uso eficiente de suas potencialidades.

6 VANTAGEM COMPARATIVA REVELADA – UMA ANÁLISE PARA SERGIPE ENTRE 2000 E 2011

A presente seção apresentará os resultados do Indicador das Vantagens Comparativas Reveladas, desenvolvido por Bella Balassa na década de 1960, para o estado de Sergipe. Apesar de ter se passado cerca de cinco décadas, este indicador é considerado, até os dias atuais, como o principal instrumento para se medir as vantagens comparativas de um país ou uma região²⁸.

Os resultados desse indicador mostram os setores, produtos ou grupos de produtos que são mais relevantes no comércio exterior da área estudada. Nesta pesquisa, buscou-se identificar a importância de determinados grupos de produtos da pauta exportadora estadual em relação às exportações regionais.

6.1 Metodologia utilizada

O indicador que, como o próprio nome define, mede a vantagem comparativa de uma localidade é definido pela fórmula a seguir:

$$\frac{VCR_{ij}}{X_{ij}} \quad (1) \quad \text{ou} \quad \frac{VCR_{ij}}{X_{tm}} \quad (2)$$

onde,

VCR_{ij} = Vantagem Comparativa Revelada do produto/setor i do país/região j .

X_{ij} = exportação do produto/setor i do país/região j .

X_{tj} = exportações totais do país j .

X_{im} = exportação do produto/setor i do mundo/região.

X_{tm} = exportações totais do mundo/região.

Para resultados acima de 1 (um) verifica-se que a região possui vantagem comparativa revelada no produto em questão, enquanto um resultado menor que 1 sugere que o bem analisado não possui vantagem comparativa revelada. Dessa forma, quanto maior

²⁸ Mais detalhes na seção 1, item 2.1.2.

for o valor do VCR, maior vantagem comparativa a região possui, evidenciando o potencial na produção e exportação da mercadoria analisada.

Alguns autores utilizam a fórmula (2) no cálculo da VCR, mas como bem demonstra Benedictis; Tamberi (2001), em obra intitulada “A note on the Balassa index of Revealed Comparative Advantage”, o uso de qualquer uma não interfere no resultado, pois se tratam da mesma formulação, como demonstrado a seguir. Considerando BI como Índice de Balassa, c para um país específico, w para a economia mundial ou o(s) país(es) usado(s) na análise, s para um setor específico e t para um determinado período de tempo:

$$\frac{X_{is}}{X_s} \equiv \frac{X_{is}}{X_{in}} \cdot \frac{X_{in}}{X_n} \equiv \frac{X_{is}}{X_n} \cdot \frac{X_n}{X_{in}}$$

Assim, o indicador de Balassa nada mais é que uma ferramenta usada para medir as exportações relativas de um setor em termos da quota/participação das exportações mundiais. Pode ser interpretada também como a participação da exportação setorial do país, $\frac{X_{is}}{X_n}$, normalizada por uma soma ponderada da participação das exportações de todos os setores, $\frac{X_n}{X_{in}}$ (BENEDICTIS; TAMBERI, 2001).

Para Sergipe, o procedimento foi feito da seguinte maneira:

$$\frac{X_{is}}{X_n} \cdot \frac{X_n}{X_{in}}$$

onde,

VCR_{is} = Vantagem Comparativa Revelada do grupo de produtos i de Sergipe.

X_{is} = exportação do grupo de produtos i de Sergipe.

X_s = exportações totais de Sergipe.

X_{in} = exportação do grupo de produtos i do Nordeste.

X_n = exportações totais do Nordeste.

O indicador será calculado para o período de 2000 a 2011 e a análise buscará examinar em quais grupos de produtos o estado de Sergipe possui potencial na exportação em relação às exportações nordestinas. Para a separação em grupos de produtos foi utilizada

a metodologia de Hidalgo; Mata (2003), também utilizada por Thorstensen (1994), Hidalgo e Vergolino (1996) e Feistel e Hidalgo [2011]. Os grupos de produtos²⁹ são:

- Alimentos, Fumo e Bebidas
- Minerais
- Produtos Químicos
- Plásticos e Borracha
- Calçados e Couro
- Madeira e Carvão Vegetal
- Papel e Celulose
- Têxtil
- Minerais não Metálicos
- Metalurgia
- Máquinas e Equipamentos
- Material de Transporte
- Ótica e Instrumentos
- Outros

Os dados das pautas de exportação de Sergipe e do Nordeste foram coletados, para o período em análise, no site do MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil. Posteriormente, os produtos foram separados conforme a Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), priorizando apenas os Capítulos, os quais são necessários para determinar a qual grupo aquele produto pertence.

Vale ressaltar que a pauta exportadora disponibilizada pelo MDIC consta, no máximo, os cem principais produtos vendidos, em ordem decrescente do valor da venda, para cada agregado geográfico. No período utilizado, a pauta de Sergipe nunca ultrapassou cem produtos diferentes e, portanto, a análise será feita com a pauta completa. Contudo, diante do volume superior, as exportações nordestinas superaram este limite. Para evitar grande distorção nos resultados, o total das exportações da região nordeste será referente ao total dos cem primeiros produtos, sendo este o universo total das exportações nordestinas nesta pesquisa.

²⁹ Ver em anexo, a lista dos grupos de produtos, com seus respectivos Capítulos do NCM e sua descrição.

Como explanado anteriormente, o indicador será calculado para um período de 11 anos, entre 2000 e 2011. Dessa forma será possível observar se algum grupo de produtos adquiriu ou perdeu vantagens comparativas reveladas e, conseqüentemente, competitividade em suas exportações ao longo do tempo. Através dessa análise temporal, também utilizada por Holanda (2002), pode-se apontar qual grupo de produtos apresentou uma maior inserção externa na última década, buscando os possíveis determinantes desse desempenho.

6.2 – Resultados e Discussões

Conforme a metodologia anteriormente citada, o estado de Sergipe apresentou 06 grupos cujos resultados do IVCR foram acima da unidade, enquanto 08 grupos não apresentaram Vantagem Comparativa Revelada, em relação ao Nordeste, na última década (ver tabela 32).

Tabela 32: Sergipe - Índice das Vantagens Comparativas Reveladas – 2000 a 2011

Grupos de Produtos	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Alimentos, Fumo e bebidas	1,63	0,91	2,00	1,71	1,98	1,66	2,30	2,22	1,97	1,73	2,30	2,50
Minerais	0,00	0,00	0,00	0,88	0,90	0,85	1,28	2,47	1,87	2,01	0,01	0,00
Produtos Químicos	0,65	0,08	1,86	1,40	0,79	1,97	0,16	0,17	0,23	0,13	0,31	0,33
Plásticos e Borracha	0	0	0	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,00
Calçados e Couro	0,90	2,11	0,79	0,56	0,78	0,51	2,31	1,26	2,50	2,37	4,64	3,20
Madeira e Carvão Vegetal	0,00	0,00	0,00	*	**	**	**	**	**	**	**	**
Papel e Celulose	0,01	0,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Têxtil	4,54	6,61	0,54	2,32	2,54	4,29	3,20	1,16	0,70	0,91	0,33	0,45
Minerais não metálicos	0,00	0,00	0,39	0,17	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Metalurgia	0,68	1,04	0,07	0,04	0,06	0,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Máquinas e Equipamentos	0,12	0,61	0,97	2,14	3,79	6,32	3,18	0,71	1,93	3,46	3,21	1,93
Material de Transporte	*	*	0	0,03	0,04	0,09	0,15	0,06	0,05	0	0	0
Ótica e Instrumentos	**	*	*	**	**	*	**	*	*	**	**	**
Outros	0,11	0,04	0,06	0,05	0,02	0,01	0,07	0,08	0,02	0,01	0,01	0,00

Fonte: Dados do MDIC. Elaboração Própria.

* Resultado indefinido ou impossível entre os números (Denominador da equação = 0)

** Resultado indeterminado (Equação resultou em 0/0)

Dos 14 grupos de produtos, Sergipe apresentou VCR nos seguintes grupos: Alimentos, fumo e bebidas; Minerais; Produtos Químicos; Calçados e Couro; Têxtil; e Máquinas e Equipamentos. Entretanto, os grupos Plásticos e Borracha, Madeira e Carvão Vegetal, Papel e Celulose, Minerais não metálicos, Metalurgia, Material de Transporte, Ótica e Instrumentos, e Outros não apresentaram vantagem comparativa revelada no período estudado.

6.2.1 – Grupos que não possuem Vantagem Comparativa Revelada em Sergipe

Como evidenciado na tabela 32, oito grupos não apresentaram VCR, ou seja, seus resultados foram menor 1, os quais foram: Plásticos e Borracha, Madeira e Carvão Vegetal, Papel e Celulose, Minerais não metálicos, Metalurgia, Material de Transporte. Ótica e Instrumentos, e Outros, que serão analisados separadamente.

- **Grupo “Plástico e Borracha”**

Este grupo não exportou entre 2000 e 2002. Nos demais anos, as exportações foram muito incipientes, exceto em 2005 e 2010 devido ao maior volume da venda isolada dos seguintes produtos: “Outras obras de borracha vulcanizada”, vendido em 2005; e “Protetores, banda rodagem, etc. para pneus”, vendido em 2010. Dessa forma, nota-se uma instabilidade nas vendas externas desse grupo, com um volume mínimo de produtos voltados para o mercado externo. Apesar de o grupo ter apresentado um crescimento tanto no total de empregos formais (3,4%) quanto no total de estabelecimentos (17,4%), entre 2007 e 2011, o Valor da Transformação Industrial (VTI) foi declinante nos últimos anos. O VTI da Fabricação de produtos e de material plástico sofreu redução de 50,5% em 2010, comparando com o ano anterior. No período entre 2007 a 2010, o recuo foi de 14%.

Tabela 33: Sergipe - Fabricação de produtos de borracha e material plástico – Evolução dos Estabelecimentos e Empregos Formais

Ano	2007	2008	2009	2010	2011	Evolução % (2011/2010)	Evolução % (2011/2007)
Estabelecimentos	46	44	48	53	54	1,9	17,4
Empregos	1184	1106	1189	1267	1224	-3,4	3,4

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração própria.

Tabela 34: Sergipe - Fabricação de produtos de borracha e material plástico – Evolução do VTI

Ano	2007	2008	2009	2010	Evolução % (2010/2009)	Evolução % (2010/2007)
VTI (R\$ 1000)	22.715	44.388	39.537	19.552	-50,5	-13,9

Fonte: PIA-Empresa/IBGE. Elaboração Própria

- **Grupo “Madeira e Carvão Vegetal”**

Com exceção do ano de 2003, o grupo Madeira e Carvão vegetal não participou das exportações estaduais, no período analisado. Foi possível observar que este grupo não está voltado para exportação na região nordeste, pois as exportações regionais desse grupo foram nulas a partir 2004³⁰, o que demonstra uma não especialização nestes segmentos na economia local e regional. Apesar disso, Sergipe apresenta boa evolução na Fabricação de produtos de madeira, cujo VTI cresceu 7,5%, entre 2007 e 2010.

O número de pessoas empregadas formalmente cresceu quase 70%, enquanto o número de estabelecimentos se expandiu 23,8%, ambos entre 2007 e 2011. O grande destaque neste segmento é a fabricação de móveis, cujo peso na economia sergipana vem aumentando gradativamente (tabela 35). No tocante ao carvão vegetal, entretanto, o estado vem apresentando recuo, com a produção em toneladas reduzindo-se continuamente entre 2006 e 2011.

Tabela 35: Sergipe - Fabricação de produtos de madeira e móveis – Evolução do VTI (R\$ 1.000)

Ano	2007	2008	2009	2010	Evolução % (2010/2009)	Evolução % (2010/2007)
Fabricação de produtos de madeira	3.098	3.929	3.102	3.332	7,4	7,5
Fabricação de móveis	17.646	32.878	37.449	72.897	94,7	313,1

Fonte: PIA-Empresa/IBGE. Elaboração Própria

Tabela 36: Sergipe - Evolução da Quantidade e valor dos produtos da Extração Vegetal – Carvão Vegetal

Ano	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Evolução % (2011/2010)	Evolução % (2011/2006)
Quantidade (t)	1174	1115	1017	916	811	477	-41,1	-59,4
Valor (R\$ 1000)	730	734	373	432	628	442	-	-

Fonte: IBGE. Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura
(t): toneladas

³⁰ Exportações nulas significam que nenhum produto deste grupo estava presente na lista dos 100 primeiros produtos exportados pela região, conforme dados do MDIC. Entre 2000 e 2002, o único produto presente na lista foi “Madeira de Coníferas, em bruto”.

- **Grupo “Papel e Celulose”**

Neste grupo, o nordeste exporta um grande volume, principalmente do produto “Pasta química de madeira”, utilizado na indústria de papel e na preparação de outros produtos como plásticos, vernizes e têxteis artificiais. Em Sergipe, entretanto, o grupo apresentou exportações nulas em dois triênios: 2002 a 2004 e 2007 a 2009. Nos demais anos, o volume exportado sempre foi bastante reduzido, com os principais produtos vendidos voltados para higiene ou artigos publicitários. Além da produção em Sergipe não ser voltada para o comércio exterior, o segmento apresentou redução no VTI, no número de empregos e de estabelecimentos nos últimos anos, conforme mostram as tabelas 37 e 38.

Tabela 37: Sergipe - Fabricação de Celulose, papel e produtos de papel – Evolução dos Estabelecimentos e Empregos Formais

Ano	2007	2008	2009	2010	2011	Evolução % (2011/2010)	Evolução % (2011/2007)
Estabelecimentos	21	18	15	13	12	-7,7	-42,8
Empregos	514	478	385	372	413	11,0	-19,6

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração própria.

Tabela 38: Sergipe - Fabricação de Celulose, papel e produtos de papel – Evolução do VTI

Ano	2007	2008	2009	2010	Evolução % (2010/2009)	Evolução % (2010/2007)
VTI (R\$ 1000)	15.092	19.719	15.072	11.087	-26,4	-26,5

Fonte: PIA-Empresa/IBGE. Elaboração Própria

- **Grupo “Minerais não metálicos”³¹**

Em Sergipe, este grupo é fortemente representado pelo setor de cerâmica, que possuía 3.455 trabalhadores formais distribuídos em 110 estabelecimentos (RAIS, 2011). Entre 2007 e 2011, a quantidade de trabalhadores neste segmento cresceu 35,3%, enquanto o total de estabelecimentos se expandiu 41%. Outro segmento que se destaca na economia local é a Fabricação de Vidro, que desde 2009 vem elevando o número de estabelecimentos e trabalhadores. Entretanto, o bom desempenho destes segmentos não pode ser observado nas trocas externas. O segmento de cerâmica foi o maior responsável pelas exportações

³¹ É preciso ressaltar que, na metodologia usada neste trabalho, existem dois grupos diferentes: “Minerais” e “Minerais não metálicos”. Este último é composto por obras de pedra, cerâmica e vidro, pérolas, pedras preciosas e metais preciosos. No grupo “Minerais”, entretanto, estão englobados: Sal, enxofre, gesso, cal, cimento, minérios, combustíveis e ceras minerais. Na divisão do CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas), todas estas atividades estão englobadas na Fabricação de produtos de Minerais não metálicos.

estaduais desse grupo, que foram pequenas e instáveis, ocorrendo apenas entre 2002 e 2005. Eram vendidos ladrilhos e tijolos de cerâmica, além de espelhos retrovisores de veículos. Isso demonstra que apesar do dinamismo econômico apresentado nos últimos anos, a produção deste grupo não está voltada para o mercado externo.

Tabela 39: Sergipe - Fabricação de produtos cerâmicos refratários e não-refratários - Evolução dos Estabelecimentos e Empregos Formais

Ano	2007	2008	2009	2010	2011	Evolução % (2011/2010)	Evolução % (2011/2007)
Estabelecimentos	78	89	92	93	110	18,3	41,0
Empregos	2.553	2.817	2.947	2.690	3.455	28,4	35,3

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração própria.

Tabela 40: Sergipe - Fabricação de produtos de vidro (incluindo vidro plano e de segurança) - Evolução dos Estabelecimentos e Empregos Formais

Ano	2007	2008	2009	2010	2011	Evolução % (2011/2010)	Evolução % (2011/2007)
Estabelecimentos	2	3	2	3	4	33,3	100,0
Empregos	85	81	16	29	85	193,1	0,0

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração própria.

- **Grupo “Metalurgia”**

Apesar de ter apresentado VCR no ano de 2001, o grupo “Metalurgia” reduziu sua participação nas exportações sergipanas chegando, inclusive, a não exportar mais no último triênio estudado (2009 a 2011). O setor apresentou exportações mais expressivas apenas em 2000 e 2001. O segmento elevou seu VTI (no tocante à indústria de transformação) nos últimos anos, embora o peso da fabricação de produtos metalúrgicos saiu de 8% do VTI sergipano, em 2002, para 3%, em 2010. O número de empregos e estabelecimentos também apresentou evolução positiva, o que indica que o setor pode estar voltado às demandas do mercado interno.

Tabela 41: Sergipe - Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos – Evolução dos Estabelecimentos e Empregos Formais

Ano	2007	2008	2009	2010	2011	Evolução % (2011/2010)	Evolução % (2011/2007)
Estabelecimentos	103	118	117	130	145	11,5	40,7
Empregos	767	1.028	952	1.066	1.328	24,5	73,1

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração própria.

Tabela 42: Sergipe - Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos – Evolução do VTI

Ano	2007	2008	2009	2010	Evolução % (2010/2009)	Evolução % (2010/2007)
VTI (R\$ 1000)	49.069	14.063	42.436	57.806	36,2	17,8

Fonte: PIA-Empresa/IBGE. Elaboração Própria

- **Grupo “Material de Transporte”**

Apesar de o estado exportar barcos, o montante vendido deste grupo ao exterior não apresenta relevância nas exportações sergipanas, nem peso nas exportações nordestinas, formadas principalmente pelas vendas de automóveis e acessórios para tratores e carrocerias. Neste grupo, Sergipe não apresentou vendas externas em 2002 e no último triênio estudado (2009 a 2011). As exportações cresceram entre 2003 e 2006 e, então, recuaram até tornarem-se nulas em 2009. No tocante ao número de estabelecimentos e empregos formais, o grupo apresentou evolução positiva, enquanto o VTI cresceu 53,1% entre 2007 e 2010.

Tabela 43: Sergipe - Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias – Evolução dos Estabelecimentos e Empregos Formais

Ano	2007	2008	2009	2010	2011	Evolução % (2011/2010)	Evolução % (2011/2007)
Estabelecimentos	17	17	18	22	23	4,5	35,3
Empregos	231	255	268	288	345	19,8	49,4

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração própria.

Tabela 44: Sergipe - Material de Transporte - Evolução do VTI (R\$ 1000)

Ano	2007	2008	2009	2010	Evolução % (2010/2009)	Evolução % (2010/2007)
Fab. de veículos automotores, reboques e carrocerias	4.878	5.431	8.046	7.471	-7,1	53,1
Fab. de outros equip. de transporte, exceto veículos	(x)	3.348	-	-	-	-

Fonte: PIA-Empresa/IBGE. Elaboração Própria

- **Grupo Ótica e Instrumentos**

O grupo “Ótica e instrumentos” inclui equipamentos de ótica e fotografia, além de instrumentos de medida e controle. Sergipe apresentou exportações bastante instáveis neste grupo, demonstrando não possuir vantagem comparativa neste segmento. Vale ressaltar,

inclusive, que os produtos deste grupo não são representativos nas vendas externas do Nordeste, sendo que nenhum deles esteve entre os cem principais produtos exportados pela região entre 2000 e 2011. Desde 2008, o VTI deste grupo vem recuando em Sergipe, embora o valor transformado em 2010 seja bastante superior ao VTI de 2007.

Tabela 45: Sergipe - Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos – Evolução dos Estabelecimentos e Empregos Formais

Ano	2007	2008	2009	2010	2011	Evolução % (2011/2010)	Evolução % (2011/2007)
Estabelecimentos	4	6	7	8	10	25,0	150,0
Empregos	290	228	242	245	273	11,4	-6,0

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração própria.

Tabela 46: Sergipe - Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos – Evolução do VTI

Ano	2007	2008	2009	2010	Evolução % (2010/2009)	Evolução % (2010/2007)
VTI (R\$ 1000)	1.071	20.265	16.267	9.254	-43,1	764,0

Fonte: PIA-Empresa/IBGE. Elaboração Própria

- **Grupo “Outros”**

Este grupo é formado por armas e munições, mercadorias diversas, móveis, iluminação, brinquedos, produtos de esporte e objetos de arte. Neste grupo, Sergipe exportou, com mais frequência Consumo de bordo: Qualquer outra mercadoria para embarcação e Consumo de Bordo: combustíveis e lubrificantes para embarcações. Apesar das vendas constantes, estes produtos não possuem peso nas exportações sergipanas.

6.2.2 – Grupos que possuem Vantagem Comparativa Revelada em Sergipe

Sergipe apresentou VCR nos seguintes grupos, conforme exposto na tabela 32: Alimentos, fumo e bebidas; Minerais; Produtos Químicos; Calçados e Couro; Têxtil; e Máquinas e Equipamentos, os quais serão estudados separadamente, a seguir.

- **Grupo “Alimentos, fumo e bebidas”**

O grupo “Alimentos, fumo e bebidas” configura-se como um grupo industrial bastante tradicional em Sergipe. Entre as primeiras atividades industriais do estado, no início do século XVII, estava a moagem da cana de açúcar. Devido a estas atividades, casas exportadoras europeias foram instaladas em alguns municípios (Maruim e Laranjeiras), fomentando as relações com o mercado internacional. Desta forma, foi a economia açucareira que possibilitou a Sergipe um fluxo de comércio internacional e à formação de um complexo econômico local (PASSOS SUBRINHO, 1987 apud MELO, 2012). A indústria de alimentos e bebidas sergipana fabrica cerveja, açúcar, suco de laranja, biscoitos, massas, além do beneficiamento de leite, pimentas, chás, entre outros produtos (MELO, 2012).

Entre 2000 e 2011, o grupo só não apresentou vantagem comparativa em 2001, quando as exportações sergipanas sofreram uma queda brusca³², sendo que as exportações do grupo reduziram-se a menos da metade das exportações de 2000. A Vantagem Comparativa Revelada encontrada em quase todo o período enfatiza a importância da indústria alimentícia estadual, que possui grande parte de sua produção voltada para o mercado externo. No período estudado o indicador apresentou oscilações, com valor mínimo e máximo de 0,91 e 2,42, em 2001 e 2011, respectivamente (ver gráfico 11).

Um dos principais responsáveis pelo desempenho deste grupo é o Suco de laranja congelado, não fermentado, principal produto exportado por Sergipe, com destino principal aos Países Baixos (Holanda). De fato, a participação do suco de laranja por vezes ultrapassou 50% do total exportado na última década (ver tabela 29). Neste grupo, destacam-se ainda as exportações de sucos de outras frutas (como o abacaxi) e do açúcar de cana, comprado principalmente pela Rússia.

³² Esta queda foi impulsionada pelo grande recuo nas vendas externas dos grupos: “Alimentos, fumo e bebidas”, “Produtos Químicos”, “Calçados e Couro”, “Papel e Celulose” e “Metalurgia”.

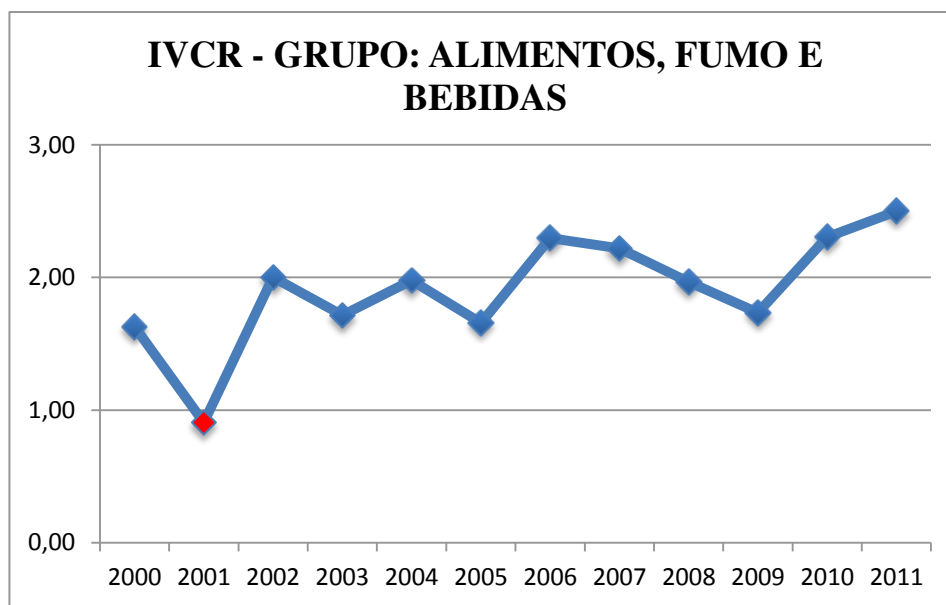


Gráfico 11: Vantagem Comparativa Revelada – Grupo “Alimentos, fumo e bebidas” – Sergipe – 2000 a 2011

Elaboração Própria.

Para entender o potencial deste grupo na economia sergipana basta analisar o Valor da Transformação Industrial, o pessoal ocupado e o total de estabelecimentos das indústrias alimentícias no estado. A fabricação de alimentos e bebidas possui a maior participação no VTI estadual, chegando a 19% em 2010, além de apresentar evolução de 19,6% entre 2007 em 2010. A indústria alimentícia também possui o maior número de trabalhadores e de estabelecimentos da indústria de transformação, que apresentaram expansão de 4,7% e 12,5%, entre 2007 e 2011, nessa ordem.

Tabela 47: Sergipe - Fabricação de produtos alimentícios e bebidas – Evolução dos Estabelecimentos e Empregos Formais

Ano	2007	2008	2009	2010	2011	Evolução % (2011/2010)	Evolução % (2011/2007)
Estabelecimentos	344	314	315	390	387	-0,8	12,5
Empregos	8.441	7.003	7.321	8.307	8.837	6,4	4,7

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração própria.

Tabela 48: Sergipe - Fabricação de produtos alimentícios e bebidas – Evolução do VTI

Ano	2007	2008	2009	2010	Evolução % (2010/2009)	Evolução % (2010/2007)
VTI (R\$ 1.000)	554.242	586.020	562.384	663.022	17,8	19,6

Fonte: PIA-Empresa/IBGE. Elaboração Própria

A potencialidade deste grupo foi confirmada em estudo realizado por Melo (2012), no qual o setor de alimentos e bebidas apresentou Vantagem Competitiva Revelada entre

1996 e 2007, apresentando alta competitividade econômica e ocupacional. Tal resultado revela uma elevação da sua participação no total do setor, tanto no tocante ao VTI quanto no Pessoal Ocupado. Entre 2003 e 2007, contudo, o setor foi classificado com Alta Competitividade econômica e baixa competitividade ocupacional, o que significa aumento de sua participação no VTI e redução no emprego nacional.

- **Grupo “Minerais”**

O grupo de minerais é descrito, nesta metodologia, da seguinte maneira: Sal, enxofre, gesso, cal, cimento, minérios, combustíveis e ceras minerais. Em Sergipe, o grande destaque deste grupo é a produção de cimento, na qual o estado se apresenta como o maior produtor do norte-nordeste. A produção estadual de cimento sofreu recuo apenas entre 2008 e 2009. Entre 2001 e 2011, a produção se expandiu 89%, partindo de 1,6 milhão de toneladas produzidas, em 2001, para 3,1 milhões de toneladas produzidas em 2011.

Tabela 49: Produção anual de Cimento Portland – Sergipe - 2001 a 2011

ANO	Produção (em 1.000 ton.)	Variação Anual (%)
2001	1.683	-
2002	1.729	2,7
2003	1.771	2,4
2004	1.975	11,5
2005	2.068	4,7
2006	2.366	14,4
2007	2.763	16,8
2008	2.841	2,8
2009	2.691	-5,3
2010	3.031	12,6
2011	3.180	4,9

Fonte: SNIC. Elaboração Própria.

O grupo “minerais” apresentou VCR entre os anos 2006 e 2009, sendo que em 2003, 2004 e 2005 o indicador se aproximou da unidade, quando o estado iniciou sua exportação de cimento. De fato, foi a exportação deste produto que possibilitou ao estado possuir VCR, visto que o segundo produto mais vendido neste grupo, o mármore, não possui tamanha expressividade. O indicador apresentou valor máximo em 2007, quando o cimento apresentou seu maior montante vendido ao exterior. Foi neste mesmo ano, que as

exportações sergipanas apresentaram seu maior quantum exportado (superado apenas em 2012), responsável pelo o único saldo positivo na balança comercial do estado desde 1993.

Em 2010 e 2011, o grupo não apresentou mais VCR, devido à ausência das exportações do cimento, que estava entre os principais exportados por Sergipe desde 2003, e saiu da pauta exportadora sergipana em 2010, quando a sua produção começou a ter o mercado interno como destino principal.

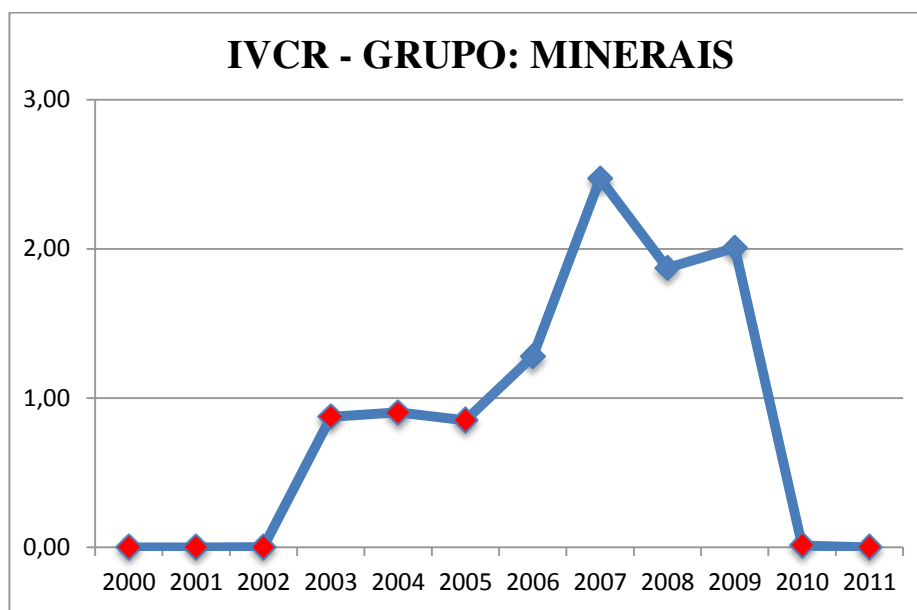


Gráfico 12: Vantagem Comparativa Revelada – Grupo “Minerais” – Sergipe – 2000 a 2011

Elaboração Própria.

- **Grupo “Produtos Químicos”**

A indústria química sergipana é constituída pelo polo de fertilizantes e pela cadeia de fabricação de produtos cosméticos e de higiene. Durante o período militar alguns investimentos estatais iniciaram em Sergipe a produção de fertilizantes (amônia, ureia e potássio), além da instalação de fábricas de cimentos e da expansão da produção de petróleo e gás (MELO, 2012).

A indústria química sergipana apresentou Vantagem Competitiva Revelada entre 1996 e 2007, indicando alta competitividade econômica e ocupacional. Todavia, mais recentemente, entre 2003 e 2007, o setor mantém-se com alta competitividade ocupacional, com taxa superior à media nacional na ocupação de pessoal, porém apresentou baixa

competitividade econômica, com taxa de crescimento do VTI abaixo da média brasileira do setor (MELO, 2012).

Tal resultado é ratificado ao se analisar a situação econômica do setor nos últimos anos. Em 2007, a indústria química era um dos maiores setores industriais de Sergipe, juntamente com a indústria alimentícia, de minerais não metálicos e a indústria têxtil. Contudo, o setor vem perdendo participação no valor transformado da indústria de transformação, de tal modo que em 2007 este setor participava com 15,4% do VTI, enquanto em 2010 passou a responder por apenas 4,7%. O total de empregos formais e estabelecimentos apresentou leve recuo entre 2010 e 2011, em contrapartida apresentou expansão entre 2007 e 2011 (ver tabela 51).

Tabela 50: Sergipe - Fabricação de produtos químicos – Evolução do VTI

Ano	2007	2008	2009	2010	Evolução % (2010/2009)	Evolução % (2010/2007)
VTI (R\$ 1.000)	256.402	93.162	99.450	92.850	-6,6	-63,8

Fonte: PIA-Empresa/IBGE. Elaboração Própria

Tabela 51: Sergipe - Fabricação de produtos químicos – Evolução dos Estabelecimentos e Empregos Formais

Ano	2007	2008	2009	2010	2011	Evolução % (2011/2010)	Evolução % (2011/2007)
Estabelecimentos	48	48	46	51	50	-2,0	4,2
Empregos	1.119	1.183	1.333	1.378	1.363	-1,1	21,8

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração própria.

O grupo “Produtos químicos” apresentou VCR apenas em três anos: 2002, 2003 e 2005. A principal responsável por este resultado era a exportação da ureia, que tornou as exportações desse grupo bastante inferior quando deixou de ser vendida em 2006. Vale ressaltar que a partir de 2009 o indicador aponta uma tendência crescente, quando as exportações de produtos químicos voltam a se expandir devido à elevação das vendas do item “Outros óleos essenciais de laranja”, principal produto vendido deste grupo desde 2006.

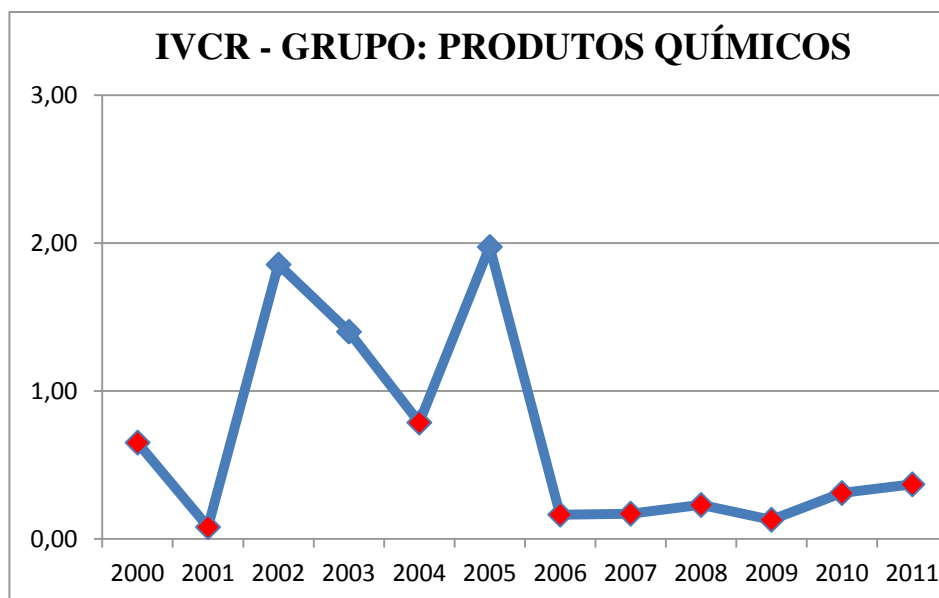


Gráfico 13: Vantagem Comparativa Revelada – Grupo “Produtos químicos” – Sergipe – 2000 a 2011
Elaboração Própria.

- **Grupo “Calçados e Couro”**

A indústria calçadista é um segmento muito forte em Sergipe. As empresas que atuam no estado atendem tanto o mercado interno quanto o internacional. De fato, desde 2003, os calçados são o principal produto exportado deste grupo (entre 2000 e 2002, as vendas externas de couro bovino eram prioridade), além de ser o segundo produto mais vendido por Sergipe, montante menor apenas que as vendas do suco de laranja. O principal destino dos calçados sergipanos são o Peru, a Colômbia e Bolívia.

A importância deste setor no estado é demonstrada em sua boa evolução no Valor transformado da indústria de transformação e na geração de empregos. O setor de “Calçados e Couro” participava com apenas 1,2% do VTI, em 2002, mas em 2010 já possuía a quarta maior representação no valor transformado da indústria de transformação (7,0%). Entre 2007 e 2011, o setor mais do que dobrou seu total de empregos formais, possuindo no último ano 6.491 trabalhadores distribuídos em 26 estabelecimentos. O total de trabalhadores empregados neste setor é menor apenas que a quantidade de trabalhadores da indústria de alimentos e bebidas.

Tabela 52: Sergipe - Preparação de Couros e Fabricação de Artefatos de Couro, Artigos para Viagem e Calçados – Evolução do VTI

Ano	2007	2008	2009	2010	Evolução % (2010/2009)	Evolução % (2010/2007)
VTI (R\$ 1.000)	96.276	94.665	83.391	137.947	65,4	43,2

Fonte: PIA-Empresa/IBGE. Elaboração Própria

Tabela 53: Sergipe - Preparação de Couros e Fabricação de Artefatos de Couro, Artigos para Viagem e Calçados – Evolução dos Estabelecimentos e Empregos Formais

Ano	2007	2008	2009	2010	2011	Evolução % (2011/2010)	Evolução % (2011/2007)
Estabelecimentos	27	22	22	24	26	8,3	-3,7
Empregos	3.112	3.446	4.442	6.037	6.491	7,5	108,6

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração própria.

Conforme estudo de Melo (2012), o setor de calçados e couro sergipano também apresenta grande relevância no cenário nacional, apresentando Vantagem Competitiva Revelada tanto entre 1996 e 2007, quanto entre 2003 e 2007. Dessa forma, o setor se apresenta com alta competitividade econômica e ocupacional, ou seja, obteve avanços à indústria brasileira tanto na análise do VTI quanto do pessoal ocupado.

Nos doze anos estudados, o grupo “Calçados e Couro” apresentou VCR em sete anos, sendo um isolado, em 2001, e os outros seis em anos consecutivos, de 2006 a 2011 (ver gráfico 14). Desde 2005, as exportações de calçados apresentaram grande evolução no estado, sofrendo recuo apenas em 2009, ano em que a crise financeira internacional abalou a economia mundial, e em 2011. O indicador alcançou o valor máximo (4,64), em 2010, apresentou leve recuo em 2011, mas a VCR ratifica a grande especialização da economia sergipana neste setor.

Apesar de apresentar VCR nos últimos anos, o setor calçadista tem sofrido com a grande concorrência externa. As exportações brasileiras de calçados têm perdido espaço para exportadores mundiais, principalmente para o mercado chinês. Segundo a Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (ABICALÇADOS)³³, a Argentina, por exemplo, reduziu consideravelmente a compra de calçados brasileiros, e em contrapartida os argentinos têm comprado cada vez mais o produto oriundo da China.

³³ Sabendo da necessidade de ações voltadas para elevar a competitividade do setor, a ABICALÇADOS tem debatido com o Governo Federal a urgência de uma defesa comercial eficiente, que coíbam a práticas de elisão fiscal e a redução do PIS/COFINS para a indústria calçadista.

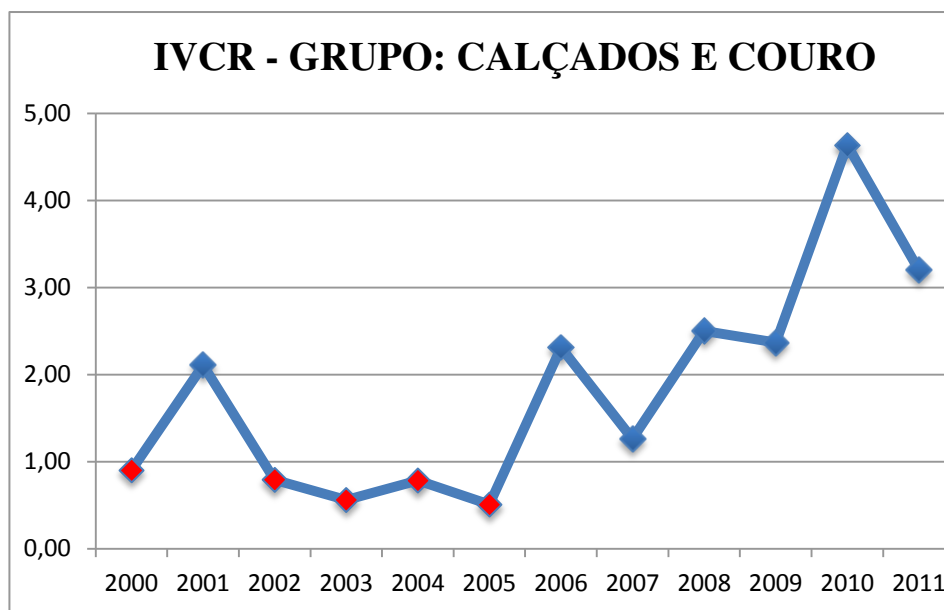


Gráfico 14: Vantagem Comparativa Revelada – Grupo “Calçados e Couro” – Sergipe – 2000 a 2011

Elaboração Própria.

Outro detalhe importante foi enfatizado por estudo realizado por Feistel e Hidalgo (2011), no qual foi revelado que o nordeste tem elevado seu comércio com a China e os principais produtos importados deste país estão presentes nos grupos de “Calçados e Couros” e “Têxtil”, que são tradicionalmente considerados como setores intensivos em trabalho, fator abundante na região. Dessa forma, esses produtos comprados no exterior tornam-se concorrentes diretos dos produtos produzidos localmente.

- **Grupo “Têxtil”**

A indústria têxtil de Sergipe despontou com a expansão da cultura algodoeira no final da década de 1870. O tratamento industrial do algodão substituiu a exportação de fibra pela do tecido e no século XX o setor têxtil já havia se consolidado com um dos principais segmentos produtivos do estado, juntamente com a indústria do açúcar. O setor têxtil nacional apresentou uma fase próspera durante a Segunda Grande Guerra, com as fábricas operando nos três turnos para suprir as demandas interna e externa, de mercados na América Latina, Europa, África e Estados Unidos da América. Apesar da modernização e expansão produtiva, com o término do conflito, as indústrias têxteis, principalmente do interior do

país, inclusive em Sergipe, não conseguiram sobreviver com a perda dos mercados externos (MELO, 2012).

Entre 1963 e 1988, a indústria têxtil sergipana se utilizou de incentivos vindo da SUDENE para modernizar e até implantar novas fábricas. Nos anos noventa, o setor começou a conviver com empreendimentos de menor porte, atraídos pelos incentivos fiscais, além de empresas do setor de confecções. Apesar disso, o segmento permanece frágil e sofre com os ciclos de valorização cambial, além da concorrência acirrada com os produtores asiáticos, principalmente a China (MELO, 2012).

De fato, o setor mostrou perda de competitividade nos últimos anos, deixando de apresentar vantagem comparativa a partir de 2008, conforme o gráfico 15. As exportações do setor apresentaram grande oscilação no período, com grande redução entre os extremos anos estudados. Isso refletiu no indicador, que apresentou variações bruscas, confirmando a grande sensibilidade sofrida pelo segmento às taxas reais de câmbio e ao grau de abertura comercial da economia.

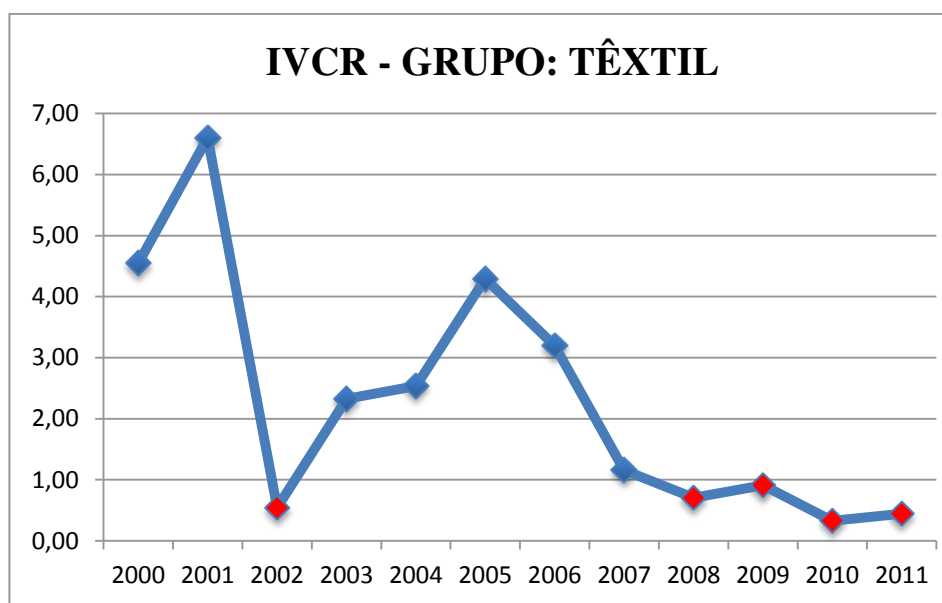


Gráfico 15: Vantagem Comparativa Revelada – Grupo “Têxtil” – Sergipe – 2000 a 2011

Elaboração própria.

Como a indústria têxtil sergipana também atende ao mercado interno, o setor vem apresentando evolução positiva no seu VTI, além de ser um dos segmentos com maior contingente de trabalhadores. Apesar disso, entre 2003 e 2007, conforme Melo (2012), o setor foi o único a apresentar baixa competitividade tanto econômica quanto ocupacional,

por ter reduzido sua participação no total setorial do país no tocante ao VTI e ao pessoal ocupado.

Tabela 54: Sergipe - Fabricação de Produtos Têxteis – Evolução do VTI

Ano	2007	2008	2009	2010	Evolução % (2010/2009)	Evolução % (2010/2007)
VTI (R\$ 1.000)	188.324	218.209	185.630	218.462	17,7	16,0

Fonte: PIA-Empresa/IBGE. Elaboração Própria

Tabela 55: Sergipe - Fabricação de Produtos Têxteis – Evolução dos Estabelecimentos e Empregos Formais

Ano	2007	2008	2009	2010	2011	Evolução % (2011/2010)	Evolução % (2011/2007)
Estabelecimentos	60	71	95	125	151	20,8	151,7
Empregos	4.393	4.156	3.792	4.446	4.422	-0,5	0,7

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração própria.

- **Grupo “Máquinas e Equipamentos”**

O setor de máquinas e equipamentos merece uma atenção especial por ser relativamente novo no estado, em comparação com segmentos industriais tradicionais, como a indústria têxtil e alimentícia. Na última década, as exportações desse grupo, composto por máquinas e equipamentos elétricos, elevaram-se substancialmente, com grande destaque para a venda de aquecedores elétricos de água, vendidos principalmente ao Paraguai. O setor apresentou VCR em oito anos da série estudada, com exceção entre 2000 e 2002 (que indicador mostrou-se crescente e muito próximo a unidade no último ano) e uma quebra do resultado em 2007 (ver gráfico16).

O indicador apresentou tendência decrescente nos últimos dois anos, quando suas vendas externas perderam participação no total exportado. Vale ressaltar que a relevância das exportações desse grupo está, principalmente, no maior valor agregado de seus produtos.

No tocante à participação na economia local, o grupo apresentou grande crescimento do seu valor transformado entre 2007 e 2010, embora o total de empregos e estabelecimentos tenha se reduzidos nos últimos anos. Em 2011, o setor possuía 672 trabalhadores, distribuídos em 9 estabelecimentos.

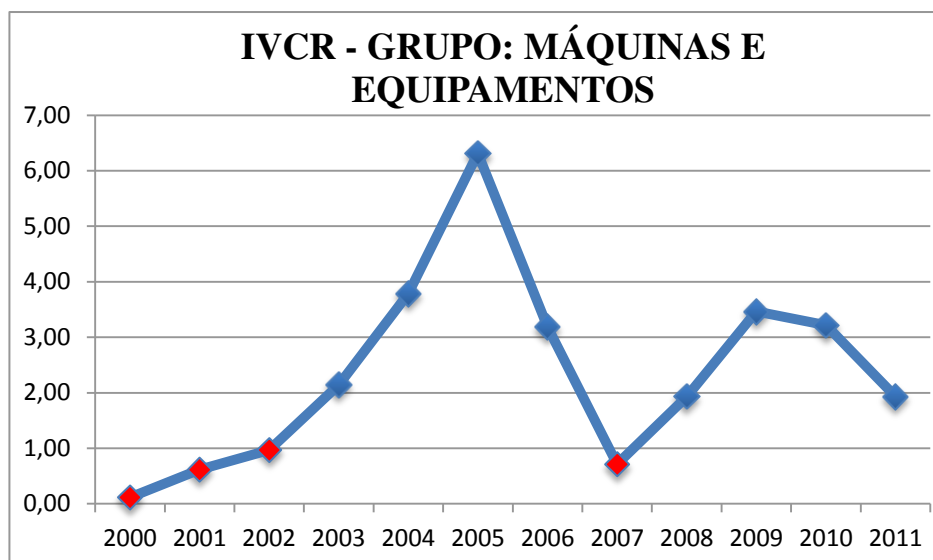


Gráfico 16: Vantagem Comparativa Revelada – Grupo “Máquinas e Equipamentos” – Sergipe – 2000 a 2011

Elaboração Própria.

Tabela 56: Sergipe - Fabricação de Máquinas, aparelhos e Materiais Elétricos – Evolução do VTI

Ano	2007	2008	2009	2010	Evolução % (2010/2009)	Evolução % (2010/2007)
VTI (R\$ 1.000)	3.537	47.192	42.227	47190	11,7	1234,1

Fonte: PIA-Empresa/IBGE. Elaboração Própria

Tabela 57: Sergipe - Fabricação de Máquinas, aparelhos e Materiais Elétricos – Evolução dos Estabelecimentos e Empregos Formais

Ano	2007	2008	2009	2010	2011	Evolução % (2011/2010)	Evolução % (2011/2007)
Estabelecimentos	13	12	11	11	9	-18,2	-30,8
Empregos	857	794	746	800	642	-16,0	-21,6

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração própria.

A fabricação de máquinas e equipamentos, em geral, também tem despontado no estado, de tal modo que o setor estava entre os três segmentos que apresentaram Vantagem Competitiva Revelada, entre 2003 e 2007, indicando maior participação no total do setor nacional tanto no valor transformado quanto na geração de empregos (MELO, 2012).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A teoria das vantagens comparativas tem sido o principal argumento favorável à abertura comercial, segundo o qual a economia obtém ganhos de bem-estar através da alocação ótima de recursos. A especialização produtiva nos setores os quais o país possui vantagens comparativas tornaria possível, então, elevar a renda dos indivíduos. Com efeito, estudos destacados ao longo deste trabalho apontam vantagens para o processo de abertura comercial relacionadas com melhorias de produtividade, criação de novos projetos de investimentos, ganhos de eficiência técnica, aumento na escala de produção, aprofundamento tecnológico, fomento à inovação, entre outros.

Vale lembrar, contudo, que os impactos para as economias nacionais são bastante distintos. No Brasil, por exemplo, houve elevação na produtividade e maior eficiência técnica, impactos no investimento e mudanças tecnológicas. Contudo, verificou-se queda de empregos em alguns segmentos industriais, afetados pela importação desregulada de produtos estrangeiros.

O argumento central a favor da abertura comercial é que esta elevaria a eficiência produtiva do país, mediante o aumento de produtividade por meio do acesso aos produtos de maior composição tecnológica a preços relativos mais baixos do que se fossem produzidos internamente. Em face da exposição das empresas nacionais ao ambiente externo, mais competitivo, haveria aumento da escala de produção, redução de custos e do desperdício de recursos. Ao passo que numa economia fechada haveria uma excessiva proteção à produção de diversos segmentos, operando com baixa produtividade, resultando em um número excessivo de estruturas produtivas ineficientes.

Certamente, um dos principais pontos a ser evidenciado com a abertura foi a constante elevação do quantum importado e exportado, que acometeu todas as regiões do país, principalmente, as regiões Norte e Centro-Oeste, gerando um processo de desconcentração do comércio brasileiro. É preciso ter em mente, porém, que ainda há grande disparidade de volume produzido e vendido entre as regiões do país. Aliás, não somente no comércio exterior, como também em outros atenuantes, o Brasil se destaca na desigualdade regional.

Voltando à análise do comércio exterior, a região Nordeste apresentou bom dinamismo, mantendo e até ampliando a participação relativa no comércio externo nos

últimos anos. Contudo, é preciso destacar a forte representação do estado da Bahia, que sozinho responde por mais da metade de tudo que é vendido ao exterior pela região.

Sergipe é o estado da região com menor participação. Entretanto, debruçando-se sobre a economia sergipana na atualidade, pode-se notar o quão privilegiada é a posição do estado no cenário econômico nordestino, com elevação constante do PIB e do PIB per capita nos últimos anos (crescimento superior à média da região). Mesmo com as dificuldades da conjuntura econômica nacional, o estado tem diversificado seus setores industriais e elevado o número de emprego.

Uma observação relevante é que os setores econômicos estão cada vez mais aptos a atender a demanda interna, que tem sido mais atrativa, o que dificulta o comércio do estado com o exterior. Apesar da pequena participação, Sergipe tem demonstrado mais atenção às suas contas externas. As exportações crescem gradativamente, embora as importações relativamente maiores gerem um saldo deficitário na balança comercial do estado. O total de empresas exportadoras não tem tido acréscimo significativo, mas as exportações em alta sugerem que as mesmas tem destinado uma parte maior de sua produção para abastecer o mercado internacional.

Neste cenário, pode-se observar que entre os 14 grupos de produtos estudados, Sergipe apresentou Vantagem Comparativa Revelada (VCR) em 6 grupos, sendo que apenas 3 permanecem com o indicador acima da unidade nos últimos anos da década. Sobre os setores que não apresentaram VCR, alguns pontos foram evidenciados. Constatou-se que, na maioria desses grupos, Sergipe exportava alguns produtos, porém com pouca expressividade em relação ao Nordeste. Ou seja, o estado não apresenta vantagem comparativa nestes segmentos. Por vezes, alguns grupos não apresentaram exportações no estado, demonstrando que o segmento, apesar de presente na economia local, não participa na pauta de exportações, ou é instável esta participação.

Outro ponto interessante é que alguns destes segmentos apresentaram bom desempenho do seu VTI na economia estadual, evoluindo positivamente entre 2007 e 2010 (Fabricação de produtos de madeira e de móveis; Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos; Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias; e Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos). Muitos também apresentaram expansão de empregos formais entre 2007 e 2011 (Fabricação de produtos de borracha e material plástico; fabricação de produtos cerâmicos e de produtos

de metal, além da fabricação de veículos, reboques e carrocerias). Isso demonstra que os mesmos são setores dinâmicos, porém que não possuem uma cultura exportadora forte.

Embora não estejam inseridos fortemente no mercado internacional, os setores que apresentaram crescimento na economia sergipana, atendendo à demanda doméstica, merecem a atenção de políticas que atuem no fortalecimento e desenvolvimento de suas potencialidades, de modo a elevar sua competitividade para atuar em outros mercados.

Para os grupos que apresentaram VCR, alguns pontos podem ser destacados: inicialmente, dois deles são setores tradicionais da economia sergipana: a indústria de alimentos e bebidas e a indústria têxtil. De fato, os principais produtos vendidos por Sergipe pertencem ao primeiro grupo (Suco de Laranja e o Açúcar). Estes segmentos se consolidaram na economia estadual, participando fortemente do Valor da Transformação Industrial de Sergipe, além de responder por um grande volume de empregos. Vale ressaltar, porém, que o grupo de alimentos, fumo e bebidas foi o único que apresentou VCR em quase toda a série, com exceção do ano 2001, enquanto que a indústria têxtil foi perdendo competitividade ao longo dos anos.

O grupo de Minerais e o grupo de Produtos Químicos englobam a forte cadeia produtiva do cimento e da fabricação de fertilizantes, respectivamente. O grupo de Minerais apresentou VCR quando o estado passou a exportar o cimento Portland, a partir de 2003. A expansão do mercado doméstico em 2010 fez com que a indústria de cimento redirecionasse a produção, e o grupo deixa de apresentar VCR, mesmo Sergipe sendo o maior produtor de cimento do Norte-Nordeste. No grupo de produtos químicos, a exportação de ureia foi a grande responsável pela VCR apresentada em 2002, 2003 e 2005. Quando a mesma deixa de ser vendida, o indicador recua, embora venha apresentando leve recuperação nos últimos anos devido às vendas mais expressivas dos Óleos Essenciais de Laranja. Os produtos de higiene e cosméticos tem elevado seu quantum exportado, mas ainda permanecem com pouca participação.

A indústria calçadista também é um setor de extrema importância na economia estadual, responsável por grande volume de emprego. O calçado está entre os principais produtos exportados por Sergipe. Apesar da vantagem comparativa, o setor tem tido grande concorrência dos produtos, principalmente, chineses. Este é um fenômeno que atinge o setor em todo o país, o que torna urgente a necessidade de ações que possibilitem maior competitividade da indústria nacional neste segmento.

Um destaque nos resultados vai para o grupo de Máquinas e Equipamentos, cujas exportações elevaram-se substancialmente nos últimos anos. São produtos com maior valor agregado e, por isso, merecem atenção especial, pois o indicador de VCR vem apresentando recuo, demonstrando perda de competitividade dos produtos sergipanos.

O indicador de Vantagem Comparativa Revelada tem o propósito de evidenciar os padrões de comércio realizado de uma economia. Ou seja, o índice “revela” aqueles setores considerados “pontos fortes” de uma região, que se mostram mais competitivos. Os resultados explanados mostram que Sergipe apresenta uma estrutura industrial bastante diversificada, com tendência de expansão em setores estratégicos para o desenvolvimento econômico estadual, não apenas os setores que Sergipe possui Vantagem Comparativa Revelada no comércio internacional, mas também os setores que são de fundamental importância para o fortalecimento do mercado estadual e/ou regional.

Ao revelar os setores-chave da economia sergipana, o estudo indica a necessidade de adoção de políticas públicas e privadas orientadas para o fortalecimento das condições institucionais e do ambiente competitivo. A propagação da cultura exportadora, mediante o acompanhamento especializado às empresas, além de investimentos que tornem os setores exportadores do estado com maior poder de posicionamento frente à concorrência externa são fundamentais para a consolidação da produção industrial sergipana e sua maior participação no comércio internacional.

REFERÊNCIAS

ALVES, Christiane Luci Bezerra. Liberalização Comercial: aspectos teóricos e estratégias recomendadas. **Revista de Economia & Relações Internacionais**, São Paulo, v. 7, n. 14, p. 5-19, jan. 2009. Disponível em: http://www.fAAP.br/faculdades/economia/ciencias_economicas/pdf/revista_economia_14.pdf

ARBACHE, Jorge Saba; CORSEUIL, Carlos Henrique. Liberalização comercial e Estruturas de Emprego e Salário. **Texto para Discussão/IPEA**, Rio de Janeiro, n. 801, 20 f., jun. 2001. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_2001/td0801.pdf

_____; DE NEGRI, João Alberto. Determinantes das Exportações Brasileiras: Novas Evidências. In: **XXX Encontro da Anpec**, Nova Friburgo, 2002. Disponível em: http://www.econ.puc-rio.br/pdf/seminario/Arbache_DeNegri_v3.pdf

AVERBUG, André. Abertura e Integração Comercial Brasileiro na Década de 90. In: **Comércio Exterior BNDES**, Rio de Janeiro, 41f. out. 1999. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro/eco90_02.pdf

BADO, Álvaro Labrada. Das vantagens comparativas à construção das vantagens competitivas: uma resenha das teorias que explicam o comércio internacional. **Revista de Economia e Relações Internacionais**, São Paulo, v. 3, n. 5, p. 5-20, jul. 2004. Disponível em: http://www.fAAP.br/revista_faap/rel_internacionais/pdf/economia_05.pdf

BANCO DO NORDESTE/ETENE. **Comércio Exterior: Região Nordeste e Estados**. 2011. 177 p. Disponível em: http://www.bancodonordeste.com.br/content/aplicacao/etene/etene/docs/comercio_exterior2011.pdf

BARROS, Ricardo Paes de; CORSEUIL, Carlos Henrique; CURY, Samir. Abertura Comercial e liberalização do fluxo de capitais no Brasil: impactos sobre a pobreza e a desigualdade. In: HENRIQUES, Ricardo. **Desigualdade e Pobreza no Brasil**: Rio de Janeiro, IPEA, 2000, p. 271-298. Disponível em: http://desafios.ipea.gov.br/sites/000/2/download/livro_desigualdade_pobreza/capitulo10.pdf

BATISTA JUNIOR, Paulo Nogueira. Brasil, Argentina e América do Sul. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 55, p. 65-74, set./dez. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n55/04.pdf>

BAUMANN, Renato. Brasil en los años noventa: una economía en transición. **Revista de la Cepal**, Santiago do Chile, n. 73, p. 149-172, abr. 2001. Disponível em: http://www.eclac.cl/publicaciones/xml/1/19301/lcg2130e_9.pdf

BENEDICTIS, Luca de; TAMBERI, Massimo. A note on the Balassa Index of Revealed Comparative Advantage. **Econpapers/Working Papers**, Orebro, n. 158, dez. 2001. Disponível em: <http://docs.dises.univpm.it/web/quaderni/pdf/158.pdf>

BEZERRA, Christiane Luci. Considerações sobre a evolução da indústria brasileira no ambiente de Abertura Comercial da década de 90. **Revista Teor. e Evid. Econ.**, Passo Fundo, v. 13, n. 24, p. 39-63, mai. 2005. Disponível em: http://www.upf.br/cepeac/download/rev_n24_2005_art3.pdf

CANO, Wilson. Concentração e Desconcentração Econômica Regional no Brasil: 1970/95. **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, n. 8, p. 101-139. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=457&tp=a>

CARLEIAL, Liana; CRUZ, Bruno. A hora e a vez do Desenvolvimento regional Brasileiro: Uma proposta de longo prazo. **Texto para Discussão/IPEA**, Rio de Janeiro, n. 1729, abr. 2012. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/082/08201008.jsp?ttCD_CHAVE=3572

CARVALHO, Rosemeiry Melo; ARAÚJO, Rochele Alves de; PINHEIRO, José César Vieira. Vantagens Comparativas e desempenho das exportações do setor pesqueiro brasileiro no mercado norte-americano. **Revista Perspectiva Econômica**, São Leopoldo, v. 6, n. 1, p. 1-15, jan./jun. 2010. Disponível em: <http://www.perspectivaeconomica.unisinos.br/pdfs/94.pdf>

CEPAL. www.cepal.org/brasil

CORONEL, Daniel Arruda; et al. Vantagens Comparativas Reveladas e Orientação Regional das Exportações do Complexo Soja brasileiro. In: **XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural/SOBER**, Rio Branco, jul. 2008. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/9/253.pdf>

DANTAS, Jefferson Teixeira. **Relações Internacionais: O comércio exterior do Brasil e Rio Grande do Norte no período de 1999 a 2008**. 2009. 189 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp116603.pdf>

DELFIN NETTO, A. **Vantagem comparativa criada**. Valor Econômico, abr. 2003. Disponível em: <http://www.valoronline.com.br/valoreconomico/materia.asp?id=1742856>

DINIZ, Clélio Campolina. Celso Furtado e o Desenvolvimento Regional. **Revista Nova Economia**, v. 19, n. 2, p. 227-249, mai./out. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/neco/v19n2/a01v19n2.pdf>

_____. A questão regional e as políticas governamentais no Brasil. **Texto para Discussão CEDEPLAR**, Belo Horizonte, n. 159, 2001. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20159.pdf>

FEISTEL, Paulo Ricardo; HIDALGO, Álvaro Barrantes. **O Intercâmbio Comercial Nordeste-China: Desempenho e Perspectivas**. [2011]. Disponível em: http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/eventos/forumbnb2011/docs/2011_intercambio.pdf

FERNANDES, Sydenia de Miranda; WANDER; Alcido Elenor; FERREIRA, Carlos Magri. Análise da Competitividade do Arroz brasileiro: Vantagem Comparativa Revelada. In:

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural/SOBER, Rio Branco, jul. 2008. Disponível em:
<http://www.sober.org.br/palestra/9/50.pdf>

FERREIRA, Pedro Cavalcanti; GUILLÉN, Osmani Teixeira de Carvalho. Estrutura Competitiva, Produtividade Industrial e Liberalização Comercial no Brasil. **Revista Brasileira de Economia**, v. 58, n. 4, p. 507-532, out./dez. 2004. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/rbe/v58n4/a03v58n4.pdf>

FONTENELE, Ana Maria; MELO, Maria Cristina Pereira de. Comércio Exterior e Dilemas de Política Pública na Economia do Nordeste: Um tema persistente na REN. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 40, n. 04, p. 797-819, out-dez. 2009. Disponível em:
http://www.bnb.gov.br/projwebren/exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1165

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, ed. 32, 2003, 238p.

GALVÃO, Olímpio J. de Arroxelas. 45 anos de Comércio Exterior no Nordeste do Brasil: 1960-2004. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 38, n. 1, p. 7-31, jan./mar. 2007. Disponível em:
http://www.bnb.gov.br/projwebren/Exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=417

GARCIA, Renato. Economias Externas e Vantagens Competitivas dos Produtores em Sistemas Locais de Produção: as visões de Marshall, Krugman e Porter. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 27, n. 2, p. 301-324, out. 2006. Disponível em:
<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/2120>

GOLDBERG, Pinelopi Koujianou; PAVCNİK, Nina. Trade, Inequality, and Poverty: What do we know? Evidence from recent Trade Liberalization episodes in Developing Countries. **NBER Working Papers Series**, Massachusetts, n. 10593, 52 f., jun. 2004. Disponível em:
http://www.nber.org/papers/w10593.pdf?new_window=1

GONTIJO, Cláudio. As duas vias do princípio das vantagens comparativas de David Ricardo e o padrão-ouro: um ensaio crítico. **Revista de Economia Política**, v. 27, n. 3 (107), p. 413-430, jul./set. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rep/v27n3/v27n3a06.pdf>

GTDN. **Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste**. Recife: SUDENE, ed. 2, 1967, 92p.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. Dinâmica recente das economias regionais brasileiras. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 86, p. 123-152, set./dez. 1995. Disponível em:
<http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/356/305>

_____. Desigualdades e políticas regionais no Brasil: Caminhos e descaminhos. **Planejamento e Políticas Públicas/IPEA**, n. 15, jun. 1997. Disponível em:
<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/123/125>

HIDALGO, Álvaro Barrantes; MATA, Daniel Ferreira Pereira Gonçalves da. Competitividade e Vantagens Comparativas do Nordeste Brasileiro e do Estado de Pernambuco no Comércio Internacional. In: **V Encontro de Economistas de Língua Portuguesa**, Recife, nov. 2003. Disponível em:

http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/ETENE/Anais/docs/2004-competiti_vantagens.pdf

HOLANDA, Marcos C. Dinâmica e Determinantes da Vantagem Comparativa: O exemplo asiático. **Texto para Discussão/CAEN**, Ceará, n. 230, abr. 2002. Disponível em: www.caen.ufc.br/pesquisa/td/pdf/TD%20230.pdf

HOLLAND, Márcio; XAVIER, Clésio Lourenço. Dinâmica e competitividade setorial das exportações brasileiras: uma análise de painel para o período recente. **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, v. 14, n.1, p. 85-108, jan./jun. 2005. Disponível em: www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=585&tp=a

IBGE. Novo Sistema de Contas Nacionais. **Estatísticas do século XX**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/seculoxx/economia/contas_nacionais/contas_nacionais.shtm

_____. **Censo Demográfico 2010**: resultados gerais da amostra. Rio de Janeiro, p. 1-239, 2010. Disponível em:

ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Resultados_Gerais_da_Amostra/resultados_gerais_amostra.pdf

_____. **Pesquisa Industrial 2007**. Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, p. 1-198, 2007. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/industria/pia/empresas/2007/piaempresa2007.pdf>

_____. **Pesquisa Industrial 2008**. Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 1-186, 2008. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/industria/pia/empresas/2008/piaempresa2008.pdf>

_____. **Pesquisa Industrial 2009**. Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 1-182, 2009. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/industria/pia/empresas/2009/piaempresa2009.pdf>

_____. **Pesquisa Industrial 2010**. Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 1-182, 2010. Disponível em:

ftp://ftp.ibge.gov.br/Industrias_Extrativas_e_de_Transformacao/Pesquisa_Industrial_Anuual/Empresa2010/piaempresa2010.pdf

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**: Síntese de Indicadores. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em:

ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_anual/2011/Sintese_Indicadores/sintese_pnad2011.pdf

ISTAKE, Márcia. **Comércio Externo e Interno do Brasil e das suas Macrorregiões**: Um teste do Teorema de Heckscher-Ohlin. 2003. 158 f. Tese (Doutorado em Ciências –

Economia Aplicada) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba, 2003. Disponível em:
<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11132/tde-22102003-171821/pt-br.php>

KAITILA, Ville. Trade and Revealed Comparative Advantage: Hungary, the Czech Republic, and the European Union. **BOFIT Discussion Papers**, Helsinki, n. 8, 1999. Disponível em:
<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.200.7324&rep=rep1&type=pdf>

KRUGMAN, Paul. The role of geography in Development. In: **Annual World Bank Conference on Development Economics**, Washington, Abril, 1998. Disponível em:
<http://siteresources.worldbank.org/DEC/Resources/84797-1251813753820/6415739-1251813951236/krugman.pdf>

_____; OBSTFELD, Maurice. **Economia internacional: teoria e política**. São Paulo: Makron Books, ed. 4, 1999. 807 p.

KUME, Honório; PIANI, Guida. Alca: Uma estimativa do impacto no comércio bilateral Brasil-Estados Unidos. **Texto para Discussão/IPEA**, Rio de Janeiro, n. 1058, dez. 2004. Disponível em: http://agencia.ipea.gov.br/pub/td/2004/td_1058.pdf

LIMA, Ana Carolina da Cruz; LIMA, João Policarpo Rodrigues. Economia do Nordeste: Evolução do Emprego na Indústria de Transformação e Extrativa Mineral e Identificação da Dinâmica de Aglomerações Produtivas. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 39, n. 03, jul-set. 2008. Disponível em:
http://www.bnb.gov.br/projwebren/exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1099

MAHL, Alzir Antônio. **Setores exportadores do Nordeste e seus impactos endógenos**. 2003. 79 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003. Disponível em: <http://www.mesteco.ufba.br/scripts/db/teses/ALZIR.pdf>

MARKWALD, Ricardo A. O impacto da abertura comercial sobre a indústria brasileira. In: **Estudos e Pesquisas**, XIII Fórum Nacional INAE – Instituto Nacional de Altos Estudos, Rio de Janeiro, n. 11, maio. 2001. Disponível em:
www.forumnacional.org.br/trf_arq.php?cod=EP00110

MATOS, Elmer Nascimento. **A Dinâmica Urbana e a Inserção na Economia Regional: o caso de Aracaju (1970-2005)**. 2009. 180 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia da UNICAMP, Campinas, 2009. Disponível em:
<http://www.observatorioseguranca.org/documentos/METODOLOGIA%202011/Aula%205%202011/Desenvolvimento%20regional/A%20DIN%20MICA%20URBANA%20E%20A%20INSER%20C7%20C3O%20NA%20ECONOMIA%20Matos,ElmerNascimento.pdf>

MDIC. **Estatísticas de Comércio Exterior**/Secretaria de Comércio Exterior (SECEX). Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/index.php?area=5>

_____. **Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior via internet** (AliceWeb). Disponível em: <http://aliceweb2.mdic.gov.br/>

MDS. **Plano Brasil sem miséria**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Disponível em: http://www.brasil.gov.br/sobre/cidadania/brasil-sem-miseria/album_tecnico_final_modificado-internet.pdf

MELO, Luzia Maria Cavalcante de; SIMÕES, Rodrigo. Desigualdade Econômica Regional e Spillovers Espaciais: Evidências para o Nordeste do Brasil. **Texto para Discussão/CEDEPLAR**, Belo Horizonte, n. 364, set. 2009. Disponível em: <http://cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20364.pdf>

MELO, Ricardo Oliveira Lacerda de. **Mudança de Regime Comercial e Desenvolvimento regional no Brasil nos anos 90**. 2000. 289 f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000219818&fd=y>

_____. **Economia Sergipana Contemporânea (1970/2010)**. São Cristóvão: Editora UFS, Aracaju: Editora Diário Oficial, ed. 1, 2012, 398 p.

MENDES, Constantino Cronemberger; TEIXEIRA, Joanílio Rodolpho. Desenvolvimento Econômico Brasileiro: uma releitura das contribuições de Celso Furtado. **Texto para Discussão/IPEA**, Brasília, n. 1051, out. 2004. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1051.pdf

MIRANDA, José Carlos. Abertura Comercial, Reestruturação Industrial e Exportações Brasileiras na década de 1990. **Texto para Discussão/IPEA**, Brasília, n. 829, out. 2001. Disponível em: http://desafios2.ipea.gov.br/pub/td/2001/td_0829.pdf

MOREIRA, Maurício Mesquita; CORREA, Paulo Guilherme. Abertura comercial e indústria: o que se pode esperar e o que se vem obtendo. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 17, n. 2 (66), p. 1-31, abr./jun. 1997. Disponível em: http://geein.fclar.unesp.br/bibliografia/abertura_comercial_e_industria_o_que_se_pode_esperar.pdf

MUNDURUCA, Danilo Felipe Viana. **Comércio Exterior como estratégia de Crescimento Econômico**: uma proposta de priorização de produtos exportáveis para a economia sergipana. 2010. 147 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Desenvolvimento Regional e Gestão de Empreendimentos Locais) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2010. Disponível em: http://200.17.141.110/pos/economia/dissertacoes/a07/Munduruca_DfV_Dissertacao_Nupec_2010.pdf

MUNIZ, Antônio Walber Matias. **Tributação e Comércio Internacional Informal** – Estudo das Relações Cabo Verde/Ceará. 2008. 108 f. Dissertação (Mestrado em Direito Constitucional) – Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2008. Disponível em: uol11.unifor.br/oul/conteudosite/?cdConteudo=1385635

NASSIF, André. Os impactos da Liberalização Comercial sobre o padrão de Comércio Exterior Brasileiro. **Revista de Economia Política**, v. 25, n. 1 (97), p. 1-23, jan./mar. 2005. Disponível em: <http://www.rep.org.br/pdf/97-5.pdf>

NONNENBERG, Marcelo. Vantagens Comparativas Reveladas, custo relativo de fatores e intensidade de recursos naturais: resultados para o Brasil – 1980/88. **Revista Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 373-404, ago.1995. Disponível em: <http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/viewFile/783/723>

OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado. O regionalismo no século XXI: Comércio, Regulação e Política. **Texto para Discussão/IPEA**, Rio de Janeiro, n. 1709, fev. 2012. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/082/08201008.jsp?ttCD_CHAVE=3544

PAES, Nelson Leitão; SIQUEIRA, Marcelo Lettieri. Desenvolvimento Regional e Federalismo Fiscal no Brasil: Em busca da igualdade na distribuição de receitas. **Revista Economia Aplicada**, São Paulo, v. 12, n. 4, p. 707-742, out./dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ecoa/v12n4/08.pdf>

PEREIRA, Wellington. A estrutura produtiva da economia brasileira na década de 90: o comércio exterior como uma lente privilegiada de análise. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 28, n. 1, p. 249-286, jul. 2007. Disponível em: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/2136/2520>

PETRAUSKI, Sandra Maria Ferreira Couri; et al. Competitividade do Brasil no Mercado Internacional de madeira serrada. **Revista Cerne**, Lavras, v. 18, n. 1, p. 99-104, jan./mar. 2012. Disponível em: <http://www.dcf.ufla.br/cerne/administracao/publicacoes/m629v18n1o12.pdf>

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Elsevier, ed. 2, 2000, 349 p.

RAIS. **Relação Anual de Informações Sociais**. Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho (PDET), Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/portal-pdet/>

RICARDO, David. **On The Principles of Political Economy and Taxation**. Ontario: Batoche Books, 2001, 333p.

SALVATORE, Dominick. **Economia Internacional**. Rio de Janeiro: LTC, ed. 6, 1998, 436p.

SEREIA, Vanderlei José; CAMARA, Márcia Regina Garbado da; GIL, Mirian de Oliveira. Competitividade das Exportações Brasileiras de Suco de laranja no período de 1990 a 2001. **Revista Semina: Ciências Sociais e Humanas**, v. 24, p. 57-74, set. 2004. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/view/3813/3071>

SIDOU JÚNIOR, Paulo Maria Othon. **Impactos da Abertura Comercial sobre a pobreza e a Desigualdade de renda no Brasil e suas regiões – 1986 a 2003**. 2007. 86 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007. Disponível em: www.corecon-ce.org.br/imagens/paulomosidou.pdf

SILVA, Jorge Luiz Mariano da; MONTALVÁN, Daniel Borja Valdez. Exportações do Rio Grande do Norte: estrutura, vantagens comparativas e comércio intra-industrial. **Revista de**

Economia e Sociologia Rural, Piracicaba, v. 46, n. 2, p. 547-568, abr./jun. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/resr/v46n2/v46n2a10.pdf>

SILVA, Leonardo Xavier da; TILLMAN, Eduardo André. Exportações e Eficiência Competitiva da cadeia brasileira do tabaco: Vantagens Comparativas Reveladas e Orientação Regional. In: **Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural/47º Congresso SOBER**, Porto Alegre, jul. 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/691.pdf>

SILVA FILHO, Leonides Alves da. **SUDENE 50 anos**: Uma abordagem política, institucional e administrativa. Recife: Comunigraf, 111f. 2009. Disponível em: http://www.inad.com.br/publicacao/arquivos/20120730143856p_sudene_50_anos.pdf

_____. **Recriação da SUDENE**: Retrato de uma luta. Movimento Acorda Nordeste/MANO. Recife: Livro Rápido, ed. 1, 2008, 187p. Disponível em: http://www.inad.com.br/publicacao/arquivos/20120730144000p_MANO_FINAL_2ed.pdf

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**: Investigação sobre sua Natureza e suas Causas. Apresentação de Winston Fritsh. Tradução de Luiz João Baraúna. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. v. 1.

SOUZA, Marcos. **Liberalização, Importação e Crescimento Econômico na América Latina**. 2007. 202 f. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em: http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/2148/1/2007_MarcosAurelioSantosdeSouza.pdf

SUDAM. www.sudam.gov.br

UTKULU, Utku; SEYMEN, Dilek. Revealed Comparative Advantage and Competitiveness: Evidence for Turkey vis-à-vis the EU/15. In: **European Trade Study Group 6th Annual Conference**, Nottingham, set. 2004. Disponível em: <http://www.deu.edu.tr/userweb/utku.utkulu/dosyalar/RCA.pdf>

VIANA, Francisca Diana Ferreira. **Inserção externa e competitividade da Região Nordeste no Período Pós-abertura Comercial**: Uma análise a partir do método Shift-And-Share e de indicadores de competitividade revelada. 2006. 133 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006. Disponível em: <http://www.nea.ie.ufu.br/dissertacoes/02.pdf>

WACZIARG, Romain; WELCH, Karen Horn. Trade Liberalization and Growth: New Evidence. **NBER Working Papers Series**, Massachusetts, n. 10152, 90 f, dez. 2003. Disponível em: http://www.nber.org/papers/w10152.pdf?new_window=1

XAVIER, Clésio Lourenço; VIANA, Francisca Diana Ferreira. Inserção externa e Competitividade dos Estados da Região Nordeste do Brasil no período 1995-2004. **Revista Econômica do Nordeste**, [Fortaleza], v. 36, n. 3, p. 456-469, jul-set. 2005. Disponível em: http://www.bnb.gov.br/projwebren/Exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=371

ANEXOS

ANEXO A - Critério de Classificação dos Capítulos da NCM, segundo Grupo de Produtos

Grupo de Produtos	Capítulos da NCM	Descrição
Alimentos, Fumo e Bebidas	1 a 24	Produtos de origem animal: Animais vivos, carnes, peixes, laticínios ovos. Produtos de origem vegetal: plantas vegetais, frutas, café, chá, cereais, amidos, trigo, grãos, sementes, gomas, gorduras e óleos de origem animal e vegetal. Produtos alimentares, bebidas e fumo: carnes preparadas, açúcares, cacau, farinhas, preparados de cereais, pastelaria, preparados de frutas ou vegetais, bebidas alcoólicas ou não e fumo.
Minerais	25 a 27	Sal, enxofre, gesso, cal, cimento, minérios, combustíveis e ceras minerais.
Produtos Químicos	28 a 38	Inorgânicos, orgânicos, farmacêuticos, fertilizantes, tintas, óleos, essências, sabões, ceras, colas, pólvora e produtos para fotografia.
Plásticos e Borracha	39 e 40	Produtos plásticos e borracha
Calçados e Couro	41 a 43 e 64 a 67	Calçados, chapéus, guarda-chuvas, peles e obras de couro.
Madeira e Carvão Vegetal	44 a 46	Madeira, cortiça e obras de madeira.
Papel e Celulose	47 a 49	Papel e impressos
Têxtil	50 a 63	Fio, tecelagem e confecções.
Minerais não Metálicos	68 a 71	Obras de pedra, cerâmica e vidro, pérolas, pedras preciosas e metais preciosos.
Metalurgia	72 a 83	Ferro, aço, cobre, níquel, alumínio, chumbo, zinco, estanho e ferramentas.
Máquinas e Equipamentos	84 e 85	Máquinas e equipamentos elétricos
Material de Transporte	86 a 89	Veículos de transporte, automóveis, tratores, aeronaves e embarcações.
Ótica e Instrumentos	90 a 92	Ótica, fotografia e instrumentos de medida e controle
Outros	93 a 99	Armas e munições, mercadorias diversas, móveis, iluminação, brinquedos, produtos de esporte e objetos de arte.

Fonte: Hidalgo; Mata (2003)

ANEXO B - Participação das Grandes Regiões e Unidades da Federação no Produto Interno
Bruto – 2002 a 2010

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Participação no Produto Interno Bruto (%)								
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Norte	4,7	4,8	4,9	5,0	5,1	5,0	5,1	5,0	5,3
Rondônia	0,5	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6
Acre	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Amazonas	1,5	1,5	1,6	1,6	1,7	1,6	1,5	1,5	1,6
Roraima	0,2	0,2	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Pará	1,7	1,8	1,8	1,8	1,9	1,9	1,9	1,8	2,1
Amapá	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Tocantins	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,5
Nordeste	13,0	12,8	12,7	13,1	13,1	13,1	13,1	13,5	13,5
Maranhão	1,0	1,1	1,1	1,2	1,2	1,2	1,3	1,2	1,2
Piauí	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,6	0,6	0,6
Ceará	2,0	1,9	1,9	1,9	2,0	1,9	2,0	2,0	2,1
Rio Grande do Norte	0,8	0,8	0,8	0,8	0,9	0,9	0,8	0,9	0,9
Paraíba	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,9	0,8
Pernambuco	2,4	2,3	2,3	2,3	2,3	2,3	2,3	2,4	2,5
Alagoas	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,6	0,7	0,7
Sergipe	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6
Bahia	4,1	4,0	4,1	4,2	4,1	4,1	4,0	4,2	4,1
Sudeste	56,7	55,8	55,8	56,5	56,8	56,4	56,0	55,3	55,4
Minas Gerais	8,6	8,8	9,1	9,0	9,1	9,1	9,3	8,9	9,3
Espírito Santo	1,8	1,8	2,1	2,2	2,2	2,3	2,3	2,1	2,2
Rio de Janeiro	11,6	11,1	11,5	11,5	11,6	11,2	11,3	10,9	10,8
São Paulo	34,6	34,1	33,1	33,9	33,9	33,9	33,1	33,5	33,1
Sul	16,9	17,7	17,4	16,6	16,3	16,6	16,6	16,5	16,5
Paraná	6,0	6,4	6,3	5,9	5,8	6,1	5,9	5,9	5,8
Santa Catarina	3,8	3,9	4,0	4,0	3,9	3,9	4,1	4,0	4,0
Rio Grande do Sul	7,1	7,3	7,1	6,7	6,6	6,6	6,6	6,7	6,7
Centro-Oeste	8,8	9,0	9,1	8,9	8,7	8,9	9,2	9,6	9,3
Mato Grosso do Sul	1,0	1,1	1,1	1,0	1,0	1,1	1,1	1,1	1,2
Mato Grosso	1,4	1,6	1,9	1,7	1,5	1,6	1,8	1,8	1,6
Goiás	2,5	2,5	2,5	2,4	2,4	2,5	2,5	2,6	2,6
Distrito Federal	3,8	3,7	3,6	3,8	3,8	3,8	3,9	4,1	4,0

Fonte: IBGE

ANEXO C - Evolução do Comércio Exterior – Região Norte – 1991 a 2010

Norte			
	Exportações	Importações	Corrente de Comércio
1991	1.757.116	1.393.608	3.150.724
1992	1.825.665	1.264.676	3.090.341
1993	2.022.869	1.982.775	4.005.644
1994	2.078.566	2.650.495	4.729.061
1995	2.433.137	4.228.824	6.661.961
1996	2.401.379	4.661.470	7.062.849
1997	2.571.640	4.680.889	7.252.529
1998	2.591.861	3.389.715	5.981.576
1999	2.677.227	3.098.470	5.775.697
2000	3.322.422	4.280.844	7.603.266
2001	3.242.135	3.661.473	6.903.608
2002	3.447.883	3.453.895	6.901.778
2003	4.151.133	3.783.652	7.934.785
2004	5.276.915	4.678.249	9.955.164
2005	7.418.340	5.677.699	13.096.039
2006	8.918.197	6.996.407	15.914.604
2007	9.808.846	7.675.715	17.484.561
2008	13.059.898	11.379.728	24.439.626
2009	10.111.821	8.079.110	18.190.931
2010	15.110.942	12.737.717	27.848.659

Fonte: MDIC. Elaboração própria

ANEXO D - Evolução do Comércio Exterior – Região Nordeste – 1991 a 2010

Nordeste			
	Exportações	Importações	Corrente de Comércio
1991	2.859.771	1.577.901	4.437.672
1992	3.035.045	1.369.830	4.404.875
1993	3.012.647	1.965.219	4.977.866
1994	3.502.854	2.455.465	5.958.319
1995	4.239.999	3.603.783	7.843.782
1996	3.854.865	4.170.285	8.025.150
1997	3.958.933	4.228.877	8.187.810
1998	3.720.485	3.800.460	7.520.945
1999	3.355.505	3.526.919	6.882.424
2000	4.026.157	4.776.450	8.802.607
2001	4.187.781	5.128.804	9.316.585
2002	4.655.567	4.659.979	9.315.546
2003	6.112.111	4.328.650	10.440.761
2004	8.043.285	5.510.521	13.553.806
2005	10.561.141	6.307.782	16.868.923
2006	11.629.126	8.854.754	20.483.880
2007	13.086.243	11.776.554	24.862.797
2008	15.451.508	15.526.386	30.977.894
2009	11.616.308	10.795.724	22.412.032
2010	15.867.654	17.585.542	33.453.196

Fonte: MDIC. Elaboração própria

ANEXO E - Evolução do Comércio Exterior – Região Sul – 1991 a 2010

Sul			
	Exportações	Importações	Corrente de Comércio
1991	6.611.230	2.625.786	9.237.016
1992	8.239.195	2.497.867	10.737.062
1993	9.857.626	3.439.222	13.296.848
1994	10.938.551	4.775.452	15.714.003
1995	11.401.026	6.606.692	18.007.718
1996	12.546.854	7.026.348	19.573.202
1997	13.930.801	8.800.232	22.731.033
1998	12.461.817	9.659.996	22.121.813
1999	11.498.982	7.866.398	19.365.380
2000	12.889.764	9.667.238	22.557.002
2001	14.703.391	9.839.499	24.542.890
2002	15.247.230	7.796.272	23.043.502
2003	18.887.189	8.670.657	27.557.846
2004	24.169.818	10.825.749	34.995.567
2005	26.103.475	13.407.968	39.511.443
2006	27.800.528	17.395.946	45.196.474
2007	34.752.371	24.186.454	58.938.825
2008	41.963.540	37.035.769	78.999.309
2009	32.886.550	26.379.124	59.265.674
2010	37.139.465	39.210.084	76.349.549

Fonte: MDIC. Elaboração própria

ANEXO F - Evolução do Comércio Exterior – Região Sudeste – 1991 a 2010

Sudeste			
	Exportações	Importações	Corrente de Comércio
1991	19.466.815	15.155.621	34.622.436
1992	21.619.102	15.163.016	36.782.118
1993	22.253.807	17.625.216	39.879.023
1994	25.035.742	22.822.679	47.858.421
1995	26.634.656	35.029.779	61.664.435
1996	26.704.251	36.848.788	63.553.039
1997	29.604.176	41.465.523	71.069.699
1998	30.007.565	39.632.121	69.639.686
1999	28.012.512	33.312.533	61.325.045
2000	31.154.171	35.885.865	67.040.036
2001	31.559.014	35.559.016	67.118.030
2002	32.764.617	29.765.909	62.530.526
2003	38.973.755	29.835.372	68.809.127
2004	52.262.871	39.462.016	91.724.887
2005	65.451.682	45.216.508	110.668.190
2006	80.011.752	54.093.311	134.105.063
2007	91.277.005	71.124.610	162.401.615
2008	110.960.882	99.863.762	210.824.644
2009	81.927.997	74.967.639	156.895.636
2010	115.494.077	102.015.554	217.509.631

Fonte: MDIC. Elaboração própria

ANEXO G - Evolução do Comércio Exterior – Região Centro-Oeste – 1991 a 2010

Centro-Oeste			
	Exportações	Importações	Corrente de Comércio
1991	574.195	272.090	846.285
1992	698.794	248.900	947.694
1993	791.598	224.571	1.016.169
1994	1.119.235	348.596	1.467.831
1995	986.515	456.469	1.442.984
1996	1.383.049	561.635	1.944.684
1997	1.794.481	766.704	2.561.185
1998	1.214.608	941.685	2.156.293
1999	1.294.334	1.192.174	2.486.508
2000	1.833.121	1.134.695	2.967.816
2001	2.471.513	1.378.344	3.849.857
2002	2.856.698	1.545.423	4.402.121
2003	3.802.754	1.684.478	5.487.232
2004	5.189.160	2.320.770	7.509.930
2005	7.178.273	2.950.977	10.129.250
2006	7.497.085	3.983.428	11.480.513
2007	9.694.352	5.776.666	15.471.018
2008	14.165.443	9.089.854	23.255.297
2009	14.109.547	7.426.738	21.536.285
2010	15.610.913	10.116.257	25.727.170

Fonte: MDIC. Elaboração própria

ANEXO H - Evolução do Emprego Formal por subsetor – Sergipe – 2005 a 2011

Ano	2011	2010	2009	2008	2007	2006	2005
01-Extrativa Mineral	4781	4600	4817	4537	4002	4074	2054
02-Prod. Mineral Não Metálico	5516	4444	4593	4516	4031	3765	3608
03-Indústria Metalúrgica	1441	1305	1083	1184	883	676	1150
04-Indústria Mecânica	1442	1437	1153	1181	1450	1167	1016
05-Elétrico e Comunic.	115	169	172	161	174	245	204
06-Material de Transporte	399	536	477	562	532	506	615
07-Madeira e Mobiliário	2072	1868	1608	1397	1172	1030	894
08-Papel e Gráfica	1634	1510	1263	1457	1400	1332	1143
09-Borracha, Fumo, Couro	1366	1238	1033	762	719	780	859
10-Indústria Química	6994	6075	2734	2477	2517	2112	2247
11-Indústria Têxtil	6938	7092	6310	6752	6869	6788	6588
12-Indústria Calçados	6366	5919	4360	3364	3001	2293	2108
13-Alimentos e Bebidas	10509	9884	11567	10452	10458	11071	10841
14-Serviço Utilidade Pública	6385	6095	5493	3743	3642	3662	4706
15-Construção Civil	29635	28713	21658	20997	21915	18819	13484
16-Comércio Varejista	53689	49438	44802	42227	39466	37195	35109
17-Comércio Atacadista	7017	6783	6462	6447	5891	5199	4387
18-Instituição Financeira	3748	4548	4303	3883	4106	4038	3699
19-Adm Técnica Profissional	27754	26033	24733	21763	19777	19255	18769
20-Transporte e Comunicações	12681	11889	10789	10212	9473	8942	8976
21-Aloj. Comunic.	28008	24841	24401	21463	21154	20237	18282
22-Médicos Odontológicos Vet.	18968	17735	10982	11161	10415	9114	7821
23-Ensino	16485	15143	14032	13793	38086	9420	8854
24-Administração Pública	117928	118554	122929	111978	99221	121223	112806
25-Agricultura	13966	13730	12298	12777	10322	9551	7568

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração própria.

ANEXO I - Emprego Formal na Indústria de Transformação – Sergipe – 2006 a 2011

	2011	2010	2009	2008	2007	2006
Fabricação de produtos alimentícios	7233	6861	6092	6379	7667	8329
Fabricação de bebidas	1604	1446	1229	624	774	826
Fabricação de produtos do fumo	377	572	579	367	361	338
Fabricação de produtos têxteis	4422	4446	3792	4156	4393	4405
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	2516	2646	2518	2596	2476	2342
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	6491	6037	4442	3446	3112	2416
Fabricação de produtos de madeira	434	563	360	313	257	281
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	413	372	385	478	514	479
Impressão e reprodução de gravações	641	551	434	479	355	334
Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	4239	3291	2193	1491	149	138
Fabricação de produtos químicos	1363	1378	1333	1183	1119	1033
Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos	50	40	34	15	34	49
Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	1224	1267	1189	1106	1184	872
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	5517	4445	4593	4516	4043	3775
Metalurgia	76	178	77	96	94	67
Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	1328	1066	952	1028	767	577
Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	273	245	242	228	290	154
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	672	800	746	794	857	944
Fabricação de máquinas e equipamentos	432	336	232	208	329	139
Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias	345	288	268	255	231	266
Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	52	191	190	303	301	239
Fabricação de móveis	1831	1478	1385	1197	1059	795
Fabricação de produtos diversos	747	481	351	268	261	324
Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	377	443	278	255	297	257

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração própria

ANEXO J - Estabelecimentos na Indústria de Transformação – Sergipe – 2006 a 2011

	2011	2010	2009	2008	2007	2006
Fabricação de Produtos Alimentícios	368	370	302	301	329	333
Fabricação de Bebidas	19	20	13	13	15	23
Fabricação de Produtos do Fumo	6	8	8	7	4	3
Fabricação de Produtos Têxteis	151	125	95	71	60	63
Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios	194	168	158	145	151	140
Preparação de Couros e Fabricação de Artefatos de Couro, Artigos para Viagem e Calçados	26	24	22	22	27	25
Fabricação de Produtos de Madeira	52	50	50	54	42	47
Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel	12	13	15	18	21	16
Impressão e Reprodução de Gravações	106	97	88	89	87	79
Fabricação de Coque, de Produtos Derivados do Petróleo e de Biocombustíveis	8	8	8	6	3	3
Fabricação de Produtos Químicos	50	51	46	48	48	45
Fabricação de Produtos Farmoquímicos e Farmacêuticos	5	4	5	4	6	7
Fabricação de Produtos de Borracha e de Material Plástico	54	53	48	44	46	36
Fabricação de Produtos de Minerais Não-Metálicos	256	223	207	201	171	163
Metalurgia	13	13	11	8	8	12
Fabricação de Produtos de Metal, Exceto Máquinas e Equipamentos	145	130	117	118	103	95
Fabricação de Equipamentos de Informática, Produtos Eletrônicos e Ópticos	10	8	7	6	4	6
Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos	9	11	11	12	13	11
Fabricação de Máquinas e Equipamentos	23	21	20	22	18	17
Fabricação de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias	23	22	18	17	17	18
Fabricação de Outros Equipamentos de Transporte, Exceto Veículos Automotores	2	3	3	3	3	4
Fabricação de Móveis	100	91	78	83	67	70
Fabricação de Produtos Diversos	64	57	45	44	32	36
Manutenção, Reparação e Instalação de Máquinas e Equipamentos	65	69	57	54	47	54

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração própria

ANEXO K - Valor da Transformação Industrial – Sergipe – 2009 e 2010

Atividades Econômicas	2009		2010		Evolução % (2010/2009)
	VTI (R\$ 1000)	%	VTI (R\$ 1000)	%	
TOTAL	3.305.297	100,0	3.505.767	100,0	6,1
INDÚSTRIAS EXTRATIVAS	1.604.488	48,5	1.527.873	43,6	-4,8
Extração de carvão mineral	-	-	-	-	-
Extração de petróleo e gás natural	1.070.678	32,4	-	-	-
Extração de minerais metálicos	-	-	-	-	-
Extração de minerais não-metálicos	390.168	11,8	443.580	12,7	13,7
Atividades de apoio à extração de minerais	143.642	4,3	178.197	5,1	24,1
INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	1.700.810	51,5	1.977.893	56,4	16,3
Fabricação de produtos alimentícios	330.347	10,0	354.953	10,1	7,4
Fabricação de bebidas	232.037	7,0	308.069	8,8	32,8
Fabricação de produtos do fumo	1.385	0,0	5.265	0,2	280,1
Fabricação de produtos têxteis	185.630	5,6	218.462	6,2	17,7
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	98.061	3,0	114.649	3,3	16,9
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	83.391	2,5	137.947	3,9	65,4
Fabricação de produtos de madeira	3.102	0,1	3.332	0,1	7,4
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	15.072	0,5	11.087	0,3	-26,4
Impressão e reprodução de gravações	8.273	0,3	12.518	0,4	51,3
Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	32.456	1,0	64.779	1,8	99,6
Fabricação de produtos químicos	99.450	3,0	92.850	2,6	-6,6
Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos	-	-	-	-	-
Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	39.537	1,2	19.552	0,6	-50,5
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	381.186	11,5	344.077	9,8	-9,7
Metalurgia	1.462	0,0	1.321	0,0	-9,6
Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	42.436	1,3	57.806	1,6	36,2
Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	16.267	0,5	9.254	0,3	-43,1
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	42.227	1,3	47.190	1,3	11,8
Fabricação de máquinas e equipamentos	31.274	0,9	73.851	2,1	136,1
Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias	8.046	0,2	7.471	0,2	-7,1
Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	-	-	-	-	-
Fabricação de móveis	37.449	1,1	72.897	2,1	94,7
Fabricação de produtos diversos	1.494	0,0	8.863	0,3	493,2
Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	5.457	0,2	5.732	0,2	5

Fonte: IBGE/PIA EMPRESA. Elaboração própria.

ANEXO L - Evolução da Participação no Valor da Transformação Industrial
Sergipe – 2002, 2006 e 2010

Setores	2002		2006		2010	
	VTI	%	VTI	%	VTI	%
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	1.087.741	100,0%	1513177	100,0%	1977893	100,0%
Alimentos e bebidas	321362	29,5%	381440	25,2%	663022	33,5%
Min. Não metálicos	278632	25,6%	287832	19,0%	344077	17,4%
Ind. Química	184879	17,0%	309582	20,5%	92850	4,7%
Têxtil	114636	10,5%	171058	11,3%	218462	11,0%
Calçados e Couro	12951	1,2%	91883	6,1%	137947	7,0%
Maquinas e Equip.	20701	1,9%	57451	3,8%	73851	3,7%
Metalurgia	86942	8,0%	91566	6,1%	57806	2,9%
Vestuário	15214	1,4%	22834	1,5%	114649	5,8%
Plástico e borracha	10753	1,0%	21842	1,4%	19552	1,0%
edição e gráfica	11866	1,1%	24504	1,6%	12518	0,6%
Móveis e diversos	7949	0,7%	13540	0,9%	81760	4,1%
Celulose e papel	3014	0,3%	16591	1,1%	11087	0,6%

Fonte: IBGE/PIA EMPRESA. Elaboração própria.